

AO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ilma. Sra.

Cristiana Maria Paz Lima Soares

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2024

Processo Administrativo n.º 0006667-74.2024.6.05.8000

Id contratação PNCP

00509018000113-1-002078/2024

RECURSO ADMINISTRATIVO

ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n.º 27.037.303/0001-35, com sede na Rua das Violetas, s/n, Planalto II, em Catu/BA, CEP 48.110-0000, já qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, vem, por intermédio de sua representante legal ao final subscrito, apresentar, tempestivamente, com arrimo no artigo 9º da Lei 10.520/1993 e artigo 109, I, alínea “a” da Lei 8.666, RECURSO ADMINISTRATIVO em face do julgamento do certame, pelas razões de fato e fundamentos expostos a seguir:

I - SÍNTESE

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, por intermédio de sua ilustríssima Pregoeira, promove licitação na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, cuja finalidade consiste em contratar empresa especializada para prestação de serviços contínuos com dedicação de mão-de-obra exclusiva de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA, de

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000

Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com

CNPJ: 27037303000135

acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no instrumento convocatório.

Processada a fase de lances do certame, ajustada a proposta final e analisada a documentação de habilitação, decidiu-se por declarar como vencedora da licitação a empresa **RECORRIDA**, dando azo à apresentação de recursos administrativos, caso houvesse razão para tal.

Esta recorrente apresentou intenção de razões recursais.

Ademais, considerando que as outras licitantes respeitaram o que rege a Lei e, também, o quanto disposto no instrumento convocatório do certame, houve afronta reflexa ao princípio da isonomia, o que evidencia a ilegalidade da decisão que habilitou a empresa recorrida

Conforme será demonstrado nas razões apresentadas a seguir, foi equivocado o ato que declarou a empresa recorrida como vencedora, pois, a rigor, esta deveria ter sido INABILITADA por ter violado as normas que regem o procedimento licitatório.

Impende salientar que o interesse em fornecer produtos ou prestar serviços para a Administração Pública é legítimo e benéfico para a competitividade do certame, desde que se utilize de condutas que respeitem o ordenamento normativo referente ao tema, o que não ocorreu no caso em debate. Verifica-se que não houve a estrita observância aos termos do Edital, instrumento convocatório de vinculação obrigatória, pela Comissão de Licitação que, **erroneamente**, inabilitou a empresa **ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA** e habilitou a empresa **RECORRIDA**.

Desse modo, o presente recurso administrativo tem por objeto rechaçar a decisão que entendeu por classificar, habilitar e declarar vencedora a empresa **EMPRESA SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA**, CNPJ nº 01.438.073/0001-22, no presente certame, na forma dos fatos e fundamentos que a seguir serão apresentados.

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000

Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com

CNPJ: 27037303000135

II - DOS FATOS

1 – DA NULIDADE DA INABILITAÇÃO DA EMPRESA ELOHIM TZ’VAOT

O respectivo processo licitatório, ressalte-se, tem como objeto a contratação de serviços continuados com dedicação de mão-de-obra exclusiva de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA, tendo como critério de julgamento o menor preço, conforme instrumento convocatório.

Ocorre que, conforme consta na ata de realização do pregão, esta empresa foi, equivocadamente, declarada inabilitada do certame, razão pela qual essa recorrente interpõe o presente recurso administrativo.

A Ilustríssima Pregoeira, considerando a posição desta empresa como 1ª colocada, solicitou envio dos documentos, o que foi devidamente cumprido pela recorrente. Todavia, após recebimento dos documentos, a Comissão de Licitação, injustamente, declarou a recorrente inabilitada do certame. O motivo apresentado para inabilitação desta empresa foi de que a licitante não atendeu ao quanto disposto no instrumento convocatório. Entretanto, ressalte-se, a recorrente apresentou, tempestivamente, todos os documentos e esclarecimentos solicitados, não havendo, portanto, motivo justo para inabilitar esta empresa.

A recorrente, dentre outros documentos, apresentou o atestado de capacidade técnica emitido pela Viação Reobote Ltda, juntamente com o contrato, no qual demonstra a prestação de serviço no âmbito da atividade licitada, na modalidade permuta.

É cediço que a permuta consiste na transferência de bens ou serviços entre as partes contratantes, podendo envolver dinheiro ou não. No contrato de permuta, havendo a igualdade do valor monetário dos objetos contratados, como foi o caso do contrato de permuta pactuado entre a Elohim Tz’vaot e a Viação Reobote Ltda, não é necessário o pagamento em dinheiro. A quitação do contrato ocorre mediante a troca dos itens/serviços.

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000
Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com
CNPJ: 27037303000135

Inclusive, o Brasil, a modalidade de contrato mediante permuta é válida. Nesse sentido, cumpre trazer à baila o quanto disposto no artigo 533 do Código Civil. Vejamos:

“Art. 533. Aplicam-se à troca as disposições referentes à compra e venda, com as seguintes modificações:

I - salvo disposição em contrário, cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento da troca;”

O contrato de permuta celebrado entre a Elohim Tz'vaot e a empresa Viação Reobote foi elaborado e executado em estrita observância, dentre outros, ao princípio da boa-fé.

Desse modo, são injustos e inaceitáveis os motivos apresentados para inabilitar a empresa licitante, ora recorrente, não sendo suficientes para impedir a sua permanência no certame, porquanto a recorrente atendeu todos os requisitos necessários para sagrar-se vencedora do certame.

Sendo assim, mais razoável, lícito e consentâneo com os princípios constitucionais previstos na Magna Carta será que essa Comissão reconheça a ilegalidade de seu ato e declare a nulidade absoluta de sua decisão administrativa, haja vista a ausência de motivos para a inabilitação da empresa **Elohim Tzvaot Tecnologia e Negócios LTDA.**

III – DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 12.1.6 Habilitação técnica do Edital

Vejamos o que diz o Subitem 12.1.6.

“12.1.6. Qualificação técnica:

a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000

Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com

CNPJ: 27037303000135

gerenciou serviços terceirizados, com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos permanentes contratados em decorrência desta licitação (28 postos).

1.a.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

1.a.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no **âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social** ou dos dados constantes do Sicaf; (Grifo nosso)

b) Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;

1.b.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

1.b.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

12.1.6.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidades técnicas apresentadas.

12.1.6.2. Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos **após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução**, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior." (Grifo Nosso)

Prezados, a Licitação busca realizar dois fins igualmente relevantes: o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa. Se prevalecesse exclusivamente a ideia da "vantajosidade", desde que cumpra claramente o Edital. Nesse sentido, chama à atenção para o fato de que a Documentação de Habilitação apresentada pela empresa **EMPRESA SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA**, está errada. Vejamos os erros detectados na empresa recorrida:

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000

Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com

CNPJ: 27037303000135

1 – Do descumprimento do **item 12.1.6, letra a), subitem 1.a.1;**

A Recorrida, não demonstrou através de seus atestados ter administrado a quantidade de **28 postos durante 3 anos seguidos**, visto que o **ATESTADO da Prefeitura Municipal de Pesqueira**, o qual por sinal **não foi apresentado nenhuma NOTA FISCAL**, teve seu **início em 02/02/2021 e término em 02/08/2021**, portanto fica os 09-10 e 11/2021, sem a prestação do serviço, quebrando assim a ininterruptividade exigida no item 12.1.6 do Edital;

Houve também o **descumprimento do item 12.1.6, subitem 1.a.2;**

A Recorrida, não demonstrou que seus atestados ou declaração(ões) de capacidade técnica referem-se a serviços prestados no **âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social**, visto que seu **CNAE principal é o 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos**, que não condiz com o objeto dos atestados apresentados, muito menos com o objeto do serviço contratado pelo TRE-BA, como a Recorrida não enviou o cartão CNPJ e nem o contrato social do ano de 2021, não tem como ser verificado.

Outro ponto muito importante que devemos considerar é que no **Balanço de 2022** apresentado pela Recorrida, constam os valores para o **ATIVO de R\$ 1.606.671,58**. Entretanto, se formos supor que a empresa manteve somente o Contrato n. 54/2021 com o INSS, hipótese remota, afinal deve ter adquirido outros contratos durante esse período, os valores não batem. Ressalte-se, somente o contrato com o **INSS é no valor de R\$ 2.594.680,56**. Afinal, onde foi parar a diferença de quase 1 milhão de reais?

Descumpriu o que determina o **ANEXO VII-A, item 11.1, letra d), da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017**, senão vejamos:

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000
Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com
CNPJ: 27037303000135

“d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.”

A Recorrida não apresentou a Relação acima e muito menos a Justificativa. O fato do edital não ter solicitado a referida documentação não exime a Recorrida da obrigação de apresentá-la, visto que o mesmo está vinculado à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017.

Conforme demonstrado, Douta Comissão, as informações além de discrepantes e controvertidas, estão incompletas.

A obtenção da vantagem não autoriza violar direitos e garantias individuais.

Ilustre Pregoeiro(a) e Membros da Comissão de Licitação, após essa simples conta matemática verifica-se indícios que a Recorrida não atende ao exigido no Edital;

Ora, para que exista higidez no procedimento, é imprescindível que o julgamento do gestor se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, e nos termos do exigido por lei e pelo edital, pois em caso contrário, não atenderia aos princípios da moralidade e razoabilidade, bem como a interesse público o bem maior que rege o ato administrativo.

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000

Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com

CNPJ: 27037303000135

De outro turno, volta-se a salientar que, em tema de licitação, quanto à discricionariedade conferida ao administrador público, resta pacificado que a valoração subjetiva e o DISCRICIONARISMO NO JULGAMENTO DEVEM SER REDUZIDOS E DELIMITADOS PELO ESTABELECIDO NO EDITAL E NA LEI.

Nessa linha de entendimento, traz-se à baila a preleção do festejado doutrinador Hely Lopes Meirelles, in verbis:

O princípio do julgamento objetivo afasta o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração. (Hely Lopes Meirelles – Licitação e Contrato Administrativo, pág. 26 e seguintes – 8ª edição)

A toda evidência que o cuidado para a plena satisfação e preservação do interesse público é o dever primeiro dos entes públicos que, ao assim procederem, estão a dar cumprimento ao comando constitucional insculpido no caput do art. 37, da Carta Federal, que lhes exige a estrita observância, em seu agir, dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, dentre outros requisitos consagrados no texto de nossa Constituição.

Dentre os vários princípios que norteiam o procedimento licitatório, destaca-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Significa que o Edital deve ser rigorosamente observado tanto pelos licitantes como pela Administração promotora do certame, sendo absolutamente vedado à Administração, no decorrer do procedimento, desatender qualquer das prescrições por ela mesma estabelecidas no edital.

A Administração pode e DEVE rever seus atos, com base no poder de autotutela, que é uma decorrência do princípio da legalidade: se a Administração Pública está sujeita à lei, cabe-lhe, evidentemente, o controle da legalidade. Esse poder da Administração está consagrado em duas súmulas do Supremo Tribunal Federal. (grifo nosso)

Pela de nº 346:

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000
Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com
CNPJ: 27037303000135

"A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos";

e pela de nº 473:

"A administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"

Nesse trilha, o todo acima argumentado só vem a evidenciar a absoluta necessidade da reforma do ato que habilitou a empresa recorrida, haja vista que essa não obedeceu aos ditames edita lícios e do próprio Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.214/13, Plenário).

III – DO PEDIDO

Posto isto, tendo em vista todos os fundamentos acima mencionados, requer à V.Sa., com acatamento e respeito, que dê provimento ao recurso da empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA para reformar a decisão combatida declarando a empresa **EMPRESA SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA**, CNPJ nº 01.438.073/0001-22, **Inabilitada no certame**, seja por não comprovar a veracidade do Atestado de capacidade técnica, seja pelas omissões de informações a serem obrigatoriamente prestada a este TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA;

Solicita ainda emissão de parecer.

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000
Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com
CNPJ: 27037303000135

Hipoteticamente não sendo aceito o pedido de **Inabilitação** da empresa **EMPRESA SERVMAS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA.**, não nos restarão alternativas, senão a representação junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Ministério Público Federal e Controladoria-Geral da União, além de buscar no Poder Judiciário, pela via mandamental, a correção dessa decisão.

Termos em que,

Pede deferimento.

Catú/BA, 29 de agosto de 2024.


Hadassa Mel de Lima Tanuri
ELOHIM TZ VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS
Sócio/Gerente
20.540.739-03 SSP/BA
CPF. 070.805.955-41

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000
Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com
CNPJ: 27037303000135



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2024

PROCESSO SEI Nº 0006667-74.2024.6.05.8000

ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 90031/2024

RECORRENTE: ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo, interposto tempestivamente através do Sistema Compras.gov.br pela empresa **ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35**, contra a decisão desta Pregoeira que a inabilitou e classificou e declarou vencedora a empresa **SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ n.º 01.438.073/0001-22**, do **Pregão 90031/2024**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA.

II – DO RECURSO

II.1 SOBRE SUA INABILITAÇÃO

Alega a recorrente quanto à sua inabilitação

“O respectivo processo licitatório, ressalte-se, tem como objeto a contratação de serviços continuados com dedicação de mão-de-obra exclusiva de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA, tendo como critério de julgamento o menor preço, conforme instrumento convocatório.

Ocorre que, conforme consta na ata de realização do pregão, esta empresa foi, equivocadamente, declarada inabilitada do certame, razão pela qual essa recorrente interpõe o presente recurso administrativo.

A Ilustríssima Pregoeira, considerando a posição desta empresa como 1ª colocada, solicitou envio dos documentos, o que foi devidamente cumprido pela recorrente. Todavia, após recebimento dos documentos, a Comissão de Licitação, injustamente, declarou a recorrente inabilitada do certame. O motivo apresentado para inabilitação desta empresa foi de que a licitante não atendeu ao quanto disposto no instrumento convocatório. Entretanto, ressalte-se, a recorrente apresentou, tempestivamente, todos os documentos e esclarecimentos solicitados, não havendo, portanto, motivo justo para inabilitar esta empresa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

A recorrente, dentre outros documentos, apresentou o atestado de capacidade técnica emitido pela Viação Reobote Ltda, juntamente com o contrato, no qual demonstra a prestação de serviço no âmbito da atividade licitada, na modalidade permuta.

É cediço que a permuta consiste na transferência de bens ou serviços entre as partes contratantes, podendo envolver dinheiro ou não. No contrato de permuta, havendo a igualdade do valor monetário dos objetos contratados, como foi o caso do contrato de permuta pactuado entre a Elohim Tz'vaot e a Viação Reobote Ltda, não é necessário o pagamento em dinheiro. A quitação do contrato ocorre mediante a troca dos itens/serviços.

Inclusive, o Brasil, a modalidade de contrato mediante permuta é válida. Nesse sentido, cumpre trazer à baila o quanto disposto no artigo 533 do Código Civil. Vejamos:

“Art. 533. Aplicam-se à troca as disposições referentes à compra e venda, com as seguintes modificações:

I - salvo disposição em contrário, cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento da troca;”

O contrato de permuta celebrado entre a Elohim Tz'vaot e a empresa Viação Reobote foi elaborado e executado em estrita observância, dentre outros, ao princípio da boa-fé.

Desse modo, são injustos e inaceitáveis os motivos apresentados para inabilitar a empresa licitante, ora recorrente, não sendo suficientes para impedir a sua permanência no certame, porquanto a recorrente atendeu todos os requisitos necessários para sagrar-se vencedora do certame.

*Sendo assim, mais razoável, lícito e consentâneo com os princípios constitucionais previstos na Magna Carta será que essa Comissão reconheça a ilegalidade de seu ato e declare a nulidade absoluta de sua decisão administrativa, haja vista a ausência de motivos para a inabilitação da empresa **Elohim Tzvaot Tecnologia e Negócios LTDA.**”*

II.1 SOBRE A HABILITAÇÃO DA EMPRESA SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22

Alega a recorrente:

*“Prezados, a Licitação busca realizar dois fins igualmente relevantes: o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa. Se prevalecesse exclusivamente a ideia da “vantajosidade”, desde que cumpra claramente o Edital. Nesse sentido, chama à atenção para o fato de que a Documentação de Habilitação apresentada pela empresa **EMPRESA SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA**, está errada. Vejamos os erros detectados na empresa recorrida:*

1 – Do descumprimento do item 12.1.6, letra a), subitem 1.a.1;

*A Recorrida, não demonstrou através de seus atestados ter administrado a quantidade de 28 postos durante 3 anos seguidos, visto que o **ATESTADO da Prefeitura Municipal de Pesqueira**, o qual por sinal **não foi apresentado nenhuma NOTA FISCAL**,*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

teve seu **início em 02/02/2021 e término em 02/08/2021**, portanto fica os 09-10 e 11/2021, sem a prestação do serviço, quebrando assim a ininterruptividade exigida no item 12.1.6 do Edital;

Houve também o descumprimento do item 12.1.6, subitem 1.a.2;

A Recorrida, não demonstrou que seus atestados ou declaração(ões) de capacidade técnica referem-se a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social, visto que seu CNAE principal é o 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos, que não condiz com o objeto dos atestados apresentados, muito menos com o objeto do serviço contratado pelo TRE-BA, como a Recorrida não enviou o cartão CNPJ e nem o contrato social do ano de 2021, não tem como ser verificado.

Outro ponto muito importante que devemos considerar é que no Balanço de 2022 apresentado pela Recorrida, constam os valores para o ATIVO de R\$ 1.606.671,58. Entretanto, se formos supor que a empresa manteve somente o Contrato n. 54/2021 com o INSS, hipótese remota, afinal deve ter adquirido outros contratos durante esse período, os valores não batem. Ressalte-se, somente o contrato com o INSS é no valor de R\$ 2.594.680,56. Afinal, onde foi parar a diferença de quase 1 milhão de reais?

Descumpriu o que determina o ANEXO VII-A, item 11.1, letra d), da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, senão vejamos:

“d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.”

A Recorrida não apresentou a Relação acima e muito menos a Justificativa. O fato do edital não ter solicitado a referida documentação não exime a Recorrida da obrigação de apresentá-la, visto que o mesmo está vinculado à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017.

Conforme demonstrado, Douta Comissão, as informações além de discrepantes e controvertidas, estão incompletas.

A obtenção da vantagem não autoriza violar direitos e garantias individuais.

Ilustre Pregoeiro(a) e Membros da Comissão de Licitação, após essa simples conta matemática verifica-se indícios que a Recorrida não atende ao exigido no Edital;”



III- DAS CONTRARRAZÕES

A empresa **SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA**, CNPJ nº **01.438.073/0001-22** não apresentou contrarrazões.

IV - DOS FATOS

Trazemos à tona as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90031/2024 sobre os critérios de habilitação referentes às qualificações econômico-financeira e técnica:

12.1.5. Para a Qualificação econômico-financeira:

- a) *Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.*
- b) *Balanço Patrimonial relativo aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, apresentado na forma da lei.*

*b.1)O último exercício social exigível será o do ano **imediatamente** anterior, no caso de transcorridos os seguintes prazos para apresentação do Balanço Patrimonial:*

b.1.1)30 de abril, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil;

b.1.2)Último dia útil do mês de maio, para as licitantes obrigadas a adotar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme IN-RFB 1774/2017 (Acórdãos TCU-Plenário de n.ºs 119/2016 e 2293/18).

12.1.5.1. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira, relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, deverão comprovar o seguinte:

- a) *Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;*
- b) *Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da proposta da licitante para os 12 (doze) meses do ano não eleitoral;*
- c) *Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) valor da proposta da licitante para os 12 (doze) meses do ano não eleitoral.*

*12.1.5.2.Serão inabilitadas as **licitantes** que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de liquidez ou solvência (LG, SG, LC).*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

12.1.5.3. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

12.1.5.4. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado por índices oficiais.

12.1.6. Qualificação técnica:

a) *Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os **postos permanentes contratados em decorrência desta licitação (28 postos)**.*

1.a.1. *Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;*

1.a.2. *O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constantes do Sicafe;*

b) *Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;*

1.b.1. *Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;*

1.b.2. *Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.*

12.1.6.1. *As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.*

12.1.6.2. *Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.*



IV.I - DA INABILITAÇÃO DA EMPRESA ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35

A empresa **ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35** apresentou vários atestados, no entanto, diante da dificuldade de identificar os que comprovavam as qualificações técnicas exigidas, foi oportunizado à empresa que indicasse quais atestados faziam isso. Concedeu-se, então, novo prazo para envio de documentos, atendendo ao entendimento do TCU no Acórdão 1211/2021, tendo a empresa enviado uma planilha e também novos atestados. No entanto, aqueles que conseguiriam comprovar as exigências da qualificação técnica exigida no edital seriam os emitidos pelas empresas:

- **VIAÇÃO REOBOTE LTDA** (7 profissionais por 3 anos, de 03/09/2018 a 02/09/2021)
- **JS TURISMO** (26 postos de motoristas por 12 meses, de 01/03/2018 a 02/03/2019) e
- **CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGESTE BAIANO** (19 profissionais, por 8 meses, de 01/03/2020 a 31/12/2020)

IV.I.I - SOBRE O ATESTADO DA VIAÇÃO REOBOTE LTDA

Verificamos que o atestado emitido pela **VIAÇÃO REOBOTE LTDA** está assinado pelo pai de uma das atuais proprietárias da empresa **ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA** e o contrato não deixou muito claro ser de serviços continuados de terceirização de mão de obra, tendo em vista o objeto do contrato: “...*serviços especializado e continuado de agenciamento intermediário de demanda....*” (grifo acrescentado)

Assim, visando sanar dúvidas e atendendo ao quanto prevê o edital na condição **12.1.6.1**, de que “*As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados*”, solicitamos que a empresa apresentasse as notas fiscais que comprovassem a execução dos serviços.

No entanto, a empresa, em vez de enviar as notas fiscais apresentou um termo aditivo no qual foi alterada a forma de pagamento: antes, no contrato, na cláusula quinta, estava estabelecido que a forma de pagamento seria “*mensalmente, com prazo de vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços*” e no aditivo informa “*que todos os pagamentos devidos à contratada, será devidamente compensado...*”

Então, lembramos no chat que “*foram solicitadas as notas fiscais que comprovassem a prestação dos serviços*”. E a justificativa apresentada para o não envio foi: “*Prezado Sr. pregoeiro conforme constante do termo aditivo, essa ELOHIM, como prestadora de serviços, tem como finalidade na iniciativa privada, a exploração de bagageiros de ônibus, MODAL bastante valioso para quem conhece, com objetivo de enviar cargas e encomendas, para destinos específicos de ponto a ponto, bem como a entrega, ou seja, **nossos serviços de mão de obra são compensações** pelo prioridade exclusiva de uso de bagageiros,*” (grifo acrescentado)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

E ainda alega no Recurso que “*É cediço que a permuta consiste na transferência de bens ou serviços entre as partes contratantes, podendo envolver dinheiro ou não. No contrato de permuta, havendo a igualdade do valor monetário dos objetos contratados, como foi o caso do contrato de permuta pactuado entre a Elohim Tz’vaot e a Viação Reobote Ltda, não é necessário o pagamento em dinheiro. A quitação do contrato ocorre mediante a troca dos itens/serviços*” e “*O contrato de permuta celebrado entre a Elohim Tz’vaot e a empresa Viação Reobote foi elaborado e executado em estrita observância, dentre outros, ao princípio da boa-fé*”. (grifo acrescentado).

Ocorre que a lei nº 8.846, de 21/01/1994, estabelece no art. 1º a obrigatoriedade da emissão de notas fiscais relativas à prestação de serviços e o art. 2º estabelece que caracteriza omissão de receita ou de rendimentos a falta de emissão de nota fiscal:

Art. 1º A emissão de nota fiscal, recibo ou documento equivalente, relativo à venda de mercadorias, prestação de serviços ou operações de alienação de bens móveis, deverá ser efetuada, para efeito da legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, no momento da efetivação da operação.

§ 1º O disposto neste artigo também alcança:

a) a locação de bens móveis e imóveis;

b) quaisquer outras transações realizadas com bens e serviços, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas.

...

Art. 2º Caracteriza omissão de receita ou de rendimentos, inclusive ganhos de capital para efeito do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e das contribuições sociais, incidentes sobre o lucro e o faturamento, a falta de emissão da nota fiscal, recibo ou documento equivalente, no momento da efetivação das operações a que se refere o artigo anterior, bem como a sua emissão com valor inferior ao da operação.

Importante frisar a orientação constante do Acórdão nº 2771/2019- Plenário do TCU, que tratou da ausência de elementos mínimos para comprovar a validade de atestado emitido. Ali, a orientação foi que a empresa deveria “*colacionar documentos que efetivamente comprovem a execução dos serviços atestados, tais como: notas fiscais de fornecedores, ..., comprovante de pagamento de mão de obra, ...dentre outros que entender pertinentes*”.

Também, em caso de dúvida, o Acórdão 917/2022-Plenário do TCU concorda com a necessidade da apresentação de notas fiscais a fim de comprovar, de forma inequívoca, que os serviços descritos num atestado foram prestados.

E, em consulta feita anteriormente por este Tribunal à Zênite Consultoria, a orientação foi: “*imperioso adotar medidas voltadas a esclarecer os pontos obscuros ou controvertidos nos documentos apresentados pelos licitantes*”.

Em resumo, não houve comprovação expressa da prestação dos serviços nem que a forma dos serviços foi terceirizada com postos permanentes, como exige o edital



IV.I.II - SOBRE O ATESTADO DA JS TURISMO

Tendo em vista ter surgido dúvida sobre a forma dos serviços prestados no atestado emitido pela **JS TURISMO**, consultamos a empresa, via *e-mail*, com o seguinte questionamento:

“Consultamos se o contrato celebrado envolveu apenas o fornecimento da mão de obra(motoristas), ou englobou também o fornecimento dos ônibus, pois para nós o atestado é claro ao afirmar que foi serviço de transporte, com fornecimento de ônibus, mas no contrato não encontramos essa informação tão claramente.”

Recebemos a seguinte resposta da empresa:

“Na questão do contrato 02/2018 a empresa Elohim, prestou serviço de 26 motoristas habilitados na categoria D e curso de condutor de passageiro, devido a Js Turismo ser detentora de linha de linha rodoviária perante a ANTT, os ônibus empregado é obrigatório ser de propriedade da detentora da Linha Js Turismo.”

No entanto, durante o transcurso do certame, a empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA registrou o seguinte no *chat* do pregão (ver mensagem enviada no dia 22/08/2024 às 09:22:49h): *“As duas formas de prestação de serviços e pagamentos são similares, por isso a confusão”*, referindo-se tanto ao atestado da VIAÇÃO REOBOTE LTDA quanto ao da JS TURISMO. Assim, se ainda considerarmos o teor dessa mensagem, o atestado da JS TURISMO deixa de ter validade para este certame, pois desvirtua a prestação de serviços continuado de cessão de mão de obra.

IV.I.III - SOBRE O ATESTADO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGESTE BAIANO

A empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA apresentou um atestado do **CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGESTE BAIANO** no valor de R\$ R\$ 1.310.000,00 (um milhão, trezentos e dez mil reais), que, segundo eles, seria de terceirização de mão de obra. Visando sanar essa dúvida, consultamos o CONSÓRCIO por *e-mail* com a seguinte mensagem:

*“Visando sanar dúvidas quanto à natureza dos serviços desse contrato, solicitamos, por favor, a **disponibilização do edital do Pregão Presencial nº 001/2020**, que deu origem à contratação”.*

E a resposta recebida foi:

“Procuramos algo aqui sobre esse processo edital 001/2020 e não encontramos, pois não sabemos qual era o diário oficial da época, e não achamos o processo físico, porém encontrei no email o contrato dessa empresa, e estarei encaminhando, para ver se atende as necessidades de vocês.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

A empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA, visando comprovar a veracidade do atestado apresentou apenas 4 notas fiscais relativas ao contrato:

NOTA FISCAL	VALOR (R\$)
03/2020	26.852,01
04/2020	28.770,00
07/2020	32.298,00
01/2021	51.976,40

Em resumo: considerando o teor do atestado, a forma de pagamento descrita nele e as notas fiscais apresentadas, não houve comprovação de ser serviços de terceirização com cessão de mão de obra.

IV.II - DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22

A empresa apresentou dois atestados emitidos pelo **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, através de sua **Superintendência Regional Nordeste em Recife**, que atenderam às exigências de qualificação técnica: 1 atestado de 6 meses, com 5 postos de motoristas, e outro atestado com 56 postos, iniciado em e 01/12/201 e que continua até hoje (2 anos e 8 meses).

Quanto à qualificação econômica-financeira, a empresa apresentou o “*Balanco Patrimonial relativo aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentado na forma da lei*” que comprovaram os índices, o capital circulante líquido e o patrimônio líquido, que atendeu à condição 12.1.5.1 do edital.

Sobre a alegação da recorrente, de que a empresa **SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22** não apresentou nenhuma nota fiscal relativa ao atestado da Prefeitura Municipal de Pesqueira, esclarecemos não fizemos esta solicitação, pois o atestado não foi necessário para comprovar a qualificação técnica da empresa. Caso ele tivesse sido utilizado, essa providência seria adotada.

Sobre o CNAE da empresa **SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22**, o principal é 3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS, e dentre os secundários consta: 7820-5/00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA, CNAE Secundário 31: 7830-2/00 - FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CNAE Secundário 32: 8111-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, CNAE Secundário 33: 8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS

Sobre as considerações feitas pela recorrente quanto aos valores constantes do Balanço de 2022, esclarecemos que não adentramos em cada registro nele constante, tendo em vista ter esse



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

sido elaborado por contador habilitado, conforme certidão de registro emitida no Conselho de Regional de Contabilidade, e ter sido registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

E sobre o descumprimento do que determina o ANEXO VII-A, item 11.1, letra d, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, lembramos que, além do art. 69, § 3º da lei 14.133/2021 diz que “*é admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômica-financeira, ...*”, e não obrigatória, tal exigência não constou no edital.

V- CONCLUSÃO

Depreende-se das condições acima transcritas que:

- 1- A empresa, **ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35**, não conseguiu comprovar a execução dos serviços constantes dos atestados apresentados nem que estes foram de serviços continuados com cessão de mão de obra, pois deixou de comprovar a efetiva prestação através das notas fiscais e ainda justificou o descaso com a lei 8.846/1994. E embora não haja vedação, um dos atestados foi emitido pelo pai de uma das atuais proprietária da empresa, o que nos motivou a pedir a comprovação da efetiva prestação dos serviços.
- 2- A empresa **SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ n.º 01.438.073/0001-22**, apresentou a documentação de habilitação exigida no edital, não sendo atribuição do pregoeiro analisar o balanço patrimonial, quanto ao registro, ou não, de receitas e despesas, conforme alega a recorrente, já que este foi elaborado por um contador com registro válido, a quem cabe a responsabilidade.

VI- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do quanto exposto acima, manifestamo-nos pela **IMPROCEDÊNCIA** dos recursos contra a decisão desta Pregoeira que:

- 1.1 Inabilitou a empresa **ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35**, considerando que não comprovou a veracidade da prestação dos serviços, não comprovando a qualificação técnica;
- 1.2 Habilitou e declarou vencedora a empresa **SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ n.º 01.438.073/0001-22**, considerando que o balanço apresentado, que foi elaborado por um contador e registrado na junta comercial, atendeu aos requisitos de qualificação econômico-financeira exigidos no edital.

Salvador (BA), 12 de setembro de 2024

Cristiana Maria Paz Lima Soares

Pregoeira



Acompanhar Contratação

Pregão Eletrônico N° 90031/2024 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto/Fechado**



1 **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA**
Julgado e habilitado (decisão de recursos em análise)

Qtde solicitada: 1
Valor estimado (unitário) R\$ 6.137.456,9300

Propostas **Histórico de recursos**

Para acessar o termo de julgamento e visualizar os recursos e contrarrazões, selecione a sessão do julgamento/habilitação.

Data limite para recursos
29/08/2024
Data limite para decisão
17/09/2024

Data limite para contrarrazões
03/09/2024



Recursos e contrarrazões

27.037.303/0001-35
ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA
Recurso: cadastrado



Decisão do pregoeiro

Nome	Decisão tomada	Data decisão
NOME	não procede	12/09/2024 08:56

Fundamentação

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90031/2024 PROCESSO SEI N° 0006667-74.2024.6.05.8000 ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 90031/2024 RECORRENTE: ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35 I – RELATÓRIO Trata-se de recurso administrativo, interposto tempestivamente através do Sistema Compras.gov.br pela empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35, contra a decisão desta Pregoeira que a inabilitou e classificou e declarou vencedora a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22, do Pregão 90031/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA. II – DO RECURSO II.I SOBRE SUA INABILITAÇÃO Alega a recorrente quanto à sua inabilitação “O respectivo processo licitatório, ressalte-se, tem como objeto a contratação de serviços continuados com dedicação de mão-de-obra exclusiva de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA, tendo como critério de julgamento o menor preço, conforme instrumento convocatório. Ocorre que, conforme consta na ata de realização do pregão, esta empresa foi, equivocadamente, declarada inabilitada do certame, razão pela qual essa recorrente interpõe o presente recurso administrativo. A Ilustríssima Pregoeira, considerando a posição desta empresa como 1ª colocada, solicitou envio dos documentos, o que foi devidamente cumprido pela recorrente. Todavia, após recebimento dos documentos, a Comissão de Licitação, injustamente, declarou a recorrente inabilitada do certame. O motivo apresentado para inabilitação desta empresa foi de que a licitante não atendeu ao quanto disposto no instrumento convocatório. Entretanto, ressalte-se, a recorrente apresentou, tempestivamente, todos os documentos e esclarecimentos solicitados, não havendo, portanto, motivo justo para inabilitar esta empresa. A recorrente, dentre outros documentos, apresentou o atestado de capacidade técnica emitido pela Viação Reobote Ltda, juntamente com o contrato, no qual demonstra a prestação de serviço no âmbito da atividade licitada, na modalidade permuta. É cediço que a permuta consiste na transferência de bens ou serviços entre as partes contratantes, podendo envolver dinheiro ou não. No contrato de permuta, havendo a igualdade do valor monetário dos objetos contratados, como foi o caso do contrato de permuta pactuado entre a Elohim Tz'vaot e a Viação Reobote Ltda, não é necessário o pagamento em dinheiro. A quitação do contrato ocorre mediante a troca dos itens/serviços. Inclusive, o Brasil, a modalidade de contrato mediante permuta é válida. Nesse sentido, cumpre trazer à baila o quanto disposto no artigo 533 do Código Civil. Vejamos: “Art. 533. Aplicam-se à troca as disposições referentes à compra e venda, com as seguintes modificações: I - salvo disposição em contrário, cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento da troca;” O contrato de permuta celebrado entre a Elohim Tz'vaot e a empresa Viação Reobote foi elaborado e executado em estrita observância, dentre outros, ao princípio da boa-fé. Desse modo, são injustos e inaceitáveis os motivos apresentados para inabilitar a empresa licitante, ora recorrente, não sendo suficientes para impedir a sua permanência no certame, porquanto a recorrente atendeu todos os requisitos necessários para sagrar-se vencedora do certame. Sendo assim, mais razoável, lícito e consentâneo com os princípios constitucionais previstos na Magna Carta será que essa Comissão reconheça a ilegalidade de seu ato e declare a nulidade absoluta de sua decisão administrativa, haja vista a ausência de motivos para a inabilitação da empresa Elohim Tzvaot Tecnologia e Negócios LTDA.” II.I SOBRE A HABILITAÇÃO DA EMPRESA SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22 Alega a recorrente: “Prezados, a Licitação busca realizar dois fins igualmente relevantes: o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa. Se prevalecesse exclusivamente a ideia da “vantajosidade”, desde que cumpra claramente o Edital. Nesse sentido, chama à atenção para o fato de que a Documentação de Habilitação apresentada pela empresa EMPRESA SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, está errada. Vejamos os erros detectados na empresa recorrida: 1 – Do descumprimento do item 12.1.6, letra a), subitem 1.a.1; A Recorrida, não demonstrou através de seus atestados ter administrado a quantidade de 28 postos durante 3 anos seguidos, visto que o ATESTADO da Prefeitura Municipal de Pesqueira, o qual por sinal não foi apresentado nenhuma NOTA FISCAL, teve seu início em 02/02/2021 e término em 02/08/2021, portanto fica os 09-10 e 11/2021, sem a prestação do serviço, quebrando assim a ininterruptividade exigida no item 12.1.6 do Edital; Houve também o descumprimento do item 12.1.6, subitem 1.a.2; A Recorrida, não demonstrou que seus atestados ou declaração(ões) de capacidade técnica referem-se a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social, visto que seu CNAE principal é o 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos,

➤ [Acompanhar Contratação](#) ➤ [Pregão Eletrônico : UASG 70013 - N° 90031/2024](#) [\(Lei 14.133/2021\)](#)

modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos: d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas." A Recorrida não apresentou a Relação acima e muito menos a Justificativa. O fato do edital não ter solicitado a referida documentação não exime a Recorrida da obrigação de apresentá-la, visto que o mesmo está vinculado à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017. Conforme demonstrado, Douta Comissão, as informações além de discrepantes e controvertidas, estão incompletas. A obtenção da vantagem não autoriza violar direitos e garantias individuais. Ilustre Pregoeiro(a) e Membros da Comissão de Licitação, após essa simples conta matemática verifica-se indícios que a Recorrida não atende ao exigido no Edital;" III- DAS CONTRARRAZÕES A empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22 não apresentou contrarrrazões. IV - DOS FATOS Trazemos à tona as disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90031/2024 sobre os critérios de habilitação referentes às qualificações econômico-financeira e técnica: 12.1.5. Para a Qualificação econômico-financeira: a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante. b) Balanço Patrimonial relativo aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentado na forma da lei. b.1) O último exercício social exigível será o do ano imediatamente anterior, no caso de transcorridos os seguintes prazos para apresentação do Balanço Patrimonial: b.1.1) 30 de abril, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil; b.1.2) Último dia útil do mês de maio, para as licitantes obrigadas a adotar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme IN-RFB 1774/2017 (Acórdãos TCU-Plenário de n.os 119/2016 e 2293/18). 12.1.5.1. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira, relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, deverão comprovar o seguinte: a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1; b) Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da proposta da licitante para os 12 (doze) meses do ano não eleitoral; c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) valor da proposta da licitante para os 12 (doze) meses do ano não eleitoral. 12.1.5.2. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de liquidez ou solvência (LG, SG, LC). 12.1.5.3. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios. 12.1.5.4. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado por índices oficiais. 12.1.6. Qualificação técnica: a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos permanentes contratados em decorrência desta licitação (28 postos). 1.a.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica; 1.a.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constantes do Sicafe; b) Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão; 1.b.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez; 1.b.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro. 12.1.6.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados. 12.1.6.2. Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior. IV.I - DA INABILITAÇÃO DA EMPRESA ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35 A empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35 apresentou vários atestados, no entanto, diante da dificuldade de identificar os que comprovavam as qualificações técnicas exigidas, foi oportunizado à empresa que indicasse quais atestados faziam isso. Concedeu-se, então, novo prazo para envio de documentos, atendendo ao entendimento do TCU no Acórdão 1211/2021, tendo a empresa enviado uma planilha e também novos atestados. No entanto, aqueles que conseguiriam comprovar as exigências da qualificação técnica exigida no edital seriam os emitidos pelas empresas: • VIAÇÃO REOBOTE LTDA (7 profissionais por 3 anos, de 03/09/2018 a 02/09/2021) • JS TURISMO (26 postos de motoristas por 12 meses, de 01/03/2018 a 02/03/2019) e • CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGESTE BAIANO (19 profissionais, por 8 meses, de 01/03/2020 a 31/12/2020 IV.I.I - SOBRE O ATESTADO DA VIAÇÃO REOBOTE LTDA Verificamos que o atestado emitido pela VIAÇÃO REOBOTE LTDA está assinado pelo pai de uma das atuais proprietárias da empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA e o contrato não deixou muito claro ser de serviços continuados de terceirização de mão de obra, tendo em vista o objeto do contrato: "...serviços especializado e continuado de agenciamento intermediário de demanda..." (grifo acrescentado) Assim, visando sanar dúvidas e atendendo ao quanto prevê o edital na condição 12.1.6.1, de que "As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados", solicitamos que a empresa apresentasse as notas fiscais que comprovassem a execução dos serviços. No entanto, a empresa, em vez de enviar as notas fiscais apresentou um termo aditivo no qual foi alterada a forma de pagamento: antes, no contrato, na cláusula quinta, estava estabelecido que a forma de pagamento seria "mensalmente, com prazo de vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços" e no aditivo informa "que todos os pagamentos devidos à contratada, será devidamente compensado..." Então, lembramos no chat que "foram solicitadas as notas fiscais que comprovassem a prestação dos serviços". E a justificativa apresentada para o não envio foi: "Prezado Sr. pregoeiro conforme constante do termo aditivo, essa ELOHIM, como prestadora de serviços, tem como finalidade na iniciativa privada, a exploração de passageiros de ônibus, MODAL bastante valioso para quem conhece, com objetivo de enviar cargas e encomendas, para destinos específicos de ponto a ponto, bem como a entrega, ou seja, nossos serviços de mão de obra são compensações pelo prioridade exclusiva de uso de passageiros," (grifo acrescentado) E ainda alega no Recurso que "É cediço que a permuta consiste na transferência de bens ou serviços entre as partes contratantes, podendo envolver dinheiro ou não. No contrato de permuta, havendo a igualdade do valor monetário dos objetos contratados, como foi o caso do contrato de permuta pactuado entre a Elohim Tz'vaot e a Viação Reobote Ltda, não é necessário o pagamento em dinheiro. A quitação do contrato ocorre mediante a troca dos itens/serviços" e "O contrato de permuta celebrado entre a Elohim Tz'vaot e a empresa Viação Reobote foi elaborado e executado em estrita observância, dentre outros, ao princípio da boa-fé". (grifo acrescentado). Ocorre que a lei nº 8.846, de 21/01/1994, estabelece no art. 1º a obrigatoriedade da emissão de notas fiscais relativas à prestação de serviços e o art. 2º estabelece que caracteriza omissão de receita ou de rendimentos a falta de emissão de nota fiscal: Art. 1º A emissão de nota fiscal, recibo ou documento equivalente, relativo à venda de mercadorias, prestação de serviços ou operações de alienação de bens móveis, deverá ser efetuada, para efeito da legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, no momento da efetivação da operação. § 1º O disposto neste artigo também alcança: a) a locação de bens móveis e imóveis; b) quaisquer outras transações realizadas com bens e serviços, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas. ... Art. 2º Caracteriza omissão de receita ou de rendimentos, inclusive ganhos de capital para efeito do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e das contribuições sociais, incidentes sobre o lucro e o faturamento, a falta de emissão da nota fiscal, recibo ou documento equivalente, no momento da efetivação das operações a que se refere o artigo anterior, bem como a sua emissão com valor inferior ao da operação. Importante frisar a orientação constante do Acórdão nº 2771/2019- Plenário do TCU, que tratou da ausência de elementos mínimos para comprovar a validade de atestado emitido. Ali, a orientação foi que a empresa deveria "colacionar documentos que efetivamente comprovem a execução dos serviços atestados, tais como: notas fiscais de fornecedores, ..., comprovante de pagamento de mão de obra, ...dentre outros que entender pertinentes". Também, em caso de dúvida, o Acórdão 917/2022-Plenário do TCU concorda com a necessidade da apresentação de notas fiscais a fim de comprovar, de forma inequívoca, que os serviços descritos num atestado foram prestados. E, em consulta feita anteriormente por este Tribunal à Zênite Consultoria, a orientação foi: "imperioso adotar medidas voltadas a esclarecer os pontos obscuros ou controvertidos nos documentos apresentados pelos licitantes". Em resumo, não houve comprovação expressa da prestação dos serviços nem que a forma dos serviços foi terceirizada com postos permanentes, como exige o edital IV.I.II - SOBRE O ATESTADO DA JS TURISMO Tendo em vista ter surgido dúvida sobre a forma dos serviços prestados no atestado emitido pela JS TURISMO, consultamos a empresa, via e-mail, com o seguinte questionamento: "Consultamos se o contrato celebrado envolveu apenas o fornecimento da mão de obra(motoristas), ou englobou também o fornecimento dos ônibus, pois para nós o atestado é claro ao afirmar que foi serviço de transporte, com fornecimento de ônibus, mas no contrato não encontramos essa informação tão claramente." Recebemos a seguinte resposta da empresa: "Na questão do contrato 02/2018 a empresa Elohim, prestou serviço de 26 motoristas habilitados na categoria D e curso de condutor de passageiro, devido a Js Turismo ser detentora de linha de linha rodoviária perante a ANTT, os ônibus empregado é obrigatório ser de propriedade da detentora da Linha Js Turismo." No entanto, durante o transcurso do certame, a empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA registrou o seguinte no chat do pregão (ver mensagem

> Acompanhar Contratação > Pregão Eletrônico : UASG 70013 - N° 90031/2024 (Lei 14.133/2021)

com a seguinte mensagem: "Visando sanar dúvidas quanto à natureza dos serviços desse contrato, solicitamos, por favor, a disponibilização do edital do Pregão Presencial nº 001/2020, que deu origem à contratação". E a resposta recebida foi: "Procuramos algo aqui sobre esse processo edital 001/2020 e não encontramos, pois não sabemos qual era o diário oficial da época, e não achamos o processo físico, porém encontrei no email o contrato dessa empresa, e estarei encaminhando, para ver se atende as necessidades de vocês." A empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA, visando comprovar a veracidade do atestado apresentou apenas 4 notas fiscais relativas ao contrato: NOTA FISCAL VALOR (R\$) 03/2020 26.852,01 04/2020 28.770,00 07/2020 32.298,00 01/2021 51.976,40 Em resumo: considerando o teor do atestado, a forma de pagamento descrita nele e as notas fiscais apresentadas, não houve comprovação de ser serviços de terceirização com cessão de mão de obra. IV.II - DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22 A empresa apresentou dois atestados emitidos pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, através de sua Superintendência Regional Nordeste em Recife, que atenderam às exigências de qualificação técnica: 1 atestado de 6 meses, com 5 postos de motoristas, e outro atestado com 56 postos, iniciado em e 01/12/201 e que continua até hoje (2 anos e 8 meses). Quanto à qualificação econômica-financeira, a empresa apresentou o "Balanço Patrimonial relativo aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentado na forma da lei" que comprovaram os índices, o capital circulante líquido e o patrimônio líquido, que atendeu à condição 12.1.5.1 do edital. Sobre a alegação da recorrente, de que a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22 não apresentou nenhuma nota fiscal relativa ao atestado da Prefeitura Municipal de Pesqueira, esclarecemos não fizemos esta solicitação, pois o atestado não foi necessário para comprovar a qualificação técnica da empresa. Caso ele tivesse sido utilizado, essa providência seria adotada. Sobre o CNAE da empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22, o principal é 3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS, e dentre os secundários consta: 7820-5/00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA, CNAE Secundário 31: 7830-2/00 - FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CNAE Secundário 32: 8111-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, CNAE Secundário 33: 8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS Sobre as considerações feitas pela recorrente quanto aos valores constantes do Balanço de 2022, esclarecemos que não adentramos em cada registro nele constante, tendo em vista ter esse sido elaborado por contador habilitado, conforme certidão de registro emitida no Conselho de Regional de Contabilidade, e ter sido registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco. E sobre o descumprimento do que determina o ANEXO VII-A, item 11.1, letra d, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, lembramos que, além do art. 69, § 3º da lei 14.133/2021 diz que "é admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômica-financeira, ...", e não obrigatória, tal exigência não constou no edital. V- CONCLUSÃO Depreende-se das condições acima transcritas que: 1- A empresa , ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35, não conseguiu comprovar a execução dos serviços constantes dos atestados apresentados nem que estes foram de serviços continuados com cessão de mão de obra, pois deixou de comprovar a efetiva prestação através das notas fiscais e ainda justificou o descaso com a lei 8.846/1994. E embora não haja vedação, um dos atestados foi emitido pelo pai de uma das atuais proprietária da empresa, o que nos motivou a pedir a comprovação da efetiva prestação dos serviços. 2- A empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22, apresentou a documentação de habilitação exigida no edital, não sendo atribuição do pregoeiro analisar o balanço patrimonial, quanto ao registro, ou não, de receitas e despesas, conforme alega a recorrente, já que este foi elaborado por um contador com registro válido, a quem cabe a responsabilidade. VI- DA DECISÃO DO PREGOEIRO Diante do quanto exposto acima, manifestamo-nos pela IMPROCEDÊNCIA dos recursos contra a decisão desta Pregoeira que: 1.1 Inabilitou a empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35, considerando que não comprovou a veracidade da prestação dos serviços, não comprovando a qualificação técnica; 1.2 Habilitou e declarou vencedora a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22, considerando que o balanço apresentado, que foi elaborado por um contador e registrado na junta comercial, atendeu aos requisitos de qualificação econômico-financeira exigidos no edital. Salvador (BA), 12 de setembro de 2024 Cristiana Maria Paz Lima Soares Pregoeira

Voltar



**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO ESTADO DA BAHIA – TRE/BA**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90031/2024

SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/PF sob o nº 01.438.073/0001-22, representada pelo seu sócio administrador Luciano Silva de Souza, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 6000227 SDS/PE, inscrito no CPF de nº 041.283.924-56, residente e domiciliado na Rua Faizão, nº 39, bairro de Ouro Preto, na cidade de Olinda/PE, CEP: 53370-100, vem, apresentar, no prazo legal, **CONTRARRAZÕES** ao recurso apresentado pela empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA, nos termos a seguir.

A questão, que não é de maior grandeza, cinge-se à irresignação das recorrentes quanto à sua inabilitação do certame e com relação à habilitação desta empresa, ora recorrida, sob a alegação de descumprimento de exigências contidas no edital e termo de referência.

Ocorre que a referida alegação não merece prosperar, como será demonstrado a seguir.

1. Das razões para a manutenção da decisão

1.1. Das irregularidades que levaram à inabilitação da empresa recorrente

Como referido pela própria recorrente, a razão para sua inabilitação se deu em virtude da não elucidação de dúvidas acerca de um atestado de capacidade, mais especificamente o emitido pela empresa Viação Reobote LTDA.

A recorrente alega, em seu recurso, que após solicitação do envio de documentos complementares pela comissão de licitação, apresentou, tempestivamente, todos os documentos e esclarecimentos solicitados, não havendo, portanto, motivo justo para inabilitar esta empresa.

Chamou de injusta a inabilitação, pois a justificativa apresentada – apresentação de

contrato de permuta ao invés de notas fiscais – seria aceita, uma vez que prevista no art. 533 do Código Civil. Nada além disso.

Não se deve misturar alhos com bugalhos.

O atestado anexado em sua habilitação, dá indícios de manipulação do documento, rechaçando a possibilidade de reconhecimento de sua validade e pertinência, porquanto o período dos serviços prestados (Serviços contínuos de prevenção de combate á incêndios e primeiros socorros) se deu período de 03/09/2018 à 02/09/2021, ou seja, **exatamente o período exigido no edital**, além do que foi assinado pelo **Sr. Raimundo Nonato Tanuri Bento**, este que é **pai da Sra. Hadassa Mel de Lima Tanuri, atual sócia da Empresa ELOHIM.**

Ora, é natural que ao analisar a documentação, tenha surgido dúvidas por parte da Comissão do TRE/BA, pelo que foi feita a solicitação de documentos que apontassem para a efetiva realização daquele serviço, como é o caso de notas fiscais, que afastaria a existência de qualquer fato obscuro sobre a comprovação da execução dos serviços.

Certo é que ao invés de apresentar as notas fiscais, a recorrente apresentou o termo aditivo datado de 24/09/2018, ou seja, menos de 01 mês da assinatura do contrato com alteração na forma de pagamento.

Note-se, pois, que somente após o encerramento dos prazos abertos pela comissão para os envios das notas fiscais, a empresa apresentou uma “nota de esclarecimento” explicitando a existência de um instrumento de permuta de serviços como forma de compensação de pagamento, documento este de cunho sabidamente particular, que, diante da correlação e parentesco dos envolvidos, não tem o condão de sanar a dúvida surgida, principalmente pelo fato de estarmos diante de uma premente contratação pública.

Saliente-se que a solicitação de notas fiscais com a finalidade de comprovação de capacidade técnica é conduta aceita pelo TCU, senão observe:

“Não há previsão legal, para fins de qualificação técnica, da apresentação de notas fiscais para comprovação dos atestados de capacidade técnica. Contudo, **é faculdade da comissão de licitação ou do pregoeiro realizar diligências para**

verificar a fidedignidade dos documentos apresentados pela licitante.”

Acórdão 1385/2016-Plenário

É o caso em questão, onde a fidedignidade dos documentos, conhecidos apenas no âmbito daquela relação privada (e familiar) foi colocada em xeque.

Dito isso, o recurso, neste ponto, merece ser desprovido, haja vista a não sustentação do atestado de capacidade técnica, sem o qual não há segurança para que a Administração celebre o contrato.

2. Do cumprimento das cláusulas do edital pela empresa recorrida

A empresa ELOHIM ainda argumentou que a recorrida deveria ter sido **inabilitada** em razão do suposto descumprimento do item **12.1.6** do edital, pela alegada não apresentação de atestado de capacidade técnica.

A previsão no edital foi assim descrita:

“12.1.6. Qualificação técnica:

a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos permanentes contratados em decorrência desta licitação (28 postos).

1.a.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

1.a.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constantes do Sicafe;

b) Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;

1.b.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

1.b.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

12.1.6.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidades técnicas apresentadas.

12.1.6.2. Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

Com efeito, quanto ao subitem 1.a.1., tem-se objetivamente que foi apresentado o atestado de capacidade técnica do INSS CONTRATO Nº 54/2021 onde se deu início em 01/12/2021, estando vigente até o presente momento com a prestação de 56 postos de trabalhos, ou seja, em quantidade bem superior ao exigido no edital.

Outrossim, com relação à apresentação das Notas Fiscais da Prefeitura de Pesqueira, a questão é de simples compreensão: A SERV MAIS não teria problema algum em apresentá-las, desde que requisitadas pela Comissão, o que ainda não foi feito, denotando que inexiste dúvida a ser esclarecida com o atestado apresentado, oriundo de um órgão público.

No que pertencente à experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, a recorrida apresentou o atestado e o contrato nº 12/2021, onde foram prestados, no período de 12/04/2021 a 12/10/2021 os serviços de Condução de Veículos com 06 motoristas, com 06 meses de execução dos serviços.

Também foi apresentado o atestado (serviços terceirizados) datado de 22/08/2024 e contrato nº 54/2021 com o início do contrato em 01/12/2021, com 31 meses e 22 dias de serviços prestados.

Em atendimento ao item 12.1.6 alínea "b", foram executados 37 meses e 22 dias de serviços, ou seja 03 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não.

Já no que diz respeito ao descumprimento do item 12.1.6, subitem 1.a.2, restou claro que

as atividades econômicas comprovadas pelos atestados poderão ser a principal e/ou secundária do concorrente, o que foi tranquilamente atendido pela SERV Mais.

Com relação ao balanço, a recorrente, talvez por falta de conhecimento ou estar tentando tumultuar o processo com alegações infundadas, olvida-se que o ATIVO em um balanço patrimonial são os bens e direitos de uma empresa que podem ser convertidos em dinheiro, ou seja, os recursos da empresa.

A recorrida faturou em 2022, conforme seu balanço – Receita Bruta (Receita de serviços prestados) um montante de R\$ 2.843.183,42 e não o valor de R\$ 1.606.671,58.

Além disso e ultrapassando-se o erro grotesco e primário por parte da empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA, vale salientar que mesmo constando no contrato junto ao INSS o valor de R\$ 2.594.680,56, não foi faturado esse valor, tendo em vista que no valor estão inclusos as diárias, que só são pagas mediante solicitação do contratante sobre as diárias para suprir viagens dos colaboradores.

Por fim, quanto ao alegado descumprimento o que determina o ANEXO VII-A item, letra d), da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, de 26 de Maio de 2017, é possível facilmente perceber que não há exigência editalícia a esse respeito, indicando-se, conclusivamente, que não há descumprimento algum por parte da empresa SERV MAIS.

DO DIREITO:

Por sua vez, o princípio da vinculação ao edital estabelece que o edital da licitação “faz lei” entre as partes. Isso é, tanto a Administração (contratante) quanto o contratado devem observar o que consta do edital, pautando suas condutas nas previsões editalícias.

3. Dos pedidos

Por assim dizer, pelo fato de não ter se desincumbido a recorrente de comprovar ter atendido aos requisitos do edital e por não haver qualquer irregularidade na decisão que determinou sua inabilitação, o recurso deve ser desprovido.

De outra banda, não há que se falar em **desrespeito ao edital** por parte desta recorrida, uma vez que todos os critérios foram notadamente observados, não tendo melhor sorte ao recurso

neste ponto, devendo ser desprovido, dando-se continuidade ao procedimento licitatório.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Bezerros/PE, 03 de setembro de 2024.

SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI



Atestado de Capacidade Técnica

Atesto para os devidos fins que a **ELHOIM Serviços Pinturas e Reforma Eirelli**, CNPJ N° 27.037.303/0001-35, localizada na Rua Bento de Abade de Freitas, N° - 20-Q, Pioneiro CATU_Bahia, Cep. 48110-000, Prestou serviços de forma contínua, de prevenção, combate a incêndio e primeiros socorros, com 02 (dois) postos diurno de Bombeiro Civil, (01) técnico de segurança do trabalho e (01) engenheiro de segurança do trabalho e (01) Técnico de edificações e (02) Técnico de instalações Elétricas no período de 03 de Setembro de 2018 a 02 de setembro de 2021, nas instalações localizada em sua Garagem de guarda de Veículos e encomendas, localizada na sua filial de **FORMOSA-GOIAS, AVENIDA TANCREDO NEVES VIA 26, S/N, QUADRA 310 LOTE 001, BAIRRO SETOR SUL, 73802-489, FORMOSA/GO**

FORMOSA-GO, 07 de Outubro de 2021

VIACÃO REOBOTE LTDA
Raimundo Nonato Tanuri Bento
CPF 520.598.555-00
CNPJ: 30.910.717/0001-31
CONTRATANTE



61 98177-1514



viaçãoreobote13@gmail.com



Av. Tancredo Neves, Via 26, S/N, Quadra, 310
Lote 001, Bairro setor sul, Formosa - Go

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

RE-IDENTIFICAÇÃO RECOMENDADA
NÃO PLASTIFICAR

Proibido Plastificar

POLEGAR DIREITO

Hadasa Mel de Lima Tanuri

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS CREIG & SUTRE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 20.540.739-03 DATA DE EXPEDIÇÃO 01-03-2023

NOME HADASSA MEL DE LIMA TANURI

FILIAÇÃO RAIMUNDO NONATO TANURI BENTO

NATURALIDADE CLIVIA GLEICE DE LIMA TANURI

DOC ORIGEM SALVADOR BA DATA DE NASCIMENTO 11-09-2005

CPF C.NAS. CM SALVADOR BA DS
PILAR LV 74 FL 253 RT 92170
070.805.955-41

forge Assinatura do Titular

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Propostas Histórico de recursos

Para acessar o termo de julgamento e visualizar os recursos e contrarrazões, selecione a sessão do julgamento/habilitação

Data limite para recursos
29/08/2024Data limite para contrarrazões
03/09/2024Data limite para decisão
17/09/2024

Recursos e contrarrazões

27.037.303/0001-35

ELOHIM TZ VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA

Recurso cadastrado

Intenção de recurso

Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 09:42 de 22/08/2024

Recurso

RECURSO ELOHIM TRE BA ATESTADO E BALANÇO SERV MAIS 29-08-2024.pdf

29/08/2024 23:54:45



Contrarrazões

01.438.073/0001-22

SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA

Contrarrazão registrada



Decisão do pregoeiro

Nome

NOME

Decisão tomada

não procede

Data decisão

12/09/2024 08:56

Fundamentação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2024 PROCESSO SEI Nº 0006667-74.2024.6.05.8000 ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 90031/2024 RECORRENTE ELOHIM TZ VAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA. CNPJ nº 27.037.303/0001-35, contra a decisão desta Pregoeira que a inabilitou e classificou e declarou vencedora a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. CNPJ nº 01.438.073/0001-22, do Pregão 90031/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA. II – DO RECURSO II SOBRE SUA INABILITAÇÃO Alega a recorrente quanto à sua inabilitação "O respectivo processo licitatório, ressalte-se, tem como objeto a contratação de serviços continuados com dedicação de mão-de-obra exclusiva de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP

Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA

Instada a realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis foi publicado Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, bem como nos *sítes* do TRE-BA e do Compras.gov.br.

Não houve pedido de esclarecimento nem de impugnação.

No dia 29 (vinte e nove) de julho de 2024, às 9h (horário de Brasília), a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria nº 829, de 24 de outubro de 2023, deu início a realização dos trabalhos relativos ao presente Pregão.

O resumo das declarações feitas pelas licitantes consta do doc. nº3023445.

Logo no início foi feito o alerta aos licitantes de que, conforme a Condição 17.1 do Edital, a desistência imotivada da proposta, assim como a omissão no envio de documentação exigida no certame, ocasionará a instauração de processo para apurar a conduta da licitante, com base no § 4º do artigo 156 da Lei n.º 14.133/2021..

Iniciadas as etapas competitivas aberta e fechada, foram ofertados os lances registrados no termos de julgamento acostado aos autos, doc. nº 3023448.

Após a classificação das propostas pelo próprio sistema, a empresa que apresentou o melhor lance foi a empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35. A empresa apresentou a proposta ajustada ao último lance e demais documentos indicados na Seção X do edital. Após a classificação da empresa, passamos para a fase de habilitação, momento em que a empresa foi inabilitada por não atender às exigências de qualificação técnica.

A próxima melhor proposta foi da empresa **SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22, no valor de R\$ 5.468.934,05**, cuja proposta consta dos docs. nº 3023480 (PDF) e 3023482 (Excel), e, por atender aos requisitos de habilitação, **foi declarada vencedora**. Os documentos de habilitação constam do doc. nº 3023452

A empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35, entrou com recurso contra a decisão desta Pregoeira que a inabilitou e classificou e declarou vencedora a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22.

O recurso apresentado consta do doc. nº 3023505 e a contrarrazão da empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA do doc. nº 3023530.

Frisamos que, até o momento da publicação da decisão pela improcedência do

recurso, a contrarrazão apresentada pela empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA não aparecia no sistema Compras.gov.br, motivo pelo qual não é citada na decisão. Só tomamos conhecimento dela na data de ontem, quando, ao consultar o pregão, ela apareceu (consulta feita sem o uso de *token* ou senha, pois após o registro da decisão o Pregão também não está mais aparecendo na Área de Trabalho do sistema). Hoje, dia 14/09/2024, ao consultar novamente o sistema, a contrarrazão não aparece novamente. Essa instabilidade no sistema pode ser vista nos *prints* de tela que constam do doc. 3023535.

Os motivos para o não reconhecimento do recurso interposto constam da manifestação desta pregoeira no doc. nº 3023514, juntamente com a comprovação da sua publicação..

Juntamos os atestados apresentados pela empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA, tanto aqueles que comprovariam o atendimento das qualificações técnica exigidas no edital, doc. nº 3023498 , mas que não tiveram a comprovação dos serviços atestadas; quanto os demais atestados que não serviram para comprovar o atendimento das exigências do edital (doc. nº 3023500), mas que foram enviados por ela. E no doc. nº. 3023502 constam o ato constitutivo e as alterações do contrato social da empresa que comprovam o parentesco entre uma das atuais proprietárias e o emissor do atestado da VIAÇÃO REOBOTE LTDA (único atestado que comprovaria a experiência de 3 anos de prestação de serviços exigida no edital).

É o Relatório, que ora se submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Cristiana Maria Paz Lima Soares
Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Maria Paz Lima Soares, Técnico Judiciário**, em 14/09/2024, às 17:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3023742** e o código CRC **B7D7594E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASSED

Considerando recurso interposto ao Pregão Eletrônico 90031/2024, manifestação da pregoeira e contrarrazões apresentadas, documento n.º 3000940 e documentos n.ºs 3023505 e seguintes, encaminhe-se à ASJUR1, para análise e pronunciamento.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 16/09/2024, às 15:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trtba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3025851** e o código CRC **FB68CEEC**.

0006667-74.2024.6.05.8000

3025851v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0006667-74.2024.6.05.8000
SEÇÃO DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
INTERESSADO : COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS
ASSUNTO : Recurso. Pregão 90031/2024. Condutores de veículos

PARECER nº 521 / 2024 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam os autos a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, para emissão de parecer em face do Recurso impetrado pela empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA (docs. nºs 3000940 e 3023505), contra a decisão da Pregoeira, que, no Pregão Eletrônico 90031/2024 (doc. nº 2900918), a inabilitou, e, conseqüentemente, classificou, habilitou e declarou vencedora a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

2. Em síntese, a Recorrente sustenta que:

a) A Comissão de Licitação a inabilitou de forma injusta, após diligências acerca do atestado de capacidade técnica emitido pela empresa Viação Rebote Ltda, e que resultaram na apresentação do respectivo contrato, no qual se demonstrou a prestação de serviços, *na modalidade permuta*.

b) No Brasil, a modalidade de contrato mediante permuta é válida e o contrato em questão foi elaborado e executado com estrita observância ao princípio da boa fé.

c) São injustos e inaceitáveis os motivos que embasaram a decisão de inabilitação, vez que atendeu a todos os requisitos que a sagriam vencedora no certame.

d) A documentação de habilitação da empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA descumpriu as condições 12.1.6, "a", e 1.a.1.

e) A empresa ora declarada vencedora não comprovou ter administrado 28 postos de trabalho durante 3 anos, pois seu atestado referiu-se a contrato com duração de 02.02.2021 a 02.08.2021 e, além disso, não foi apresentada nenhuma nota fiscal relativa à prestação de serviços ali indicada.

f) Os atestados de capacidade técnica da licitante SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA não se referem a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária, que seriam comprovados através do contrato social.

g) O CNAE principal da vencedora é 38.11-4-00 -*Coleta de resíduos não-perigosos*, o que não condiz com o objeto dos atestados trazidos por ela, muito menos com o serviço objeto da presente licitação.

h) A Recorrida não apresentou o cartão CNPJ e nem o contrato social de 2021.

i) No Balanço de 2022 da Recorrida consta o valor de R\$1.606.671,58 como ATIVO e, na hipótese da empresa ter mantido contrato apenas com o INSS (contrato nº 54/2021), *"os valores não batem"*, vez que somente o referido contrato tem valor de R\$ 2.594.680,56. Sendo assim, indaga: *"onde foi parar a diferença de quase 1 milhão de reais?"*

j) A empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA não apresentou a relação de compromissos assumidos, prevista no *"ANEXO VII-A, item 11.1, letra d), da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017"*.

2.1. Segue, discorrendo acerca dos limites da atuação discricionária da Administração nos certames, bem como sobre o princípio do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório, para, ao final, afirmar da *"absoluta necessidade da reforma do ato que habilitou a empresa recorrida, haja vista que essa não obedeceu aos ditames edita lícitos e do próprio Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.214/13, Plenário)"*, e requerer a reforma da decisão, a fim de ser inabilitada a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, *"por não comprovar a veracidade do Atestado de capacidade técnica"* e *"pelas omissões de informações a serem obrigatoriamente prestada a este TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA"*.

3. Em sede de contrarrazões, a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA refutou as alegações da Recorrente, afirmando (doc. nº 3023530):

a) O atestado apresentado pela ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA tem *"indícios de manipulação"*, fato que afasta a possibilidade de se reconhecer a validade e pertinência da documentação.

b) A prestação de serviços descrita no atestado da ELOHIM refere-se ao período exato fixado no edital (três anos, 03.09.2018 a 02.09.2021) e foi assinado pelo pai da atual sócia da Recorrente.

c) Diligenciado pela Pregoeira, a Recorrente não trouxe notas fiscais, mas apresentou termo aditivo datada de 24.09.2018, *"ou seja, menos de 01 mês da assinatura do contrato com alteração na forma de pagamento"*.

d) A Recorrente apresentou uma *"nota de esclarecimento"*, acerca da *"existência de um instrumento de permuta de serviços como forma de compensação de pagamento"*, documento este que, *"diante da correlação e parentesco dos envolvidos, não tem o condão de sanar a dúvida surgida"*.

e) A Recorrida apresentou atestado de capacidade técnica que atende às condições do edital, vez que o contrato nº 54/2021, ao qual se reporta a documentação, teve início em 01.12.2021 e se encontra vigente, até o presente momento, *"com a prestação de 56 postos de trabalhos"*.

f) Nos atestados foi comprovada a prestação de serviços de forma concomitante, atendendo, assim, às condições 12.1.6, "b", e, no tocante à condição "1.a.2", *"restou claro que as atividades econômicas comprovadas pelos atestados poderão ser a principal e/ou secundária do concorrente, o que foi tranquilamente atendido pela SERV Mais"*.

g) Em um balanço patrimonial, o ATIVO representa os bens e direitos de uma empresa que poderão ser convertidos em dinheiro, *"ou seja, os recursos da empresa"*.

h) O valor do contrato junto ao INSS (R\$ 2.594.680,56), não foi integralmente faturado, *"tendo em vista que no valor estão inclusos as diárias, que*

só são pagas mediante solicitação do contratante sobre as diárias para suprir viagens dos colaboradores".

i) Não foi exigido, no edital, a apresentação de documentos constantes do "ANEXO VII-A item, letra d), da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 , de 26 de Maio de 2017".

j) Ao final, pede que o recurso não seja provido e que se dê continuidade à licitação.

4. Por seu turno, a Pregoeira se posicionou pela integral improcedência do Recurso (doc. nº 3023514), ocasião em que relatou todas as circunstâncias em torno dos atestados apresentados pela empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA e que demandaram a realização de diligências, em face *"da dificuldade de identificar os que comprovavam as qualificações técnicas exigidas"* no ato convocatório.

4.1. Neste sentido, a Pregoeira informou:

"Concedeu-se, então, novo prazo para envio de documentos, atendendo ao entendimento do TCU no Acórdão 1211/2021, tendo a empresa enviado uma planilha e também novos atestados. No entanto, aqueles que conseguiriam comprovar as exigências da qualificação técnica exigida no edital seriam os emitidos pelas empresas:

- VIAÇÃO REOBOTE LTDA (7 profissionais por 3 anos, de 03/09/2018 a 02/09/2021)
- JS TURISMO (26 postos de motoristas por 12 meses, de 01/03/2018 a 02/03/2019) e
- CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGESTE BAIANO (19 profissionais, por 8 meses, de 01/03/2020 a 31/12/2020".

4.1.1. Após, registrou cada uma das diligências empreendidas, e, quanto a todos eles, ao final, remanesceram dúvidas não superadas, o que provocou o afastamento da licitante do certame, mediante a respectiva inabilitação. Vejamos, abaixo, trechos do que foi relatado pela Pregoeira:

"SOBRE O ATESTADO DA VIAÇÃO REOBOTE LTDA

Verificamos que o atestado emitido pela VIAÇÃO REOBOTE LTDA está assinado pelo pai de uma das atuais proprietárias da empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA e o contrato não deixou muito claro ser de serviços continuados de terceirização de mão de obra, tendo em vista o objeto do contrato: "...serviços especializado e continuado de agenciamento intermediário de demanda...." (grifo acrescentado)

Assim, visando sanar dúvidas e atendendo ao quanto prevê o edital na condição 12.1.6.1, de que "As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados", solicitamos que a empresa apresentasse as notas fiscais que comprovassem a execução dos serviços.

No entanto, a empresa, em vez de enviar as notas fiscais

apresentou um termo aditivo no qual foi alterada a forma de pagamento: antes, no contrato, na cláusula quinta, estava estabelecido que a forma de pagamento seria “mensalmente, com prazo de vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços” e no aditivo informa “que todos os pagamentos devidos à contratada, será devidamente compensado...”

Então, lembramos no chat que “foram solicitadas as notas fiscais que comprovassem a prestação dos serviços”. E a justificativa apresentada para o não envio foi: “Prezado Sr. pregoeiro conforme constante do termo aditivo, essa ELOHIM , como prestadora de serviços, tem como finalidade na iniciativa privada, a exploração de bagageiros de ônibus, MODAL bastante valioso para quem conhece, com objetivo de enviar cargas e encomendas, para destinos específicos de ponto a ponto, bem como a entrega, ou seja, nossos serviços de mão de obra são compensações pelo prioridade exclusiva de uso de bagageiros,” (grifo acrescentado)

(...)

Ocorre que a lei nº 8.846, de 21/01/1994, estabelece no art. 1º a obrigatoriedade da emissão de notas fiscais relativas à prestação de serviços e o art. 2º estabelece que caracteriza omissão de receita ou de rendimentos a falta de emissão de nota fiscal:

Art. 1º A emissão de nota fiscal, recibo ou documento equivalente, relativo à venda de mercadorias, prestação de serviços ou operações de alienação de bens móveis, deverá ser efetuada, para efeito da legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, no momento da efetivação da operação.

§ 1º O disposto neste artigo também alcança:

- a) a locação de bens móveis e imóveis;
- b) quaisquer outras transações realizadas com bens e serviços, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas.

...

Art. 2º Caracteriza omissão de receita ou de rendimentos, inclusive ganhos de capital para efeito do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e das contribuições sociais, incidentes sobre o lucro e o faturamento, a falta de emissão da nota fiscal, recibo ou documento equivalente, no momento da efetivação das operações a que se refere o artigo anterior, bem como a sua emissão com valor inferior ao da operação.

(...)

Em resumo, não houve comprovação expressa da prestação dos serviços nem que a forma dos serviços foi terceirizada com postos permanentes, como exige o edital.

SOBRE O ATESTADO DA JS TURISMO

Tendo em vista ter surgido dúvida sobre a forma dos serviços prestados no atestado emitido pela JS TURISMO, consultamos a empresa, via e-mail, com o seguinte questionamento:

“Consultamos se o contrato celebrado envolveu apenas o

fornecimento da mão de obra(motoristas), ou englobou também o fornecimento dos ônibus, pois para nós o atestado é claro ao afirmar que foi serviço de transporte, com fornecimento de ônibus, mas no contrato não encontramos essa informação tão claramente.”

Recebemos a seguinte resposta da empresa:

“Na questão do contrato 02/2018 a empresa Elohin, prestou serviço de 26 motoristas habilitados na categoria D e curso de condutor de passageiro, devido a Js Turismo ser detentora de linha de linha rodoviária perante a ANTT, os ônibus empregado é obrigatório ser de propriedade da detentora da Linha Js Turismo.”

No entanto, durante o transcurso do certame, a empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA registrou o seguinte no chat do pregão (ver mensagem enviada no dia 22/082024 às 09:22:49h): “As duas formas de prestação de serviços e pagamentos são similares, por isso a confusão”, referindo-se tanto ao atestado da VIAÇÃO REOBOTE LTDA quanto ao da JS TURISMO. Assim, se ainda considerarmos o teor dessa mensagem, o atestado da JS TURISMO deixa de ter validade para este certame, pois desvirtua a prestação de serviços continuado de cessão de mão de obra.

SOBRE O ATESTADO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGESTE BAIANO

A empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA apresentou um atestado do CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO LITORAL NORTE E AGESTE BAIANO no valor de R\$ R\$ 1.310.000,00 (um milhão, trezentos e dez mil reais), que, segundo eles, seria de terceirização de mão de obra. Visando sanar essa dúvida, consultamos o CONSÓRCIO por e-mail com a seguinte mensagem:

“Visando sanar dúvidas quanto à natureza dos serviços desse contrato, solicitamos, por favor, a disponibilização do edital do Pregão Presencial nº 001/2020, que deu origem à contratação”.

E a resposta recebida foi:

“Procuramos algo aqui sobre esse processo edital 001/2020 e não encontramos, pois não sabemos qual era o diário oficial da época, e não achamos o processo físico, porém encontrei no email o contrato dessa empresa, e estarei encaminhando, para ver se atende as necessidades de vocês.”

A empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA, visando comprovar a veracidade do atestado apresentou apenas 4 notas fiscais relativas ao contrato:

(...)

Em resumo: considerando o teor do atestado, a forma de pagamento descrita nele e as notas fiscais apresentadas, não houve comprovação de ser serviços de terceirização com cessão de mão de obra.”

4.2. No tocante às alegações contrárias à habilitação da empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, a Pregoeiro reiterou que os

atestados por ela apresentados atenderam "às exigências de qualificação técnica: 1 atestado de 6 meses, com 5 postos de motoristas, e outro atestado com 56 postos, iniciado em e 01/12/201 e que continua até hoje (2 anos e 8 meses)", e , sendo assim, não foi necessário diligenciar a complementar apresentação de notas fiscais. Além disso, no que diz respeito à atividade da empresa, ressaltou que o CNAE principal é, de fato, aquela informado pela Recorrente, porém, dentre os códigos secundários, constam: 7820-5/00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA, CNAE Secundário 31: 7830-2/00 - FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CNAE Secundário 32: 8111-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, CNAE Secundário 33: 8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS.

4.2.1. De relação à qualificação econômico-financeira da SERV MAIS, afirmou a Pregoeira que o *balanço patrimonial* foi apresentado com atendimento à condição 12.1.5.1 do edital, razão que, igualmente, dispensou a promoção de diligências nos termos do ANEXO VII-A, item 11.1, letra d, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017. Ademais, assegurou não adentar na análise de cada registro constante na documentação, tendo em vista ser "elaborado por contador habilitado, conforme certidão de registro emitida no Conselho de Regional de Contabilidade, e ter sido registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco".

4.3. Ao final, arrematou:

"Depreende-se das condições acima transcritas que:

1- A empresa, ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35, não conseguiu comprovar a execução dos serviços constantes dos atestados apresentados nem que estes foram de serviços continuados com cessão de mão de obra, pois deixou de comprovar a efetiva prestação através das notas fiscais e ainda justificou o descaso com a lei 8.846/1994. E embora não haja vedação, um dos atestados foi emitido pelo pai de uma das atuais proprietária da empresa, o que nos motivou a pedir a comprovação da efetiva prestação dos serviços.

2- A empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 01.438.073/0001-22, apresentou a documentação de habilitação exigida no edital, não sendo atribuição do pregoeiro analisar o balanço patrimonial, quanto ao registro, ou não, de receitas e despesas, conforme alega a recorrente, já que este foi elaborado por um contador com registro válido, a quem cabe a responsabilidade."

5. Mediante doc. nº 3023535, comprovou-se falhas ocorridas no sistema Compras.gov.br, fato que impediu a prévia constatação da existência de contrarrazões, conforme esclarecido no Relatório Final do pregão (doc. nº 3023742).

É o Relatório.

6. Corroboramos *in totum* o posicionamento da Pregoeira, que se vê sintetizado na parte final do doc. nº 3023514., conforme discutiremos a seguir.

7. Decerto, havendo dúvidas acerca do conteúdo dos atestados trazidos pela licitante, cumpria que se fizessem as necessárias diligências, antes de ser proferida a decisão pela habilitação ou inabilitação da Recorrente. Não por outra razão, o ato convocatório traz:

"12.1.6. Qualificação técnica:

(...)

12.1.6.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

(...)

12.2.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (conforme art. 64 da Lei 14.133/2021), para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;"

(...)

12.2.2.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista na condição 12.2.2 acima, não alcança documento que atesta condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, que não foi encaminhado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro, conforme Acórdão 1211/2021-Plenário-TCU.

7.1. Nesta linha, e especialmente à vista da **condição 12.1.6.1** acima reproduzida, entendemos que a Pregoeira atuou adequadamente e com fiel obediência às regras editalícias. Todavia, após concluídas as diligências, vimos que permaneceram sem respostas as dúvidas e receios iniciais da Pregoeira.

7.1.1. Quanto ao atestado contido no doc. nº 3023498, página inicial, não fosse pela incômoda situação de ter sido emitido pelo genitor da sócia da ELOHIM, foi afirmado que a prestação do serviço ocorreu sem a contraprestação pecuniária, como usualmente se vê no mundo empresarial e na linha do que preconiza a Lei nº 8846/94, citada pelo Agente de Contratação, que estabelece, dentre outras coisas, a obrigatoriedade da emissão de documentos fiscais, sob pena de caracterizar-se *omissão de receita ou de rendimentos*, com consequente implicações junto à Fazenda.

7.1.2. De referência aos demais atestados envolvidos na diligência (doc. nº 3023498, páginas 13 e 28), de igual modo, a empresa não logrou êxito em dirimir as dúvidas, e, ao final, não foi possível identificar se os serviços ali abarcados correspondiam aos que ora este Tribunal pretende contratar e, por consequência, aferir a *expertise* da concorrente.

7.3. Na esteira do Acórdão TCU nº 1924/2011 - Plenário, "*as informações demandadas nos atestados a serem apresentados por licitantes, para o fim de comprovação de capacidade técnica, devem ser dotadas de clareza, sendo que, no caso de dúvidas, cabe ao gestor público valer-se da faculdade contida no § 3º art. 43 da Lei 8.666/1993, promovendo diligências, para saneamento os fatos, se necessário.*" Em evolução, já sob a égide da Lei nº 14133/2021, por meio do Acórdão TCU nº 1211/2021 - Plenário, estabeleceu-se que o licitante poderá trazer até mesmo novos documentos, a fim de suprir a insuficiência da anterior documentação já apresentada. Tudo para que, ao final, reste inequívoca a comprovação do atendimento às exigências do edital, o que, *in casu*, não aconteceu e impediu que fosse habilitada a empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA.

8. De referência aos argumentos que versam sobre a empresa SERV

MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, numa tentativa de ver modificada a decisão que habilitou a referida licitante no certame, o somatório dos atestados contidos no doc. nº 3023452, páginas 40 e 46, demonstram claramente o atendimento das condições editalícias. Não é demais repetir: "A empresa apresentou dois atestados emitidos pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, através de sua Superintendência Regional Nordeste em Recife, que atenderam às exigências de qualificação técnica: 1 atestado de 6 meses, com 5 postos de motoristas, e outro atestado com 56 postos, iniciado em e 01/12/201 e que continua até hoje (2 anos e 8 meses)" (doc. nº 3023514, página 9).

8.1. A atividade secundária da empresa, por sua vez, também não impediria a habilitação, haja vista a referência à locação de mão de obra, que guarda perfeita harmonia com a contratação objeto do certame, nos termos informados pela Pregoeira.

8.1. Para a questão versando sobre os dados contidos no Balanço Patrimonial da SERV MAIS, não há como se cogitar do desatendimento ao que foi exigido no Pregão Eletrônico 90031/2024 (doc. nº 2900918). Não havia razão, de fato, para que a Pregoeira fizesse alguma indagação, ou diligência complementar, à vista das regras traçadas no ato convocatório. E, como bem pontuado, a documentação foi elaborada por profissional devidamente qualificado (Contador), não cabendo ao Agente de Contratação supor da existência de fraudes ou de informações incorretas ali lançadas.

9. Ante todo o exposto, opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA (docs. nºs 3000940 e 3023505), mantendo-se, por consequência, a decisão da Pregoeira, que inabilitou a Recorrente, e classificou, habilitou e declarou vencedora no Pregão Eletrônico nº 90031/2024 a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSED.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 18/09/2024, às 15:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3028770** e o código CRC **50700C4A**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0006667-74.2024.6.05.8000
SEÇÃO DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
INTERESSADO : COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS
ASSUNTO :

PARECER nº 81 / 2024 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA.
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura do primeiro procedimento, documento n.º 2890073.
3. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria n.º 829/2022, documentos n.ºs 2896399 e 2900924.
4. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras, no DOU e em jornal de grande circulação, documentos n.ºs 2900926, 2900928 e 2902148.
5. Da leitura da documentação acostada, observa-se que foram cumpridas as etapas do procedimento previstas no edital.
6. Realizada a verificação de conformidade da proposta, foram examinados os documentos de habilitação. Na sequência, o objeto da licitação foi aceito e habilitado à empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA, que apresentou o melhor lance; todavia, a mesma não atendeu aos requisitos de habilitação, sendo, consequentemente, inabilitada. Em seguida, foi convocada a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, que apresentou a segunda melhor proposta e logrou apresentar os requisitos de habilitação exigidos, sendo declarada vencedora do certame. Houve negociação da proposta. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentação anexada, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimento de licitar/contratar com a Administração Pública.
7. Aberto o prazo, interposição de recurso pela empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA, opinando a pregoeira pela improcedência do mesmo, documento n.º 3023514. Em razão de problemas no sistema Compras.gov.br, em sua manifestação a pregoeira não apreciou as contrarrazões.
8. Instada em razão do recurso, a ASJUR1 opinou em parecer n.º 521, documento n.º 3028770, nos seguintes termos:

(...)

6. Corroboramos in totum o posicionamento da Pregoeira, que se vê sintetizado na parte final do doc. nº 3023514., conforme discorreremos a seguir.

7. Decerto, havendo dúvidas acerca do conteúdo dos atestados trazidos pela licitante, cumpria que se fizessem as necessárias diligências, antes de ser proferida a decisão pela habilitação ou inabilitação da Recorrente. Não por outra razão, o ato convocatório traz:

"12.1.6. Qualificação técnica:

(...)

12.1.6.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

(...)

12.2.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (conforme art. 64 da Lei 14.133/2021), para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;"

(...)

12.2.2.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista na condição 12.2.2 acima, não alcança documento que atesta condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, que não foi encaminhado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro, conforme Acórdão 1211/2021-Plenário-TCU.

7.1. Nesta linha, e especialmente à vista da condição 12.1.6.1 acima reproduzida, entendemos que a Pregoeira atuou adequadamente e com fiel obediência às regras editalícias. Todavia, após concluídas as diligências, vimos que permaneceram sem respostas as dúvidas e receios iniciais da Pregoeira.

7.1.1. Quanto ao atestado contido no doc. nº 3023498, página inicial, não fosse pela incômoda situação de ter sido emitido pelo genitor da sócia da ELOHIM, foi afirmado que a prestação do serviço ocorreu sem a contraprestação pecuniária, como usualmente se vê no mundo empresarial e na linha do que preconiza a Lei nº 8846/94, citada pelo Agente de Contratação, que estabelece, dentre outras coisas, a obrigatoriedade da emissão de documentos fiscais, sob pena de caracterizar-se omissão de receita ou de rendimentos, com consequente implicações junto à Fazenda.

7.1.2. De referência aos demais atestados envolvidos na diligência (doc. nº 3023498, páginas 13 e 28), de igual modo, a empresa não logrou êxito em dirimir as dúvidas, e, ao final, não foi possível identificar se os serviços ali abarcados correspondiam aos que ora este Tribunal pretende contratar e, por consequência, aferir a expertise da concorrente.

7.3. Na esteira do Acórdão TCU nº 1924/2011 - Plenário, "as informações demandadas nos atestados a serem apresentados por licitantes, para o fim de comprovação de capacidade técnica, devem ser dotadas de clareza, sendo que, no caso de dúvidas, cabe ao gestor público valer-se da faculdade contida

no § 3º art. 43 da Lei 8.666/1993, promovendo diligências, para saneamento os fatos, se necessário." Em evolução, já sob a égide da Lei nº 14133/2021, por meio do Acórdão TCU nº 1211/2021 - Plenário, estabeleceu-se que o licitante poderá trazer até mesmo novos documentos, a fim de suprir a insuficiência da anterior documentação já apresentada. Tudo para que, ao final, reste inequívoca a comprovação do atendimento às exigências do edital, o que, in casu, não aconteceu e impediu que fosse habilitada a empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA.

8. De referência aos argumentos que versam sobre a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, numa tentativa de ver modificada a decisão que habilitou a referida licitante no certame, o somatório dos atestados contidos no doc. nº 3023452, páginas 40 e 46, demonstram claramente o atendimento das condições editalícias. Não é demais repetir: "A empresa apresentou dois atestados emitidos pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, através de sua Superintendência Regional Nordeste em Recife, que atenderam às exigências de qualificação técnica: 1 atestado de 6 meses, com 5 postos de motoristas, e outro atestado com 56 postos, iniciado em e 01/12/201 e que continua até hoje (2 anos e 8 meses)" (doc. nº 3023514, página 9).

8.1. A atividade secundária da empresa, por sua vez, também não impediria a habilitação, haja vista a referência à locação de mão de obra, que guarda perfeita harmonia com a contratação objeto do certame, nos termos informados pela Pregoeira.

8.1. Para a questão versando sobre os dados contidos no Balanço Patrimonial da SERV MAIS, não há como se cogitar do desatendimento ao que foi exigido no Pregão Eletrônico 90031/2024 (doc. nº 2900918). Não havia razão, de fato, para que a Pregoeira fizesse alguma indagação, ou diligência complementar, à vista das regras traçadas no ato convocatório. E, como bem pontuado, a documentação foi elaborada por profissional devidamente qualificado (Contador), não cabendo ao Agente de Contratação supor da existência de fraudes ou de informações incorretas ali lançadas.

9. Ante todo o exposto, opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA (docs. nºs 3000940 e 3023505), mantendo-se, por consequência, a decisão da Pregoeira, que inabilitou a Recorrente, e classificou, habilitou e declarou vencedora no Pregão Eletrônico nº 90031/2024 a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

É o parecer, sub censura.

À ASSESD.

9. Observa-se que foram anexados aos autos termo de julgamento, documentação de habilitação da empresa declarada vencedora e relatórios do pregão.

10. Deste modo, com amparo na competência prevista no art. 98, XVII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto ao julgamento pela improcedência do recurso interposto, nos termos do parecer ASJUR1 n.º 521, à adjudicação do objeto e homologação da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa vencedora, nos termos do art. 90, da Lei n.º 14.133/2021.

11. Ressalte-se que as futuras contratadas deverão manter, durante a execução dos ajustes, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

12. À consideração superior.

Ana Flávia Cerqueira Machado
Analista Judiciário

De acordo.
Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS
Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 19/09/2024, às 20:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3034112** e o código CRC **E5F1FE91**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0006667-74.2024.6.05.8000
SEÇÃO DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
INTERESSADO : COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS
ASSUNTO :

DECISÃO nº 3034130 / 2024 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90031/2024, documento n.º 2900918.

2. A disponibilidade orçamentária para a despesa consta dos documentos n.ºs 2887190 e 2887291.

3. Após concluída a licitação, foi interposto recurso pela licitante ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA, opinando a pregoeira pela improcedência do mesmo, mantendo-se como vencedora do certame a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, conforme trecho do documento n.º 3023514, a seguir em destaque:

(...)

V- CONCLUSÃO

Depreende-se das condições acima transcritas que: 1- A empresa , ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35, não conseguiu comprovar a execução dos serviços constantes dos atestados apresentados nem que estes foram de serviços continuados com cessão de mão de obra, pois deixou de comprovar a efetiva prestação através das notas fiscais e ainda justificou o descaso com a lei 8.846/1994. E embora não haja vedação, um dos atestados foi emitido pelo pai de uma das atuais proprietária da empresa, o que nos motivou a pedir a comprovação da efetiva prestação dos serviços. 2- A empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ n.º 01.438.073/0001-22, apresentou a documentação de habilitação exigida no edital, não sendo atribuição do pregoeiro analisar o balanço patrimonial, quanto ao registro, ou não, de receitas e despesas, conforme alega a recorrente, já que este foi elaborado por um contador com registro válido, a quem cabe a responsabilidade.

VI- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do quanto exposto acima, manifestamo-nos pela

IMPROCEDÊNCIA dos recursos contra a decisão desta Pregoeira que: 1.1 Inabilitou a empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., CNPJ n.º 27.037.303/0001-35, considerando que não comprovou a veracidade da prestação dos serviços, não comprovando a qualificação técnica; 1.2 Habilitou e declarou vencedora a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ n.º 01.438.073/0001-22, considerando que o balanço apresentado, que foi elaborado por um contador e registrado na junta comercial, atendeu aos requisitos de qualificação econômico-financeira exigidos no edital.

4. Instada para apreciação de recurso interposto, a ASJUR1 opinou em parecer n.º 521, documento n.º 3028770, pela improcedência do mesmo:

(...)

6. Corroboramos in totum o posicionamento da Pregoeira, que se vê sintetizado na parte final do doc. n.º 3023514., conforme discorreremos a seguir.

7. Decerto, havendo dúvidas acerca do conteúdo dos atestados trazidos pela licitante, cumpria que se fizessem as necessárias diligências, antes de ser proferida a decisão pela habilitação ou inabilitação da Recorrente. Não por outra razão, o ato convocatório traz:

"12.1.6. Qualificação técnica:

(...)

12.1.6.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

(...)

12.2.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (conforme art. 64 da Lei 14.133/2021), para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;"

(...)

12.2.2.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista na condição 12.2.2 acima, não alcança documento que atesta condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, que não foi encaminhado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro, conforme Acórdão 1211/2021-Plenário-TCU.

7.1. Nesta linha, e especialmente à vista da condição 12.1.6.1 acima reproduzida, entendemos que a Pregoeira atuou adequadamente e com fiel obediência às regras editalícias. Todavia, após concluídas as diligências, vimos que permaneceram sem respostas as dúvidas e receios iniciais da Pregoeira.

7.1.1. Quanto ao atestado contido no doc. n.º 3023498, página inicial, não fosse pela incômoda situação de ter sido emitido pelo genitor da sócia da ELOHIM, foi afirmado que a prestação do serviço ocorreu sem a contraprestação pecuniária, como usualmente se vê no mundo empresarial e na linha do que preconiza a Lei n.º 8846/94, citada pelo Agente de Contratação,

que estabelece, dentre outras coisas, a obrigatoriedade da emissão de documentos fiscais, sob pena de caracterizar-se omissão de receita ou de rendimentos, com consequente implicações junto à Fazenda.

7.1.2. De referência aos demais atestados envolvidos na diligência (doc. nº 3023498, páginas 13 e 28), de igual modo, a empresa não logrou êxito em dirimir as dúvidas, e, ao final, não foi possível identificar se os serviços ali abarcados correspondiam aos que ora este Tribunal pretende contratar e, por consequência, aferir a expertise da concorrente.

7.3. Na esteira do Acórdão TCU nº 1924/2011 - Plenário, "as informações demandadas nos atestados a serem apresentados por licitantes, para o fim de comprovação de capacidade técnica, devem ser dotadas de clareza, sendo que, no caso de dúvidas, cabe ao gestor público valer-se da faculdade contida no § 3º art. 43 da Lei 8.666/1993, promovendo diligências, para saneamento os fatos, se necessário." Em evolução, já sob a égide da Lei nº 14133/2021, por meio do Acórdão TCU nº 1211/2021 - Plenário, estabeleceu-se que o licitante poderá trazer até mesmo novos documentos, a fim de suprir a insuficiência da anterior documentação já apresentada. Tudo para que, ao final, reste inequívoca a comprovação do atendimento às exigências do edital, o que, in casu, não aconteceu e impediu que fosse habilitada a empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA.

8. De referência aos argumentos que versam sobre a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, numa tentativa de ver modificada a decisão que habilitou a referida licitante no certame, o somatório dos atestados contidos no doc. nº 3023452, páginas 40 e 46, demonstram claramente o atendimento das condições editalícias. Não é demais repetir: "A empresa apresentou dois atestados emitidos pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, através de sua Superintendência Regional Nordeste em Recife, que atenderam às exigências de qualificação técnica: 1 atestado de 6 meses, com 5 postos de motoristas, e outro atestado com 56 postos, iniciado em e 01/12/201 e que continua até hoje (2 anos e 8 meses)" (doc. nº 3023514, página 9).

8.1. A atividade secundária da empresa, por sua vez, também não impediria a habilitação, haja vista a referência à locação de mão de obra, que guarda perfeita harmonia com a contratação objeto do certame, nos termos informados pela Pregoeira.

8.1. Para a questão versando sobre os dados contidos no Balanço Patrimonial da SERV MAIS, não há como se cogitar do desatendimento ao que foi exigido no Pregão Eletrônico 90031/2024 (doc. nº 2900918). Não havia razão, de fato, para que a Pregoeira fizesse alguma indagação, ou diligência complementar, à vista das regras traçadas no ato convocatório. E, como bem pontuado, a documentação foi elaborada por profissional devidamente qualificado (Contador), não cabendo ao Agente de Contratação supor da existência de fraudes ou de informações incorretas ali lançadas.

9. Ante todo o exposto, opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA (docs. nºs 3000940 e 3023505), mantendo-se, por consequência, a decisão da Pregoeira, que inabilitou a Recorrente, e classificou, habilitou e declarou vencedora no Pregão Eletrônico nº 90031/2024 a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

É o parecer, sub censura.
À ASSESD.

5. Após análise da regularidade do procedimento, a ASSESD emitiu parecer n.º 81, documento n.º 3034112, concluindo pela adjudicação e homologação do procedimento e contratação da licitante vencedora.

6. Deste modo, lastreado no parecer ASJUR1 n.º 521, cujas razões adoto e que passa a integrar a presente decisão, julgo improcedente o recurso interposto pela empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA e, por conseguinte mantenho a decisão da pregoeira que inabilitou a empresa recorrente, assim como habilitou e declarou vencedora Pregão Eletrônico n.º 90031/2024 a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

7. Considerando parecer da ASSESD, documento n.º 3034112, o qual acolho, com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 14/2024, **ADJUDICO** o objeto da licitação à licitante vencedora, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 90031/2024 e **AUTORIZO** a contratação da empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA., CNPJ n.º 01.438.073/0001-22, no valor total de R\$ 5.468.934,05 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil novecentos e trinta e quatro reais e cinco centavos), para o período de 24(vinte e quatro) meses, conforme Termo de Julgamento e Relatório Final do Pregão, documentos n.ºs 3023448 e 3023742.

8. Assim posto, encaminhe-se, simultaneamente, à SOF, para emissão de empenho, e à SGA, para formalização do ajuste.

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 20/09/2024, às 06:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.treba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3034130** e o código CRC **71A204C6**.

AO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ilma. Sra.

Cristiana Maria Paz Lima Soares

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2024

Processo Administrativo n.º 0006667-74.2024.6.05.8000

Id contratação PNCP

00509018000113-1-002078/2024

RECURSO ADMINISTRATIVO

ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n.º 27.037.303/0001-35, com sede na Rua das Violetas, s/n, Planalto II, em Catu/BA, CEP 48.110-0000, já qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, vem, por intermédio de sua representante legal ao final subscrito, apresentar, tempestivamente, com arrimo no artigo 9º da Lei 10.520/1993 e artigo 109, I, alínea “a” da Lei 8.666, RECURSO ADMINISTRATIVO em face do julgamento do certame, pelas razões de fato e fundamentos expostos a seguir:

I - SÍNTESE

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, por intermédio de sua ilustríssima Pregoeira, promove licitação na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, cuja finalidade consiste em contratar empresa especializada para prestação de serviços contínuos com dedicação de mão-de-obra exclusiva de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA, de

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000

Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com

CNPJ: 27037303000135

acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no instrumento convocatório.

Processada a fase de lances do certame, ajustada a proposta final e analisada a documentação de habilitação, decidiu-se por declarar como vencedora da licitação a empresa **RECORRIDA**, dando azo à apresentação de recursos administrativos, caso houvesse razão para tal.

Esta recorrente apresentou intenção de razões recursais.

Ademais, considerando que as outras licitantes respeitaram o que rege a Lei e, também, o quanto disposto no instrumento convocatório do certame, houve afronta reflexa ao princípio da isonomia, o que evidencia a ilegalidade da decisão que habilitou a empresa recorrida

Conforme será demonstrado nas razões apresentadas a seguir, foi equivocado o ato que declarou a empresa recorrida como vencedora, pois, a rigor, esta deveria ter sido INABILITADA por ter violado as normas que regem o procedimento licitatório.

Impende salientar que o interesse em fornecer produtos ou prestar serviços para a Administração Pública é legítimo e benéfico para a competitividade do certame, desde que se utilize de condutas que respeitem o ordenamento normativo referente ao tema, o que não ocorreu no caso em debate. Verifica-se que não houve a estrita observância aos termos do Edital, instrumento convocatório de vinculação obrigatória, pela Comissão de Licitação que, **erroneamente**, inabilitou a empresa **ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA** e habilitou a empresa **RECORRIDA**.

Desse modo, o presente recurso administrativo tem por objeto rechaçar a decisão que entendeu por classificar, habilitar e declarar vencedora a empresa **EMPRESA SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA**, CNPJ nº 01.438.073/0001-22, no presente certame, na forma dos fatos e fundamentos que a seguir serão apresentados.

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000

Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com

CNPJ: 27037303000135

II - DOS FATOS

1 – DA NULIDADE DA INABILITAÇÃO DA EMPRESA ELOHIM TZ’VAOT

O respectivo processo licitatório, ressalte-se, tem como objeto a contratação de serviços continuados com dedicação de mão-de-obra exclusiva de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA, tendo como critério de julgamento o menor preço, conforme instrumento convocatório.

Ocorre que, conforme consta na ata de realização do pregão, esta empresa foi, equivocadamente, declarada inabilitada do certame, razão pela qual essa recorrente interpõe o presente recurso administrativo.

A Ilustríssima Pregoeira, considerando a posição desta empresa como 1ª colocada, solicitou envio dos documentos, o que foi devidamente cumprido pela recorrente. Todavia, após recebimento dos documentos, a Comissão de Licitação, injustamente, declarou a recorrente inabilitada do certame. O motivo apresentado para inabilitação desta empresa foi de que a licitante não atendeu ao quanto disposto no instrumento convocatório. Entretanto, ressalte-se, a recorrente apresentou, tempestivamente, todos os documentos e esclarecimentos solicitados, não havendo, portanto, motivo justo para inabilitar esta empresa.

A recorrente, dentre outros documentos, apresentou o atestado de capacidade técnica emitido pela Viação Reobote Ltda, juntamente com o contrato, no qual demonstra a prestação de serviço no âmbito da atividade licitada, na modalidade permuta.

É cediço que a permuta consiste na transferência de bens ou serviços entre as partes contratantes, podendo envolver dinheiro ou não. No contrato de permuta, havendo a igualdade do valor monetário dos objetos contratados, como foi o caso do contrato de permuta pactuado entre a Elohim Tz’vaot e a Viação Reobote Ltda, não é necessário o pagamento em dinheiro. A quitação do contrato ocorre mediante a troca dos itens/serviços.

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000
Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com
CNPJ: 27037303000135

Inclusive, o Brasil, a modalidade de contrato mediante permuta é válida. Nesse sentido, cumpre trazer à baila o quanto disposto no artigo 533 do Código Civil. Vejamos:

“Art. 533. Aplicam-se à troca as disposições referentes à compra e venda, com as seguintes modificações:

I - salvo disposição em contrário, cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento da troca;”

O contrato de permuta celebrado entre a Elohim Tz'vaot e a empresa Viação Reobote foi elaborado e executado em estrita observância, dentre outros, ao princípio da boa-fé.

Desse modo, são injustos e inaceitáveis os motivos apresentados para inabilitar a empresa licitante, ora recorrente, não sendo suficientes para impedir a sua permanência no certame, porquanto a recorrente atendeu todos os requisitos necessários para sagrar-se vencedora do certame.

Sendo assim, mais razoável, lícito e consentâneo com os princípios constitucionais previstos na Magna Carta será que essa Comissão reconheça a ilegalidade de seu ato e declare a nulidade absoluta de sua decisão administrativa, haja vista a ausência de motivos para a inabilitação da empresa **Elohim Tzvaot Tecnologia e Negócios LTDA**.

III – DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 12.1.6 Habilitação técnica do Edital

Vejamos o que diz o Subitem 12.1.6.

“12.1.6. Qualificação técnica:

a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000

Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com

CNPJ: 27037303000135

gerenciou serviços terceirizados, com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos permanentes contratados em decorrência desta licitação (28 postos).

1.a.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

1.a.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no **âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social** ou dos dados constantes do Sicafe; (Grifo nosso)

b) Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;

1.b.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

1.b.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

12.1.6.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidades técnicas apresentadas.

12.1.6.2. Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos **após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução**, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior." (Grifo Nosso)

Prezados, a Licitação busca realizar dois fins igualmente relevantes: o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa. Se prevalecesse exclusivamente a ideia da "vantajosidade", desde que cumpra claramente o Edital. Nesse sentido, chama à atenção para o fato de que a Documentação de Habilitação apresentada pela empresa **EMPRESA SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA**, está errada. Vejamos os erros detectados na empresa recorrida:

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000

Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com

CNPJ: 27037303000135

1 – Do descumprimento do **item 12.1.6, letra a), subitem 1.a.1;**

A Recorrida, não demonstrou através de seus atestados ter administrado a quantidade de **28 postos durante 3 anos seguidos**, visto que o **ATESTADO da Prefeitura Municipal de Pesqueira**, o qual por sinal **não foi apresentado nenhuma NOTA FISCAL**, teve seu **início em 02/02/2021 e término em 02/08/2021**, portanto fica os 09-10 e 11/2021, sem a prestação do serviço, quebrando assim a ininterruptividade exigida no item 12.1.6 do Edital;

Houve também o **descumprimento do item 12.1.6, subitem 1.a.2;**

A Recorrida, não demonstrou que seus atestados ou declaração(ões) de capacidade técnica referem-se a serviços prestados no **âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social**, visto que seu **CNAE principal é o 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos**, que não condiz com o objeto dos atestados apresentados, muito menos com o objeto do serviço contratado pelo TRE-BA, como a Recorrida não enviou o cartão CNPJ e nem o contrato social do ano de 2021, não tem como ser verificado.

Outro ponto muito importante que devemos considerar é que no **Balanco de 2022** apresentado pela Recorrida, constam os valores para o **ATIVO de R\$ 1.606.671,58**. Entretanto, se formos supor que a empresa manteve somente o Contrato n. 54/2021 com o INSS, hipótese remota, afinal deve ter adquirido outros contratos durante esse período, os valores não batem. Ressalte-se, somente o contrato com o **INSS é no valor de R\$ 2.594.680,56**. Afinal, onde foi parar a diferença de quase 1 milhão de reais?

Descumpriu o que determina o **ANEXO VII-A, item 11.1, letra d), da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017**, senão vejamos:

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000
Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com
CNPJ: 27037303000135

“d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.”

A Recorrida não apresentou a Relação acima e muito menos a Justificativa. O fato do edital não ter solicitado a referida documentação não exime a Recorrida da obrigação de apresentá-la, visto que o mesmo está vinculado à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017.

Conforme demonstrado, Douta Comissão, as informações além de discrepantes e controvertidas, estão incompletas.

A obtenção da vantagem não autoriza violar direitos e garantias individuais.

Ilustre Pregoeiro(a) e Membros da Comissão de Licitação, após essa simples conta matemática verifica-se indícios que a Recorrida não atende ao exigido no Edital;

Ora, para que exista higidez no procedimento, é imprescindível que o julgamento do gestor se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, e nos termos do exigido por lei e pelo edital, pois em caso contrário, não atenderia aos princípios da moralidade e razoabilidade, bem como a interesse público o bem maior que rege o ato administrativo.

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000

Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com

CNPJ: 27037303000135

De outro turno, volta-se a salientar que, em tema de licitação, quanto à discricionariedade conferida ao administrador público, resta pacificado que a valoração subjetiva e o DISCRICIONARISMO NO JULGAMENTO DEVEM SER REDUZIDOS E DELIMITADOS PELO ESTABELECIDO NO EDITAL E NA LEI.

Nessa linha de entendimento, traz-se à baila a preleção do festejado doutrinador Hely Lopes Meirelles, in verbis:

O princípio do julgamento objetivo afasta o discricionarismo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração. (Hely Lopes Meirelles – Licitação e Contrato Administrativo, pág. 26 e seguintes – 8ª edição)

A toda evidência que o cuidado para a plena satisfação e preservação do interesse público é o dever primeiro dos entes públicos que, ao assim procederem, estão a dar cumprimento ao comando constitucional insculpido no caput do art. 37, da Carta Federal, que lhes exige a estrita observância, em seu agir, dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, dentre outros requisitos consagrados no texto de nossa Constituição.

Dentre os vários princípios que norteiam o procedimento licitatório, destaca-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Significa que o Edital deve ser rigorosamente observado tanto pelos licitantes como pela Administração promotora do certame, sendo absolutamente vedado à Administração, no decorrer do procedimento, desatender qualquer das prescrições por ela mesma estabelecidas no edital.

A Administração pode e DEVE rever seus atos, com base no poder de autotutela, que é uma decorrência do princípio da legalidade: se a Administração Pública está sujeita à lei, cabe-lhe, evidentemente, o controle da legalidade. Esse poder da Administração está consagrado em duas súmulas do Supremo Tribunal Federal. (grifo nosso)

Pela de nº 346:

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000
Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com
CNPJ: 27037303000135

"A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos";

e pela de nº 473:

"A administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"

Nesse trilho, o todo acima argumentado só vem a evidenciar a absoluta necessidade da reforma do ato que habilitou a empresa recorrida, haja vista que essa não obedeceu aos ditames edita lícios e do próprio Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.214/13, Plenário).

III – DO PEDIDO

Posto isto, tendo em vista todos os fundamentos acima mencionados, requer à V.Sa., com acatamento e respeito, que dê provimento ao recurso da empresa ELOHIM TZVAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA para reformar a decisão combatida declarando a empresa **EMPRESA SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA**, CNPJ nº 01.438.073/0001-22, **Inabilitada no certame**, seja por não comprovar a veracidade do Atestado de capacidade técnica, seja pelas omissões de informações a serem obrigatoriamente prestada a este TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA;

Solicita ainda emissão de parecer.


Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000
Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com
CNPJ: 27037303000135

Hipoteticamente não sendo aceito o pedido de **Inabilitação** da empresa **EMPRESA SERVMAS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA.**, não nos restarão alternativas, senão a representação junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Ministério Público Federal e Controladoria-Geral da União, além de buscar no Poder Judiciário, pela via mandamental, a correção dessa decisão.

Termos em que,

Pede deferimento.

Catú/BA, 29 de agosto de 2024.


Hadassa Mel de Lima Tanuri
ELOHIM TZ VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS
Sócio/Gerente
20.540.739-03 SSP/BA
CPF. 070.805.955-41

Endereço: Rua das Violetas, Planalto II, CATU-BA, CEP: 48.110-000
Telefone: (71) 99107-5224 E-mail: elhoimadm@gmail.com
CNPJ: 27037303000135

1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

(1) Declaração válida apenas para cooperativas

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

IDENTIFICADOR	NOME/RAZÃO SOCIAL	DATA DA DECLARAÇÃO	PORTE DA EMPRESA	TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP?
03595040000111	BRASPE RECURSOS HUMANOS LTDA	18/07/2024 15:57	Grande Empresa	Não
14768911000178	HIGICLEAN TECNOLOGIA EM HIGIENIZACAO E CONSERVACAO LTDA	29/07/2024 06:50	Grande Empresa	Não
05897975000188	FOCCUS FACILITIES LTDA	23/07/2024 11:44	Grande Empresa	Não
27037303000135	ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA	28/07/2024 12:29	ME ou EPP	Sim
07815993000107	VERZZON -ADMINISTRACAO	26/07/2024 14:49	Grande Empresa	Não

IDENTIFICADOR	NOME/RAZÃO SOCIAL	DATA DA DECLARAÇÃO	PORTE DA EMPRESA	TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP?
	DE SERVICOS LTDA			
34137836000154	LAMIL SERVICOS LTDA	26/07/2024 10:23	ME ou EPP	Sim
04427309000113	ALERTA SERVICOS LTDA	26/07/2024 08:56	Grande Empresa	Não
51582726000110	ALC SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	29/07/2024 07:02	ME ou EPP	Sim
10547708000110	TERCEIRIZE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	26/07/2024 14:38	Grande Empresa	Não
02531343000108	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	26/07/2024 10:27	Grande Empresa	Não
24753081000169	EXSEG PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	26/07/2024 15:27	Grande Empresa	Não
11077741000197	VALEX SERVICOS TECNICOS DE LIMPEZA LTDA	29/07/2024 06:26	ME ou EPP	Sim
01601043000195	BRAVO FIRE SAFETY LTDA	28/07/2024 12:30	ME ou EPP	Sim
05488891000190	PLUS SERVICE LTDA	26/07/2024 10:15	Grande Empresa	Não
43998904000160	BRAVO SIERRA EMPREENDIMENTOS LTDA	29/07/2024 08:39	ME ou EPP	Sim
03637812000130	G A SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA	11/07/2024 14:34	Grande Empresa	Não
97549823000102	CATEDRAL DE SERVICOS LTDA	26/07/2024 10:24	ME ou EPP	Sim
12446585000157	PRIME SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	25/07/2024 15:10	ME ou EPP	Sim
09210284000115	PREST SERVICE MAO-DE-OBRA LTDA	26/07/2024 17:59	ME ou EPP	Não
20948231000139	SUSTENTAVEL ENGENHARIA E SERVICOS LTDA	23/07/2024 18:02	ME ou EPP	Sim
10258826000109	AMR LIMPEZA E LOCACAO DE AUTOMOVEIS LTDA	24/07/2024 13:46	ME ou EPP	Sim
14979210000188	ETC SERVICOS E COMERCIO LTDA	26/07/2024 14:25	ME ou EPP	Não
78533312000158	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	25/07/2024 08:19	Grande Empresa	Não
10528510000190	FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVACAO PREDIAL LTDA	27/07/2024 09:26	ME ou EPP	Não
22487080000194	PERFIL TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	26/07/2024 15:25	ME ou EPP	Sim
10541228000142	TERCEIRIZA BRASIL TRANSPORTES LTDA	29/07/2024 08:16	ME ou EPP	Não
08332083000128	AGABM ASSESSORIA E SERVICO DE MANUTENCAO LTDA	26/07/2024 15:30	ME ou EPP	Sim
04278447000188	VERA CRUZ SERVICOS LTDA	26/07/2024 15:52	ME ou EPP	Não
13476984000123	RD-TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	26/07/2024 10:52	ME ou EPP	Não
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	26/07/2024 15:53	Grande Empresa	Não
04900474000140	ARAUNA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	29/07/2024 08:16	Grande Empresa	Não
04558234000100	A P C SILVA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	26/07/2024 11:49	ME ou EPP	Sim
01438073000122	SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	25/07/2024 13:51	ME ou EPP	Não
08766411000102	ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA	12/07/2024 10:17	ME ou EPP	Não
04374998000145	CRETA COMERCIO E SERVICOS LTDA	26/07/2024 11:03	Grande Empresa	Não
07887934000136	ESFERA SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	26/07/2024 11:31	Grande Empresa	Não
18927396000182	LINE SERVICE TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA	19/07/2024 23:45	Grande Empresa	Não
08418359000195	GNC SOLUCOES E SERVICOS LTDA	22/07/2024 14:22	ME ou EPP	Sim

IDENTIFICADOR	NOME/RAZÃO SOCIAL	DATA DA DECLARAÇÃO	PORTE DA EMPRESA	TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP?
07324689000159	DMR PROJETOS E VIAGENS LTDA	29/07/2024 08:19	ME ou EPP	Sim
20155999000155	G3 POLARIS SERVICOS LTDA	29/07/2024 08:06	Grande Empresa	Não
12608523000102	DECISIVA SERVICOS LTDA	22/07/2024 11:43	Grande Empresa	Não
05969071000110	APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA	26/07/2024 16:16	Grande Empresa	Não
12668405000181	MJWF SERVICOS DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA	29/07/2024 08:54	ME ou EPP	Sim
10483643000197	ABSERVIS SERVICOS E MANUTENCAO LTDA	25/07/2024 09:08	Grande Empresa	Não
22030711000141	M D L SERVICOS GERAIS LTDA	14/07/2024 22:16	ME ou EPP	Sim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TERMO DE JULGAMENTO

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO 90031/2024

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto/Fechado
Compra emergencial:	Não		
Objeto da compra:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA		
Entrega de propostas:	De 11/07/2024 às 08:00 até 29/07/2024 às 09:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 29/07/2024 às 09:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	29/07/2024 às 09:00:07	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	29/07/2024 às 09:00:27	Bom dia, senhores licitantes
Sistema	29/07/2024 às 09:00:34	Sejam bem-vindos
Sistema	29/07/2024 às 09:00:59	A etapa de lances está aberta
Sistema	29/07/2024 às 09:03:39	Lembramos a condição 17.1 do edital, das sanções decorrentes de não entregar documentação exigida para o certame e b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Sistema	29/07/2024 às 09:06:27	Aproveitem a oportunidade
Sistema	29/07/2024 às 09:07:19	Deem seus lances, senhores
Sistema	29/07/2024 às 09:34:26	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	29/07/2024 às 09:38:24	Encerrada a fase de lances, passaremos para a fase de negociação e julgamento
Sistema	29/07/2024 às 09:46:40	Vamos solicitar o envio da proposta ajustada conforme condição 10.1 do edital
Sistema	29/07/2024 às 09:47:34	a) a proposta final, adequada ao último lance ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital; b) a(s) planilha(s) de custos e formação de preços do(s) posto(s) de trabalho envolvido(s) na contratação, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital, adequada(s) ao último lance ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital bem como os documentos previstos na Condição 10.6 deste Edital
Sistema	29/07/2024 às 10:47:53	Suspenderemos agora esta sessão e retornaremos amanhã, dia 30/07, às 10h.
Sistema	30/07/2024 às 10:01:13	Bom dia, senhores licitantes
Sistema	30/07/2024 às 11:09:00	Verificada a conformidade da proposta da empresa ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS , procederemos a aceitação
Sistema	30/07/2024 às 11:41:10	Passaremos agora para a habilitação
Sistema	30/07/2024 às 11:47:58	Suspenderemos agora esta sessão e retornaremos às 13h

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/07/2024 às 13:00:49	Boa tarde. Retornamos
Sistema	30/07/2024 às 15:29:23	Enquanto aguardamos o envio dos documentos de habilitação, suspenderemos esta sessão e reiniciaremos amanhã, dia 31/07, às 9h
Sistema	31/07/2024 às 09:00:12	Bom dia, senhores
Sistema	31/07/2024 às 09:01:10	Iniciaremos a aná'álise dos documentos de habilitação da empresa ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA
Sistema	31/07/2024 às 11:45:13	São 28 postos ao mesmo tempo
Sistema	31/07/2024 às 11:45:44	E 3 anos de serviços
Sistema	31/07/2024 às 11:46:18	Não são os 28 postos por 3 anos
Sistema	31/07/2024 às 12:01:31	A IN diz : "c.1. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for superior a 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;"
Sistema	31/07/2024 às 12:02:01	"c.2. quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação."
Sistema	31/07/2024 às 12:02:16	O nosso caso se aplica à alínea c.2
Sistema	31/07/2024 às 12:06:14	Assim, consultamos se possui atestado(s) que atenda(m) a essa exigência
Sistema	31/07/2024 às 12:24:06	Lembrando que não são os 28 postos por 3 anos, São demonstrações diferentes. (1) Comprovar que gerenciou 28 postos simultaneamente e (2) demonstrar que tem contratos por um período de 3 anos
Sistema	31/07/2024 às 12:34:56	Suspenderemos agora esta sessão e reiniciarmos na segunda-feira, dia 05/08, às 9h.
Sistema	31/07/2024 às 12:35:10	Agradecemos a presença de todos
Sistema	05/08/2024 às 09:00:11	Bom dia, senhores licitantes
Sistema	05/08/2024 às 09:01:00	E empresa ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA apresentou a documentação solicitada e vamos analisá-la. Pedimos, por favor, que aguardem
Sistema	06/08/2024 às 17:52:09	Senhores licitantes, peço desculpas, por não ter avisado no dia 05/08 que suspenderia a sessão.
Sistema	06/08/2024 às 17:52:59	Assim, comunico que daremos continuidade à sessão deste pregão no dia 08/08/2024, quinta-feira, às 9h
Sistema	08/08/2024 às 09:00:27	Bom dia, senhores licitantes
Sistema	08/08/2024 às 09:00:31	Sejam bem-vindos
Sistema	08/08/2024 às 09:03:39	Surgiram algumas dúvidas sobre os documentos apresentados pela empresa detentora do menor preço quanto à sua qualificação t'écnica. Assim, visando sanar essas dúvidas, solicitaremos o envio de outros documentos
Sistema	08/08/2024 às 14:06:19	Boa tarde, senhores,
Sistema	08/08/2024 às 14:07:18	Atendendo a solicitação, concederemos mais duas horas para o envio da documentação.
Sistema	08/08/2024 às 14:07:51	Suspenderemos a sessão e voltaremos amanhã, dia 09/08, às 9h da manhã
Sistema	09/08/2024 às 09:07:01	Bom dia, senhores
Sistema	09/08/2024 às 09:07:15	Reiniciamos a sessão deste pregão
Sistema	09/08/2024 às 09:07:35	Vimos que a empresa ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, anexou novas documentações
Sistema	09/08/2024 às 09:07:48	Pedimos que aguardem um pouco enquanto analisamos
Sistema	09/08/2024 às 10:28:06	Pedimos, por favor, que aguardem

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/08/2024 às 11:47:54	Enquanto aguardamos o envio da documentação solicitada, suspenderemos a sessão e retornaremos na terça-feira, dia 13/08, às 14h
Sistema	09/08/2024 às 11:48:16	Até lá e tenham um bom fim de semana
Sistema	13/08/2024 às 14:00:27	Boa tarde, senhores licitantes
Sistema	13/08/2024 às 15:21:45	Senhores licitantes, suspenderemos agora esta sessão.
Sistema	13/08/2024 às 15:22:40	A reabertura será avisada com antecedência de 24 horas conforme condição 19.6.2
Sistema	13/08/2024 às 15:22:49	19.6.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
Sistema	13/08/2024 às 15:23:09	Assim, pedimos que acompanhem os avisos
Sistema	21/08/2024 às 07:46:40	Senhores licitantes, daremos continuidade a este Pregão amanhã, dia 22/08/2024, às 9h
Sistema	22/08/2024 às 09:00:30	Bom dia, senhores licitantes.
Sistema	22/08/2024 às 09:03:40	Informamos a todos que ontem a empresa ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA enviou um documento por e-mail e a minha resposta foi: "Lembramos a condição 5.2 do edital do Pregão 90031/2024: 5.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada outra forma de comunicação."
Sistema	22/08/2024 às 09:04:30	Assim, para que todos tenham conhecimento do teor da documento enviado, vamos solicitar que a empresa o envie via anexo do sistema.
Sistema	22/08/2024 às 09:06:04	O sistema agora estabelece o tempo mínimo de 2 horas para o envio de Anexo (não há como mudar esse prazo), mas assim que a empresa anexar o Anexo, daremos continuidade à fase de habilitação,
Sistema	22/08/2024 às 09:19:05	Verificamos que apesar do nome do arquivo dizer que é "FORMA PAGTO CONTRATO JS TURISMO", se trata da forma de pagamento do contrato com a Viação Reobote.
Sistema	22/08/2024 às 09:20:16	E esse novo documento não acrescentou muita coisas às informações anteriores já apresentadas
Sistema	22/08/2024 às 09:22:36	Dentre os maiores atestados apresentados pela ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA , consultamos a empresa JS Turismo que confirmou tratar-se de cessão de mão de obra (foram 26 profissionais por 1 ano).
Sistema	22/08/2024 às 09:23:03	Quanto ao atestado do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Litoral Norte e Agreste Baiano, pela descrição dos serviços e pela forma em que foi feito o pagamento, não se tratou de cessão de mão de obra. Contatamos o Consórcio para termos acesso ao edital do Pregão que deu origem à contratação (Pregão Presencial nº 001/2020),
Sistema	22/08/2024 às 09:23:16	mas a resposta foi: "Procuramos algo aqui sobre esse processo edital 001/2020 e não encontramos, pois não sabemos qual era o diário oficial da época, e não achamos o processo físico, porém encontrei no email o contrato dessa empresa, e estarei encaminhando, para ver se atende as necessidades de vocês."
Sistema	22/08/2024 às 09:23:38	Quanto ao contrato e ao atestado emitido pela Viação Reobote, visando sanar dúvidas, foi solicitado o envio das notas fiscais a fim de comprovar a prestação dos serviços no período indicado no atestado.
Sistema	22/08/2024 às 09:24:22	Essa possibilidade está prevista na condição 19.6. do edital que diz: "O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação. "
Sistema	22/08/2024 às 09:24:32	E no art. 64, inciso I da Lei 14.133/2021 que estabelece que "Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame."
Sistema	22/08/2024 às 09:26:19	No entanto, a empresa, em vez de enviar as notas fiscais, apresentou um termo aditivo no qual foi alterada a forma de pagamento: antes, no contrato, na cláusula quinta, estava estabelecido que a forma de pagamento seria "mensalmente, com prazo de vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços" e no aditivo informa "que todos os pagamentos devidos à contratada, será devidamente compensado..."

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	22/08/2024 às 09:26:46	Então, lembramos no chat que “foram solicitadas as notas fiscais que comprovassem a prestação dos serviços”. E a justificativa apresentada para o não envio foi:
Sistema	22/08/2024 às 09:26:56	“Prezado Sr. pregoeiro conforme constante do termo aditivo, essa ELOHIM , como prestadora de serviços, tem como finalidade na iniciativa privada, a exploração de bagageiros de ônibus, MODAL bastante valioso para quem conhece, com objetivo de enviar cargas e encomendas, para destinos específicos de ponto a ponto, bem como a entrega, ou seja, nossos serviços de mão de obra são compensações pelo prioridade exclusiva de uso de bagageiros,”
Sistema	22/08/2024 às 09:28:30	Ocorre que a lei nº 8.846, de 21/01/1994, estabelece no art 1ª a obrigatoriedade da emissão de notas fiscais relativas à prestação de serviços e o art. 2ª estabelece que caracteriza omissão de receita ou de rendimentos a falta de emissão de nota fiscal.
Sistema	22/08/2024 às 09:28:55	Importante frisar a orientação constante do Acórdão nº 2771/2019- Plenário do TCU, que tratou da ausência de elementos mínimos para comprovar a validade de atestado emitido. Ali, a orientação foi que a empresa deveria “colacionar documentos que efetivamente comprovem a execução dos serviços atestados, tais como: notas fiscais de fornecedores, ..., comprovante de pagamento de mão de obra, ...dentre outros que entender pertinentes”.
Sistema	22/08/2024 às 09:29:08	Também, o Acórdão 917/2022-Plenário do TCU concorda com a necessidade da apresentação de notas fiscais a fim de comprovar, de forma inequívoca, que os serviços descritos num atestado foram prestados.
Sistema	22/08/2024 às 09:29:22	Em consulta feita anteriormente por este Tribunal à Zênite Consultoria, a orientação foi: “imperioso adotar medidas voltadas a esclarecer os pontos obscuros ou controvertidos nos documentos apresentados pelos licitantes”.
Sistema	22/08/2024 às 09:30:19	Assim, tendo em vista que a empresa ELOHIM não conseguiu demonstrar a execução dos serviços descritos no atestado emitido pela Viação Reobote, não ficou comprovado o atendimento das duas condições da qualificação técnica exigidas no edital, pois os demais atestados enviados não alcançam o total de 28 postos nem o prazo e 3 anos ininterruptos. Declaramos assim a sua inabilitação com base no que diz o Acórdão 2233/2019-Plenário do TCU:
Sistema	22/08/2024 às 09:30:32	12.3. A etapa de habilitação tem por objetivo garantir que a empresa a ser contratada tenha capacidade de entregar o objeto licitado. Seus requisitos referem-se à qualidade da licitante e devem ser demonstrados e comprovados no momento do procedimento licitatório, e não posteriormente. Caso a empresa não seja capaz de comprovar a necessária habilitação técnica exigida à época do certame, ela não está apta a participar daquela licitação, cabendo,
Sistema	22/08/2024 às 09:31:26	indubitavelmente, sua desclassificação
Sistema	22/08/2024 às 09:46:30	Prezados Senhores, o sistema informou o seguinte: "Empate ficto identificado entre o melhor classificado e pelo menos um fornecedor ME/EPP ou equiparada." E pede para retornarmos à fase de desempate.
Sistema	22/08/2024 às 09:50:40	Assim, reabriremos para o desempate
Sistema	22/08/2024 às 09:51:01	Dentro de 5 minutos reabriremos para o desempate, fiquem atentos
Sistema	22/08/2024 às 09:56:45	Vamos abrir para o desempate
Sistema	22/08/2024 às 10:15:21	Encerrada a fase de lances para o desempate, ficou como melhor classificada a empresa SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
Sistema	22/08/2024 às 10:17:54	De acordo com a condição 10.1 a empresa tem 24 horas para o envio da proposta final adequada ao último lance e as planilhas de custo e formação de preços dos postos de trabalho envolvidos na contratação
Sistema	22/08/2024 às 10:36:09	Assim, suspenderemos esta sessão e reabriremos amanhã, dia 23/08, às 10:20h.
Sistema	23/08/2024 às 10:20:11	Bom dia, senhores licitantes.
Sistema	23/08/2024 às 10:20:38	Sejam bem vindos
Sistema	23/08/2024 às 10:21:51	Verificamos que a empresa enviou a proposta e já a analisamos
Sistema	23/08/2024 às 10:34:01	Assim, verificamos que a proposta da empresa atende aos requisitos do edital
Sistema	23/08/2024 às 10:34:16	Procederemos a aceitação
Sistema	23/08/2024 às 10:39:53	Ao encerrar o período de intenção de recursos, daremos continuidade à fase de habilitação.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	23/08/2024 às 10:39:53	Pedimos que aguardem, por favor
Sistema	23/08/2024 às 10:55:17	Iniciaremos a fase de habilitação
Sistema	23/08/2024 às 12:00:25	Senhores licitantes, precisaremos analisar toda a documentação enviada. Assim, suspenderemos agora esta sessão e reiniciaremos na segunda, dia 26/08, às 9h.
Sistema	23/08/2024 às 12:00:48	Tenham um bom final de semana
Sistema	26/08/2024 às 09:01:00	Bom dia, senhores
Sistema	26/08/2024 às 09:01:38	Daremos continuidade à análise da documentação de habilitação enviada. Pedimos que se mantenham conectados, por favor
Sistema	26/08/2024 às 10:05:55	Após a análise da documentação enviada verificamos que os atestados emitidos pelo INSS atendem às duas exigências técnicas, verificamos os balanços patrimoniais e procederemos as demais verificações no site do CNJ, Portal da Transparência e SICAF. Procederemos assim a habilitação da empresa SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
Sistema	26/08/2024 às 10:40:20	Senhores licitantes, caso haja manifestação de intenção de recursos, serão abertos os prazo para a inserção das razões e contrarrazões.
Sistema	26/08/2024 às 10:40:31	Agradecemos a participação de todos

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
29/07/2024 às 09:00:07	Abertura da sessão pública
29/07/2024 às 09:34:25	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Prestação de serviços de motorista

Contratação de Serviços de Condutores para realização do serviço de transporte do TRE-BA, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital). OBRERVAÇÕES: 1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, O VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 24 (VINTE E QUATRO) MESES DA CONTRATAÇÃO, já incluso todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto. 2.Conforme disciplinado nos tópico 1.3.3 do Termo de Referência, a remuneração mínima aceita para o posto de motorista é de R\$ 2.657,55, e a remuneração mínima aceita para o posto de supervisor de transporte é de R\$ 2.218,06.

Valor estimado:	R\$ 6.137.456,9300	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0200		
Situação:	Aberto para recursos		

Aceito e Habilitado por CPF ***.105.***-7 - CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES para SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22, melhor lance: R\$ 5.468.935,0000, valor negociado: R\$ 5.468.934,0500

Propostas do Item 1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
01.438.073/0001-22 - SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim	R\$ 5.468.935,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: R\$ 5.468.934,0500	Quantidade ofertada: 1
27.037.303/0001-35 - ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.468.930,0000	Fornecedor inabilitado
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: R\$ 5.468.814,8600	Quantidade ofertada: 1
10.483.643/0001-97 - ABSERVIS SERVICOS E MANUTENCAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.950.985,2300	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
34.137.836/0001-54 - LAMIL SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.835.800,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
05.969.071/0001-10 - APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.999.876,1100	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
51.582.726/0001-10 - ALC SERVICOS DE LIMPEZA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 6.137.456,9300	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
10.541.228/0001-42 - TERCEIRIZA BRASIL TRANSPORTES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim	R\$ 6.137.456,9300	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
00.482.840/0001-38 - LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.832.145,0000	-
Valor proposta: R\$ 7.039.736,7900	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
03.637.812/0001-30 - G A SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.765.620,4400	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
03.595.040/0001-11 - BRASPE RECURSOS HUMANOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.781.807,0200	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
22.030.711/0001-41 - M D L SERVICOS GERAIS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 6.137.400,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.400,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
08.332.083/0001-28 - AGABM ASSESSORIA E SERVICO DE MANUTENCAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 6.020.286,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.020.286,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
05.488.891/0001-90 - PLUS SERVICE LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.844.440,4000	-
Valor proposta: R\$ 20.000.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
04.374.998/0001-45 - CRETA COMERCIO E SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.558.500,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
09.210.284/0001-15 - PREST SERVICE MAO-DE-OBRA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim	R\$ 6.137.456,9300	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
10.547.708/0001-10 - TERCEIRIZE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 6.137.456,9000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
07.887.934/0001-36 - ESFERA SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.830.444,9500	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
05.897.975/0001-88 - FOCCUS FACILITIES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.985.490,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
12.608.523/0001-02 - DECISIVA SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.985.500,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
12.668.405/0001-81 - MJWF SERVICOS DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.916.499,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9200	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
43.998.904/0001-60 - BRAVO SIERRA EMPREENDIMENTOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.806.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.830.062,2000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
07.815.993/0001-07 - VERZZON -ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.897.324,9200	-
Valor proposta: R\$ 10.999.999,9900Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
13.476.984/0001-23 - RD-TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim	R\$ 5.800.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
04.900.474/0001-40 - ARAUNA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 5.830.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,0000Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
10.258.826/0001-09 - AMR LIMPEZA E LOCACAO DE AUTOMOVEIS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.919.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
11.077.741/0001-97 - VALEX SERVICOS TECNICOS DE LIMPEZA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.980.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
20.948.231/0001-39 - SUSTENTAVEL ENGENHARIA E SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 6.137.456,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,0000Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
97.549.823/0001-02 - CATEDRAL DE SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.887.111,4700	-
Valor proposta: R\$ 6.137.000,0000Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
07.324.689/0001-59 - DMR PROJETOS E VIAGENS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.881.899,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.237.550,9500Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
08.766.411/0001-02 - ATITUDE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim	R\$ 5.906.629,9200	-
Valor proposta: R\$ 6.116.434,3000Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
10.528.510/0001-90 - FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVACAO PREDIAL LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim	R\$ 6.200.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.200.000,0000Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
04.427.309/0001-13 - ALERTA SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 6.106.504,9600	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
24.753.081/0001-69 - EXSEG PRESTACAO DE SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 6.134.303,0900	-
Valor proposta: R\$ 6.134.303,0900 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
08.418.359/0001-95 - GNC SOLUCOES E SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 6.000.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
04.558.234/0001-00 - A P C SILVA SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 6.137.454,8400	-
Valor proposta: R\$ 6.137.454,8400 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
14.768.911/0001-78 - HIGICLEAN TECNOLOGIA EM HIGIENIZACAO E CONSERVACAO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 6.010.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
02.531.343/0001-08 - ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 6.016.465,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
18.927.396/0001-82 - LINE SERVICE TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 6.137.456,9300	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
04.278.447/0001-88 - VERA CRUZ SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim	R\$ 6.137.456,9300	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
14.979.210/0001-88 - ETC SERVICOS E COMERCIO LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim	R\$ 5.910.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.544,0000 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
20.155.999/0001-55 - G3 POLARIS SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 7.058.075,4600	-
Valor proposta: R\$ 7.058.075,4600 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
01.601.043/0001-95 - BRAVO FIRE SAFETY LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.589.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
22.487.080/0001-94 - PERFIL TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.638.750,0000	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	
12.446.585/0001-57 - PRIME SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 5.664.872,7500	-
Valor proposta: R\$ 6.137.456,9300 Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1	

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
29/07/2024 09:00:20	02.531.343/0001-08	R\$ 6.020.171,9600
29/07/2024 09:00:24	03.637.812/0001-30	R\$ 6.020.171,9400
29/07/2024 09:00:28	02.531.343/0001-08	R\$ 6.020.088,3500
29/07/2024 09:00:34	03.637.812/0001-30	R\$ 6.020.088,3300
29/07/2024 09:00:34	02.531.343/0001-08	R\$ 6.020.022,4900
29/07/2024 09:00:37	03.637.812/0001-30	R\$ 6.020.022,4700
29/07/2024 09:00:41	02.531.343/0001-08	R\$ 6.020.012,3200
29/07/2024 09:00:43	03.637.812/0001-30	R\$ 6.020.012,3000
29/07/2024 09:00:46	02.531.343/0001-08	R\$ 6.019.997,7700
29/07/2024 09:00:49	03.637.812/0001-30	R\$ 6.019.997,7500
29/07/2024 09:00:49	14.979.210/0001-88	R\$ 6.000.000,0000
29/07/2024 09:00:52	03.637.812/0001-30	R\$ 5.999.999,9800
29/07/2024 09:00:54	07.324.689/0001-59	R\$ 6.116.434,0000
29/07/2024 09:02:26	07.815.993/0001-07	R\$ 6.661.484,8800
29/07/2024 09:03:46	00.482.840/0001-38	R\$ 6.116.400,0000
29/07/2024 09:03:51	04.427.309/0001-13	R\$ 6.106.504,9600
29/07/2024 09:04:15	14.768.911/0001-78	R\$ 6.136.456,9300
29/07/2024 09:04:20	01.601.043/0001-95	R\$ 5.999.000,0000
29/07/2024 09:04:25	07.324.689/0001-59	R\$ 6.106.504,9500
29/07/2024 09:04:25	03.637.812/0001-30	R\$ 5.998.999,9800
29/07/2024 09:04:30	22.487.080/0001-94	R\$ 5.999.980,0000
29/07/2024 09:04:31	34.137.836/0001-54	R\$ 6.116.500,0000
29/07/2024 09:04:33	27.037.303/0001-35	R\$ 5.998.000,0000
29/07/2024 09:04:35	03.637.812/0001-30	R\$ 5.997.999,9800
29/07/2024 09:04:50	12.446.585/0001-57	R\$ 6.000.000,0000
29/07/2024 09:05:09	07.324.689/0001-59	R\$ 6.019.997,7600
29/07/2024 09:05:09	34.137.836/0001-54	R\$ 6.019.000,0000
29/07/2024 09:05:11	02.531.343/0001-08	R\$ 6.018.945,3600
29/07/2024 09:05:15	05.969.071/0001-10	R\$ 5.999.979,9900
29/07/2024 09:05:17	12.446.585/0001-57	R\$ 5.999.000,0000
29/07/2024 09:05:25	01.438.073/0001-22	R\$ 5.997.990,0000
29/07/2024 09:05:35	03.637.812/0001-30	R\$ 5.997.989,9800
29/07/2024 09:06:26	14.979.210/0001-88	R\$ 5.990.000,0000
29/07/2024 09:06:35	03.637.812/0001-30	R\$ 5.989.999,9800
29/07/2024 09:06:46	27.037.303/0001-35	R\$ 5.989.000,0000

Data/hora	Participante	Lance
29/07/2024 09:06:50	03.637.812/0001-30	R\$ 5.988.999,9800
29/07/2024 09:06:55	13.476.984/0001-23	R\$ 5.986.400,0000
29/07/2024 09:06:56	03.637.812/0001-30	R\$ 5.986.399,9800
29/07/2024 09:06:56	07.324.689/0001-59	R\$ 6.018.945,3500
29/07/2024 09:07:02	07.815.993/0001-07	R\$ 6.185.808,4600
29/07/2024 09:07:06	01.601.043/0001-95	R\$ 5.988.500,0000
29/07/2024 09:07:07	02.531.343/0001-08	R\$ 6.018.822,6100
29/07/2024 09:07:15	01.438.073/0001-22	R\$ 5.986.380,0000
29/07/2024 09:07:17	03.637.812/0001-30	R\$ 5.986.379,9800
29/07/2024 09:07:21	10.258.826/0001-09	R\$ 6.018.945,3900
29/07/2024 09:07:36	00.482.840/0001-38	R\$ 6.018.000,0000
29/07/2024 09:07:41	02.531.343/0001-08	R\$ 6.017.892,6500
29/07/2024 09:07:43	22.487.080/0001-94	R\$ 5.989.850,0000
29/07/2024 09:08:22	34.137.836/0001-54	R\$ 5.987.500,0000
29/07/2024 09:08:26	07.815.993/0001-07	R\$ 6.069.660,3600
29/07/2024 09:08:28	43.998.904/0001-60	R\$ 5.986.379,0000
29/07/2024 09:08:35	03.637.812/0001-30	R\$ 5.986.378,9800
29/07/2024 09:08:36	12.446.585/0001-57	R\$ 5.986.380,0000
29/07/2024 09:08:58	12.446.585/0001-57	R\$ 5.986.379,0000
29/07/2024 09:09:04	07.324.689/0001-59	R\$ 5.989.000,0000
29/07/2024 09:09:26	13.476.984/0001-23	R\$ 5.986.000,0000
29/07/2024 09:09:28	14.979.210/0001-88	R\$ 5.984.000,0000
29/07/2024 09:09:35	03.637.812/0001-30	R\$ 5.983.999,9800
29/07/2024 09:09:45	14.979.210/0001-88	R\$ 5.983.000,0000
29/07/2024 09:09:50	03.637.812/0001-30	R\$ 5.982.999,9800
29/07/2024 09:09:57	01.438.073/0001-22	R\$ 5.982.990,0000
29/07/2024 09:10:01	14.979.210/0001-88	R\$ 5.980.000,0000
29/07/2024 09:10:02	03.637.812/0001-30	R\$ 5.979.999,9800
29/07/2024 09:10:18	97.549.823/0001-02	R\$ 5.980.424,2400
29/07/2024 09:10:21	14.979.210/0001-88	R\$ 5.975.000,0000
29/07/2024 09:10:30	34.137.836/0001-54	R\$ 5.986.300,0000
29/07/2024 09:10:32	03.637.812/0001-30	R\$ 5.974.999,9800
29/07/2024 09:10:54	14.979.210/0001-88	R\$ 5.970.000,0000
29/07/2024 09:10:56	12.446.585/0001-57	R\$ 5.980.424,0000
29/07/2024 09:11:00	03.637.812/0001-30	R\$ 5.969.999,9800

Data/hora	Participante	Lance
29/07/2024 09:11:03	08.766.411/0001-02	R\$ 5.974.980,0000
29/07/2024 09:11:08	13.476.984/0001-23	R\$ 5.970.000,0000
29/07/2024 09:11:13	14.979.210/0001-88	R\$ 5.968.000,0000
29/07/2024 09:11:14	07.324.689/0001-59	R\$ 5.986.000,0000
29/07/2024 09:11:21	03.637.812/0001-30	R\$ 5.967.999,9800
29/07/2024 09:11:23	01.438.073/0001-22	R\$ 5.968.990,0000
29/07/2024 09:11:28	13.476.984/0001-23	R\$ 5.960.000,0000
29/07/2024 09:11:33	03.637.812/0001-30	R\$ 5.959.999,9800
29/07/2024 09:11:39	01.438.073/0001-22	R\$ 5.959.990,0000
29/07/2024 09:11:42	08.766.411/0001-02	R\$ 5.969.430,0000
29/07/2024 09:11:45	03.637.812/0001-30	R\$ 5.959.989,9800
29/07/2024 09:11:49	14.979.210/0001-88	R\$ 5.950.000,0000
29/07/2024 09:11:51	12.446.585/0001-57	R\$ 5.960.000,0000
29/07/2024 09:11:57	03.637.812/0001-30	R\$ 5.949.999,9800
29/07/2024 09:12:01	01.601.043/0001-95	R\$ 5.983.000,0000
29/07/2024 09:12:01	34.137.836/0001-54	R\$ 5.967.000,0000
29/07/2024 09:12:04	08.766.411/0001-02	R\$ 5.968.580,0000
29/07/2024 09:12:17	27.037.303/0001-35	R\$ 5.950.000,0000
29/07/2024 09:12:19	12.446.585/0001-57	R\$ 5.950.000,0000
29/07/2024 09:12:21	22.487.080/0001-94	R\$ 5.949.850,0000
29/07/2024 09:12:29	01.438.073/0001-22	R\$ 5.949.840,0000
29/07/2024 09:12:30	13.476.984/0001-23	R\$ 5.920.000,0000
29/07/2024 09:12:30	03.637.812/0001-30	R\$ 5.919.999,9800
29/07/2024 09:12:32	14.979.210/0001-88	R\$ 5.940.000,0000
29/07/2024 09:12:42	14.979.210/0001-88	R\$ 5.918.000,0000
29/07/2024 09:12:44	08.766.411/0001-02	R\$ 5.948.980,0000
29/07/2024 09:12:47	97.549.823/0001-02	R\$ 5.926.159,9900
29/07/2024 09:12:54	03.637.812/0001-30	R\$ 5.917.999,9800
29/07/2024 09:13:02	08.766.411/0001-02	R\$ 5.924.436,1900
29/07/2024 09:13:02	01.438.073/0001-22	R\$ 5.917.990,0000
29/07/2024 09:13:03	03.637.812/0001-30	R\$ 5.917.989,9800
29/07/2024 09:13:10	27.037.303/0001-35	R\$ 5.918.000,0000
29/07/2024 09:13:13	34.137.836/0001-54	R\$ 5.948.970,0000
29/07/2024 09:13:14	12.446.585/0001-57	R\$ 5.918.000,0000
29/07/2024 09:13:19	14.979.210/0001-88	R\$ 5.917.500,0000

Data/hora	Participante	Lance
29/07/2024 09:13:21	03.637.812/0001-30	R\$ 5.917.499,9800
29/07/2024 09:13:31	22.487.080/0001-94	R\$ 5.917.850,0000
29/07/2024 09:13:32	01.601.043/0001-95	R\$ 5.918.500,0000
29/07/2024 09:13:35	12.446.585/0001-57	R\$ 5.917.500,0000
29/07/2024 09:13:37	12.668.405/0001-81	R\$ 5.916.499,0000
29/07/2024 09:13:37	01.438.073/0001-22	R\$ 5.917.480,0000
29/07/2024 09:13:39	08.418.359/0001-95	R\$ 6.017.890,0000
29/07/2024 09:13:42	03.637.812/0001-30	R\$ 5.916.498,9800
29/07/2024 09:13:46	14.979.210/0001-88	R\$ 5.916.300,0000
29/07/2024 09:13:48	02.531.343/0001-08	R\$ 6.017.820,2700
29/07/2024 09:13:51	03.637.812/0001-30	R\$ 5.916.299,9800
29/07/2024 09:13:56	08.418.359/0001-95	R\$ 6.000.000,0000
29/07/2024 09:14:01	12.446.585/0001-57	R\$ 5.916.300,0000
29/07/2024 09:14:01	01.438.073/0001-22	R\$ 5.916.280,0000
29/07/2024 09:14:03	08.766.411/0001-02	R\$ 5.922.080,5900
29/07/2024 09:14:06	34.137.836/0001-54	R\$ 5.917.400,0000
29/07/2024 09:14:06	03.637.812/0001-30	R\$ 5.916.279,9800
29/07/2024 09:14:13	14.768.911/0001-78	R\$ 6.016.000,0000
29/07/2024 09:14:16	10.258.826/0001-09	R\$ 5.919.000,0000
29/07/2024 09:14:22	12.608.523/0001-02	R\$ 5.985.500,0000
29/07/2024 09:14:22	34.137.836/0001-54	R\$ 5.916.200,0000
29/07/2024 09:14:23	13.476.984/0001-23	R\$ 5.916.000,0000
29/07/2024 09:14:27	03.637.812/0001-30	R\$ 5.915.999,9800
29/07/2024 09:14:33	12.446.585/0001-57	R\$ 5.916.280,0000
29/07/2024 09:14:34	07.815.993/0001-07	R\$ 6.011.847,8700
29/07/2024 09:14:34	22.487.080/0001-94	R\$ 5.916.100,0000
29/07/2024 09:14:48	43.998.904/0001-60	R\$ 5.915.000,0000
29/07/2024 09:14:51	01.438.073/0001-22	R\$ 5.915.980,0000
29/07/2024 09:15:00	03.637.812/0001-30	R\$ 5.914.999,9800
29/07/2024 09:15:01	08.766.411/0001-02	R\$ 5.920.510,1900
29/07/2024 09:15:03	01.438.073/0001-22	R\$ 5.914.900,0000
29/07/2024 09:15:03	12.446.585/0001-57	R\$ 5.915.980,0000
29/07/2024 09:15:03	03.637.812/0001-30	R\$ 5.914.899,9800
29/07/2024 09:15:04	14.979.210/0001-88	R\$ 5.914.000,0000
29/07/2024 09:15:06	03.637.812/0001-30	R\$ 5.913.999,9800

Data/hora	Participante	Lance
29/07/2024 09:15:09	22.487.080/0001-94	R\$ 5.915.850,0000
29/07/2024 09:15:12	43.998.904/0001-60	R\$ 5.913.000,0000
29/07/2024 09:15:13	03.595.040/0001-11	R\$ 5.913.999,7200
29/07/2024 09:15:14	03.595.040/0001-11	R\$ 5.912.999,5800
29/07/2024 09:15:15	03.637.812/0001-30	R\$ 5.912.999,5600
29/07/2024 09:15:17	03.595.040/0001-11	R\$ 5.912.998,9600
29/07/2024 09:15:18	03.637.812/0001-30	R\$ 5.912.998,9400
29/07/2024 09:15:20	03.595.040/0001-11	R\$ 5.912.998,4300
29/07/2024 09:15:20	34.137.836/0001-54	R\$ 5.915.900,0000
29/07/2024 09:15:21	03.637.812/0001-30	R\$ 5.912.998,4100
29/07/2024 09:15:22	43.998.904/0001-60	R\$ 5.912.998,0000
29/07/2024 09:15:23	03.595.040/0001-11	R\$ 5.912.997,6100
29/07/2024 09:15:24	03.637.812/0001-30	R\$ 5.912.997,5900
29/07/2024 09:15:26	03.595.040/0001-11	R\$ 5.912.997,2300
29/07/2024 09:15:26	05.488.891/0001-90	R\$ 5.985.499,9900
29/07/2024 09:15:27	12.446.585/0001-57	R\$ 5.912.998,0000
29/07/2024 09:15:27	03.637.812/0001-30	R\$ 5.912.997,2100
29/07/2024 09:15:29	03.595.040/0001-11	R\$ 5.912.996,9900
29/07/2024 09:15:30	03.637.812/0001-30	R\$ 5.912.996,9700
29/07/2024 09:15:32	03.595.040/0001-11	R\$ 5.912.996,8200
29/07/2024 09:15:33	22.487.080/0001-94	R\$ 5.911.980,0000
29/07/2024 09:15:33	14.768.911/0001-78	R\$ 6.010.000,0000
29/07/2024 09:15:33	03.637.812/0001-30	R\$ 5.911.979,9800
29/07/2024 09:15:35	03.595.040/0001-11	R\$ 5.911.979,7700
29/07/2024 09:15:36	03.637.812/0001-30	R\$ 5.911.979,7500
29/07/2024 09:15:36	12.446.585/0001-57	R\$ 5.912.996,0000
29/07/2024 09:15:38	03.595.040/0001-11	R\$ 5.911.979,5100
29/07/2024 09:15:39	03.637.812/0001-30	R\$ 5.911.979,4900
29/07/2024 09:15:41	13.476.984/0001-23	R\$ 5.912.000,0000
29/07/2024 09:15:42	34.137.836/0001-54	R\$ 5.913.000,0000
29/07/2024 09:15:42	01.438.073/0001-22	R\$ 5.911.800,0000
29/07/2024 09:15:42	03.637.812/0001-30	R\$ 5.911.799,9800
29/07/2024 09:15:49	78.533.312/0001-58	R\$ 6.000.000,0000
29/07/2024 09:15:56	05.897.975/0001-88	R\$ 5.985.490,0000
29/07/2024 09:15:58	12.446.585/0001-57	R\$ 5.911.800,0000

Data/hora	Participante	Lance
29/07/2024 09:15:59	13.476.984/0001-23	R\$ 5.900.000,0000
29/07/2024 09:16:01	03.637.812/0001-30	R\$ 5.899.999,9800
29/07/2024 09:16:02	05.488.891/0001-90	R\$ 5.985.489,9900
29/07/2024 09:16:03	34.137.836/0001-54	R\$ 5.911.900,0000
29/07/2024 09:16:08	08.766.411/0001-02	R\$ 5.919.724,9900
29/07/2024 09:16:21	22.487.080/0001-94	R\$ 5.895.850,0000
29/07/2024 09:16:28	03.637.812/0001-30	R\$ 5.895.849,9800
29/07/2024 09:16:28	07.815.993/0001-07	R\$ 5.954.618,7500
29/07/2024 09:16:29	43.998.904/0001-60	R\$ 5.890.999,0000
29/07/2024 09:16:30	01.438.073/0001-22	R\$ 5.895.800,0000
29/07/2024 09:16:31	03.637.812/0001-30	R\$ 5.890.998,9800
29/07/2024 09:16:38	01.438.073/0001-22	R\$ 5.890.990,0000
29/07/2024 09:16:38	12.446.585/0001-57	R\$ 5.890.999,0000
29/07/2024 09:16:40	03.637.812/0001-30	R\$ 5.890.989,9800
29/07/2024 09:16:40	05.488.891/0001-90	R\$ 5.954.618,7400
29/07/2024 09:16:42	34.137.836/0001-54	R\$ 5.911.700,0000
29/07/2024 09:16:51	13.476.984/0001-23	R\$ 5.896.000,0000
29/07/2024 09:16:55	22.487.080/0001-94	R\$ 5.889.850,0000
29/07/2024 09:17:01	03.637.812/0001-30	R\$ 5.889.849,9800
29/07/2024 09:17:05	12.446.585/0001-57	R\$ 5.890.989,0000
29/07/2024 09:17:08	08.766.411/0001-02	R\$ 5.918.939,8000
29/07/2024 09:17:11	13.476.984/0001-23	R\$ 5.886.000,0000
29/07/2024 09:17:19	03.637.812/0001-30	R\$ 5.885.999,9800
29/07/2024 09:17:20	01.438.073/0001-22	R\$ 5.886.100,0000
29/07/2024 09:17:22	12.446.585/0001-57	R\$ 5.889.849,0000
29/07/2024 09:17:25	34.137.836/0001-54	R\$ 5.890.998,0000
29/07/2024 09:17:28	97.549.823/0001-02	R\$ 5.887.111,4700
29/07/2024 09:17:34	22.487.080/0001-94	R\$ 5.883.750,0000
29/07/2024 09:17:36	01.438.073/0001-22	R\$ 5.885.990,0000
29/07/2024 09:17:40	12.446.585/0001-57	R\$ 5.886.000,0000
29/07/2024 09:17:40	03.637.812/0001-30	R\$ 5.883.749,9800
29/07/2024 09:17:43	07.887.934/0001-36	R\$ 5.911.968,7700
29/07/2024 09:17:44	13.476.984/0001-23	R\$ 5.882.000,0000
29/07/2024 09:17:47	34.137.836/0001-54	R\$ 5.886.200,0000
29/07/2024 09:17:49	03.637.812/0001-30	R\$ 5.881.999,9800

Data/hora	Participante	Lance
29/07/2024 09:17:53	01.438.073/0001-22	R\$ 5.881.990,0000
29/07/2024 09:17:54	12.446.585/0001-57	R\$ 5.883.749,0000
29/07/2024 09:17:59	43.998.904/0001-60	R\$ 5.881.000,0000
29/07/2024 09:18:01	03.637.812/0001-30	R\$ 5.880.999,9800
29/07/2024 09:18:05	12.446.585/0001-57	R\$ 5.881.990,0000
29/07/2024 09:18:14	34.137.836/0001-54	R\$ 5.881.900,0000
29/07/2024 09:18:19	43.998.904/0001-60	R\$ 5.880.000,0000
29/07/2024 09:18:22	01.438.073/0001-22	R\$ 5.880.980,0000
29/07/2024 09:18:22	08.766.411/0001-02	R\$ 5.910.521,5100
29/07/2024 09:18:22	03.637.812/0001-30	R\$ 5.879.999,9800
29/07/2024 09:18:27	07.887.934/0001-36	R\$ 5.910.506,0100
29/07/2024 09:18:30	01.438.073/0001-22	R\$ 5.879.900,0000
29/07/2024 09:18:31	03.637.812/0001-30	R\$ 5.879.899,9800
29/07/2024 09:18:33	22.487.080/0001-94	R\$ 5.878.850,0000
29/07/2024 09:18:34	03.637.812/0001-30	R\$ 5.878.849,9800
29/07/2024 09:18:40	43.998.904/0001-60	R\$ 5.878.000,0000
29/07/2024 09:18:43	03.637.812/0001-30	R\$ 5.877.999,9800
29/07/2024 09:18:44	12.446.585/0001-57	R\$ 5.878.850,0000
29/07/2024 09:18:50	01.438.073/0001-22	R\$ 5.877.980,0000
29/07/2024 09:18:52	03.637.812/0001-30	R\$ 5.877.979,9800
29/07/2024 09:18:53	43.998.904/0001-60	R\$ 5.868.000,0000
29/07/2024 09:18:54	07.324.689/0001-59	R\$ 5.881.899,0000
29/07/2024 09:18:55	34.137.836/0001-54	R\$ 5.879.800,0000
29/07/2024 09:18:55	03.637.812/0001-30	R\$ 5.867.999,9800
29/07/2024 09:19:05	43.998.904/0001-60	R\$ 5.858.000,0000
29/07/2024 09:19:07	22.487.080/0001-94	R\$ 5.865.350,0000
29/07/2024 09:19:07	03.637.812/0001-30	R\$ 5.857.999,9800
29/07/2024 09:19:15	01.438.073/0001-22	R\$ 5.857.900,0000
29/07/2024 09:19:16	03.637.812/0001-30	R\$ 5.857.899,9800
29/07/2024 09:19:17	12.446.585/0001-57	R\$ 5.858.000,0000
29/07/2024 09:19:17	07.815.993/0001-07	R\$ 5.897.324,9200
29/07/2024 09:19:28	34.137.836/0001-54	R\$ 5.878.970,0000
29/07/2024 09:19:33	43.998.904/0001-60	R\$ 5.856.000,0000
29/07/2024 09:19:34	03.637.812/0001-30	R\$ 5.855.999,9800
29/07/2024 09:19:37	27.037.303/0001-35	R\$ 5.857.000,0000

Data/hora	Participante	Lance
29/07/2024 09:19:37	22.487.080/0001-94	R\$ 5.842.350,0000
29/07/2024 09:19:44	43.998.904/0001-60	R\$ 5.842.000,0000
29/07/2024 09:19:50	12.446.585/0001-57	R\$ 5.855.999,0000
29/07/2024 09:19:51	13.476.984/0001-23	R\$ 5.857.000,0000
29/07/2024 09:19:52	01.601.043/0001-95	R\$ 5.857.000,0000
29/07/2024 09:19:53	01.438.073/0001-22	R\$ 5.841.990,0000
29/07/2024 09:20:02	03.637.812/0001-30	R\$ 5.855.998,9800
29/07/2024 09:20:02	43.998.904/0001-60	R\$ 5.841.000,0000
29/07/2024 09:20:09	34.137.836/0001-54	R\$ 5.857.800,0000
29/07/2024 09:20:12	03.595.040/0001-11	R\$ 5.878.969,9900
29/07/2024 09:20:14	12.446.585/0001-57	R\$ 5.841.990,0000
29/07/2024 09:20:15	22.487.080/0001-94	R\$ 5.835.855,0000
29/07/2024 09:20:23	43.998.904/0001-60	R\$ 5.835.000,0000
29/07/2024 09:20:30	34.137.836/0001-54	R\$ 5.842.200,0000
29/07/2024 09:20:35	12.446.585/0001-57	R\$ 5.841.000,0000
29/07/2024 09:20:47	01.438.073/0001-22	R\$ 5.834.999,0000
29/07/2024 09:20:52	34.137.836/0001-54	R\$ 5.841.900,0000
29/07/2024 09:20:52	13.476.984/0001-23	R\$ 5.839.000,0000
29/07/2024 09:21:00	43.998.904/0001-60	R\$ 5.810.000,0000
29/07/2024 09:21:10	12.446.585/0001-57	R\$ 5.835.855,0000
29/07/2024 09:21:15	03.595.040/0001-11	R\$ 5.854.990,9900
29/07/2024 09:21:16	34.137.836/0001-54	R\$ 5.835.800,0000
29/07/2024 09:21:27	03.637.812/0001-30	R\$ 5.854.990,9700
29/07/2024 09:21:27	05.488.891/0001-90	R\$ 5.854.990,9600
29/07/2024 09:21:54	27.037.303/0001-35	R\$ 5.588.000,0000
29/07/2024 09:21:57	11.077.741/0001-97	R\$ 5.980.000,0000
29/07/2024 09:22:02	78.533.312/0001-58	R\$ 5.830.062,2000
29/07/2024 09:22:05	01.601.043/0001-95	R\$ 5.589.000,0000
29/07/2024 09:22:31	04.900.474/0001-40	R\$ 5.830.000,0000
29/07/2024 09:22:32	02.531.343/0001-08	R\$ 6.016.465,0000
29/07/2024 09:22:32	03.637.812/0001-30	R\$ 5.765.620,4400
29/07/2024 09:22:32	05.969.071/0001-10	R\$ 5.999.876,1100
29/07/2024 09:22:33	05.488.891/0001-90	R\$ 5.844.440,4000
29/07/2024 09:22:35	07.887.934/0001-36	R\$ 5.830.444,9500
29/07/2024 09:22:40	00.482.840/0001-38	R\$ 5.832.145,0000

Data/hora	Participante	Lance
29/07/2024 09:22:46	01.438.073/0001-22	R\$ 5.468.935,0000
29/07/2024 09:22:46	08.766.411/0001-02	R\$ 5.906.629,9200
29/07/2024 09:23:18	22.487.080/0001-94	R\$ 5.638.750,0000
29/07/2024 09:23:24	10.483.643/0001-97	R\$ 5.950.985,2300
29/07/2024 09:23:41	03.595.040/0001-11	R\$ 5.781.807,0200
29/07/2024 09:24:09	04.374.998/0001-45	R\$ 5.558.500,0000
29/07/2024 09:24:30	13.476.984/0001-23	R\$ 5.800.000,0000
29/07/2024 09:24:31	12.446.585/0001-57	R\$ 5.664.872,7500
29/07/2024 09:25:29	14.979.210/0001-88	R\$ 5.910.000,0000
29/07/2024 09:26:17	43.998.904/0001-60	R\$ 5.806.000,0000
29/07/2024 09:28:24	27.037.303/0001-35	R\$ 5.468.930,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	29/07/2024 09:00:08	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	29/07/2024 09:21:30	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 5.810.000,0000 e R\$ 6.200.000,0000 poderá enviar um lance único e fechado até às 09:26:30 do dia 29/07/2024.
Sistema	29/07/2024 09:26:31	A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 5.468.935,0000, R\$ 5.832.145,0000, R\$ 5.664.872,7500, R\$ 5.830.444,9500, R\$ 5.781.807,0200, R\$ 5.589.000,0000, R\$ 5.999.876,1100, R\$ 5.950.985,2300, R\$ 5.765.620,4400, R\$ 5.980.000,0000, R\$ 5.844.440,4000, R\$ 5.588.000,0000, R\$ 5.558.500,0000, R\$ 6.016.465,0000, R\$ 5.638.750,0000, R\$ 5.830.000,0000, R\$ 5.806.000,0000, R\$ 5.910.000,0000, R\$ 5.800.000,0000, R\$ 5.830.062,2000 e R\$ 5.906.629,9200.
Sistema	29/07/2024 09:26:31	O item 1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 09:26:31	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CPF/CNPJ 27.037.303/0001-35, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 09:31:31 do dia 29/07/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	29/07/2024 09:28:24	O item 1 teve o 1ª desempate Me/Epp encerrado. O fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CPF/CNPJ 27.037.303/0001-35 enviou um lance no valor de R\$ 5.468.930,0000.
Sistema	29/07/2024 09:28:24	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 09:39:10	Sr, licitante, aceita reduzir o valor ofertado?
pelo participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 09:42:11	Bom dia
pelo participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 09:43:19	Estamos já no limite, esse é nosso menor preço
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 09:47:59	obrigada
Sistema para o participante	29/07/2024 09:48:16	Vamos solicitar o envio da proposta ajustada conforme condição 10.1 do edital

Responsável	Data/Hora	Mensagem
27.037.303/0001-35	29/07/2024 09:48:16	Vamos solicitar o envio da proposta ajustada conforme condição 10.1 do edital
pelo participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 09:48:37	Estaremos enviando
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 09:55:43	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 09:56:00 do dia 30/07/2024. Justificativa: Proposta ajustada.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 10:07:50	Lembramos a condição 10.6 do edital
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 10:08:00	10.6. Concomitantemente com a(s) planilha(s) de custos e formação de preços, a licitante deverá encaminhar os seguintes documentos:
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 10:08:06	a) declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS (cumulativo ou não cumulativo);
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 10:08:17	b) GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP);
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 10:08:24	c) cópia da convenção coletiva em vigor.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 10:16:41	Lembramos ainda as seguintes condições do edital:
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 10:16:52	10.6.1. As licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, deverão cotar, na planilha de custos e formação de preços, as alíquotas médias efetivamente recolhidas, referentes aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de apresentação da proposta.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	29/07/2024 10:17:21	10.16.1. Conforme disciplinado nos tópico 1.3.4 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), independentemente da Convenção Coletiva a qual esteja vinculada, a remuneração mínima aceita para o posto de motorista é de R\$ 2.657,55, e a remuneração mínima aceita para o posto de supervisor de transporte é de R\$ 2.218,06
pelo participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 09:24:21	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:24:21 de 30/07/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 10:05:26	Agradecemos o envio da proposta. Passaremos para a análise
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 10:53:17	Na sua declaração o senhor informa: LUCRO PRESUMIDO OU ARBITRADO. Qual é o seu: Presumido ou Arbitrado? Pois a DCTF que é de 11/2023 diz que 'é Presumido
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 10:53:38	Continua sendo P resumido?
pelo participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 10:58:15	Somos Lucro Presumido
pelo participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 10:59:27	Na nossa DCTF esta como Lucro Presumido
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 11:06:20	Verificamos que após a elaboração das planilhas o valor final um pouco abaixo do ofertado na fase de lances. Assim, Sua proposta final ficará no valor de R\$ 5.468.814,86
Sistema para o	30/07/2024 11:06:44	Faremos na negociação via chat. Precisarás do seu aceite

Responsável	Data/Hora	Mensagem
participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 11:06:44	Faremos na negociação via chat. Precisará do seu aceite
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 11:07:31	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Harmonizar com o valor apresentado na planilha.
pelo participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 11:08:13	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, tendo informado R\$ 5.468.814,8600.
Sistema	30/07/2024 11:09:41	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 30/07/2024 11:29:41.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 11:44:40	Senhor licitante, solicitamos o envio dos seguintes documentos de habilitação, especialmente: regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, a Qualificação econômico-financeira e a Qualificação técnica:
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 11:45:14	A condição 12.2.1 estabelece: deverão ser apresentados em formato digital, por meio da opção "enviar anexo" do Sistema, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 11:47:08	Vamos suspender agora por causa do horário de almoço e retornaremos às 13h, quando abriremos o anexo e daremos o prazo
pelo participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 11:49:28	Prezado Pregoeiro, quanto a certidão Fazenda Municipal, pode ser a que consta no SICAF?
pelo participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 12:13:44	Nossa Certidão Municipal tem a validade até o dia 30/07/2024
pelo participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 12:29:19	Visto que, só podemos emitir outra após o vencimento da atual, portanto somente a partir do dia 31/07/2024
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 13:04:21	Não tem problema a validade da certidão ser até hoje.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 13:04:52	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:05:00 do dia 30/07/2024. Justificativa: Envio dos documentos de habilitação.
pelo participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 13:45:52	Prezado Pregoeiro, desde já solicitamos um prazo de 24 horas para providenciarmos toda documentação de habilitação, visto que alguns documentos contábeis estão de posse do nosso contador e o mesmo não encontra-se na Bahia.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 15:05:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:05:00 de 30/07/2024. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35.
pelo participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 15:21:36	Conforme condição 12.2.1, solicitamos um prazo maior para envio da documentação
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 15:27:42	Atendendo solicitação e a condição prevista no edital, concederemos mais 2 horas
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 15:28:14	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:38:00 do dia 30/07/2024. Justificativa: Documento de habilitação.
pelo participante 27.037.303/0001-35	30/07/2024 17:05:24	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:05:24 de 30/07/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35.
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 09:04:50	Bom dia

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 11:06:13	Senhor licitante, poderia, por favor, indicar especificamente quais dos atestados enviados atendem aos requisitos de habilitação a fim de facilitar a análise?
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 11:07:04	Indicar qual, ou quais, atestados atendem "com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos permanentes contratados em decorrência desta licitação (28 postos). "
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 11:07:39	Indicar qual, ou quais, atestados atendem a "b) Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não"
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 11:30:29	Prezado Pregoeiro, temos que comprovar os 28 postos 3 anos? Ou conforme determina a IN 05, 50% dos postos por 3 anos?
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 11:48:40	Mas a IN 05, item 10.6, letra c.1 não fala em 50%?
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 11:56:28	Mas o edital diz 28 postos. Tenho que seguir o edital agora.
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:02:30	No edital diz que a licitação vai se basear na IN 05, entre outras Instruções Normativas
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:03:03	Entendi...
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:04:29	Preciso de um prazo para poder demonstrar através de uma planilha os 28 postos em 3 anos, visto que tem atestados que não tem o numero de postos e terei que demonstra-los
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:09:08	No nosso caso se aplica a alínea c.2 do item 10.6 da IN 05/2017
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:09:16	Assim, consultamos se possui atestado(s) que atenda(m) a essa exigência
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:13:39	Como dito anteriormente, cumprimos o exigido sim, entretanto, temos que demonstrar os 28 postos pelo período de 3 anos, por isso precisamos de tempo para fazer essa demonstração
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:15:33	Visto que os mesmos precisam ser ininterruptos ou não, conforme informado por V. Sa.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:17:00	Qual prazo seria o prazo ideal : 24 ou 48 horas?
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:18:03	E lembrando que o atestado é se "a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados"
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:24:28	Se possível 48hs
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:26:08	Iremos comprovar que no período de 3 anos, mantemos no mínimo 28 postos todos os anos, não é esse o entendimento
pelo participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:27:02	Ex. 28 postos em 2018, 28 postos em 2019, 28 postos 2020 ou 28 postos 2020, 2021, 2022
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:29:41	A alínea a da qualificação ´ ´ técnica não especifica o período, especifica a quantidade: 28 postos, desde que concomitantemente
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:31:31	A alínea "b" especifica que precisa comprovar que prestou serviços terceirizados por 3 anos seguidos, sem especificar a quantidade de postos
Sistema para o	31/07/2024 12:32:50	Lembramos a condição 12.2.2 do edital quanto a nov os documentos

Responsável	Data/Hora	Mensagem
participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:32:50	Lembramos a condição 12.2.2 do edital quanto a nov os documentos
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	31/07/2024 12:33:24	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 12:34:00 do dia 02/08/2024. Justificativa: Esclarecer qualificação técnica.
pelo participante 27.037.303/0001-35	02/08/2024 12:17:52	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:17:52 de 02/08/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35.
pelo participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 09:01:57	Bom dia
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 09:09:11	Senhor licitante, solicitamos, por favor, o envio do (1) contrato social e de todas as suas alterações, desde a criação da empresa, e
pelo participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 09:10:01	Solicitamos 24 horas para juntarmos toda documentação
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 09:10:20	, e, (2) cópia do edital do Pregão Presencial nº 001/2020 do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território Litoral Norte e Agreste Baiano que deu origem ao contrato nº 001/2020 celebrado com vocês
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 09:10:37	Concederemos o prazo de 2 horas
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 09:11:38	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:12:00 do dia 08/08/2024. Justificativa: Enviar Contrato social e suas alterações e edital nº 001/2020 do CDSTLNA.
pelo participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 09:15:10	O prazo de 2 horas é insuficiente, solicitamos pelo menos o prazo a ´té as 14hs.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 09:21:40	Considerando a condição 12.2.2.1. e que o edital não estabelece prazo específico para a complementação de documentos, e tendo em vista o princípio da economicidade, concedermos até as 14h
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 09:23:05	Como não tenho como alterar o prazo agora, assim que expirar o prazo concedido, concederemos novo prazo até as 14h
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 11:12:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:12:00 de 08/08/2024. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 11:49:30	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 14:00:00 do dia 08/08/2024. Justificativa: Contrato social e Edital.
pelo participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 13:52:06	Prezado Pregoeiro, solicitamos mais 2 horas de prazo, visto que a licitação do Agreste Baiano foi presencial, portanto o edital e demais documentos estão de posse do primeiro contador da empresa Elohim, estamos esperando o mesmo enviar a documentação que possui para podermos anexar.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 14:00:09	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:00:00 de 08/08/2024. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 14:08:31	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:09:00 do dia 08/08/2024. Justificativa: Contrato social e edital.
pelo participante 27.037.303/0001-35	08/08/2024 15:54:21	Infelizmente o antigo contador não tinha mais o edital, visto que como o pregão à época foi presencial, o mesmo era impresso, portanto ele não guardou, mas estamos enviando outros documentos complementares referente ao contrato.
pelo participante	08/08/2024 15:54:24	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:54:24 de 08/08/2024. 2 anexos

Responsável	Data/Hora	Mensagem
27.037.303/0001-35	08/08/2024 15:54:24	foram enviados pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	09/08/2024 11:21:58	Senhor licitante, agradecemos o envio das documentações.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	09/08/2024 11:22:59	Foram muitos atestados enviados e com diferentes períodos de execução, assim estamos verificando o atendimento das exigências do edital.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	09/08/2024 11:23:34	A condição 19.6. do edital diz: "O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação. "
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	09/08/2024 11:36:25	Verificamos que foi apresentado um contrato com a Viação Reobote, CNPJ 30.910.917/0001-31, junto com o atestado de capacidade técnica. A fim de sanar algumas dúvidas sobre a forma de execução dos serviços e o período, solicitamos que sejam enviadas as notas fiscais dos serviços do período informado no atestado.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	09/08/2024 11:45:42	Concederemos o prazo de 48 horas
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	09/08/2024 11:46:34	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:47:00 do dia 13/08/2024. Justificativa: Notas fiscais dos serviços prestados á Viação
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 11:47:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:47:00 de 13/08/2024. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35.
pelo participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 12:17:01	Prezado Pregoeiro, favor reabrir o anexo, houve um equivoco e o nosso funcionário pensou que poderia anexar o arquivo até as 14hs
pelo participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 12:17:33	Estamos com o arquivo pronto e gostaríamos de anexa-lo
pelo participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 12:42:02	Informamos que o arquivo foi enviado via e-mail cmlima@tre-ba.jus.br
pelo participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 14:01:08	Boa tarde
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 14:02:36	Senhor licitante, apesar de ter perdido o prazo, como se trata apenas de documentos adicionais, e para que todos os licitantes tenham acesso aos documentos, vou reabrir o envio de anexo para que possa enviá-lo por aqui
pelo participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 14:03:19	Muito obrigado
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 14:03:24	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:04:00 do dia 13/08/2024. Justificativa: Enviar notas fiscais solicitadas.
pelo participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 14:04:06	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:04:06 de 13/08/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 14:08:27	Senhor licitante, foram solicitadas as notas fiscais que comprovasse a prestação dos serviços.
pelo participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 14:09:56	Prezado Pregoeiro
pelo participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 14:32:25	Prezado Sr. pregoeiro conforme constante do termo aditivo, essa ELOHIM , como prestadora de serviços, tem como finalidade na iniciativa privada, a exploração de bagageiros de ônibus, MODAL bastante valioso para quem conhece, com objetivo de enviar cargas e encomendas, para destinos específicos de ponto a ponto, bem como a entrega, ou seja, nossos serviços de mão de obra são

Responsável	Data/Hora	Mensagem
pelo participante 27.037.303/0001-35	13/08/2024 14:32:25	compensações pelo prioridade exclusiva de uso de bagageiros,
pelo participante 27.037.303/0001-35	22/08/2024 09:04:04	Bom dia!!!
pelo participante 27.037.303/0001-35	22/08/2024 09:06:32	Ok
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	22/08/2024 09:06:52	Sr. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:07:00 do dia 22/08/2024. Justificativa: Enviar documento que foi enviado por email.
pelo participante 27.037.303/0001-35	22/08/2024 09:13:31	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 09:13:31 de 22/08/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35.
Sistema para o participante 27.037.303/0001-35	22/08/2024 09:15:57	Agradecemos
pelo participante 27.037.303/0001-35	22/08/2024 09:21:11	Erro de digitação
pelo participante 27.037.303/0001-35	22/08/2024 09:22:49	As duas formas de prestação de serviços e pagamentos são similares, por isso a confusão.
Sistema	22/08/2024 09:33:51	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 22/08/2024 09:53:51.
Sistema	22/08/2024 09:57:01	O item 1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema para o participante 01.601.043/0001-95	22/08/2024 09:57:01	Sr. Fornecedor BRAVO FIRE SAFETY LTDA, CPF/CNPJ 01.601.043/0001-95, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 10:02:01 do dia 22/08/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	22/08/2024 10:02:23	O item 1 teve o 1ª desempate Me/Epp encerrado às 10:02:01 de 22/08/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor BRAVO FIRE SAFETY LTDA, CPF/CNPJ 01.601.043/0001-95.
Sistema para o participante 22.487.080/0001-94	22/08/2024 10:02:23	Sr. Fornecedor PERFIL TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA, CPF/CNPJ 22.487.080/0001-94, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 10:07:23 do dia 22/08/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	22/08/2024 10:07:46	O item 1 teve o 2ª desempate Me/Epp encerrado às 10:07:23 de 22/08/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor PERFIL TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA, CPF/CNPJ 22.487.080/0001-94.
Sistema para o participante 12.446.585/0001-57	22/08/2024 10:07:46	Sr. Fornecedor PRIME SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CPF/CNPJ 12.446.585/0001-57, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 10:12:46 do dia 22/08/2024. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	22/08/2024 10:13:07	O item 1 teve o 3ª desempate Me/Epp encerrado às 10:12:46 de 22/08/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor PRIME SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CPF/CNPJ 12.446.585/0001-57.
Sistema	22/08/2024 10:13:07	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	22/08/2024 10:19:22	Sr. Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 10:20:00 do dia 23/08/2024. Justificativa: Proposta ajustada ao lance final e planilhas de custos e formação de preços do(s) posto(s) de trabalho envolvido(s) na contratação. .
pelo participante 01.438.073/0001-22	22/08/2024 18:19:24	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 18:19:24 de 22/08/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22.
Sistema para o participante	23/08/2024 10:23:55	Senhor licitante, não localizamos em nenhum documento enviado a informação de qual o seu FAP (Fator Acidentário de Prevenção)

Responsável	Data/Hora	Mensagem
01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:23:55	Senhor licitante, não localizamos em nenhum documento enviado a informação de qual o seu FAP (Fator Acidentário de Prevenção)
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:24:51	A alínea b da condição 10.6 do edital dia que deve ser enviada "GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP);"
pelo participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:25:14	Bom dia
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:26:14	Numa das declarações enviadas há a seguinte informação "Em novembro de 2021, substituiu-se a GFIP pela DCTFWeb", mas precisamos saber qual o seu FAP
pelo participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:26:25	A comprovação do FAP está dentro do arquivo zipado com a nomenclatura de tributação
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:27:08	Em qual documento há a informação do FAP, por favor
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:29:13	Ah, desculpe, encontramos.
pelo participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:29:16	É um documento emitido pelo Ministério da Previdência Social (Resultado da consulta do FAP 2024)
pelo participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:29:29	Onde consta o percentual de 1%
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:31:01	Ao analisarmos a proposta, verificamos que ficou no valor final de R\$ 5.468.934,05, diferente do valor do lande final. Assim, reduziremos o seu valor para o valor da proposta e pedimos que o confirme, por favor
pelo participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:31:23	Confirmamos
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:32:23	Sr. Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Valor final da proposta.
pelo participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:33:17	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22, tendo informado R\$ 5.468.934,0500.
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:33:33	Agradecemos
Sistema	23/08/2024 10:34:34	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 23/08/2024 10:54:34.
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:55:54	Solicitaremos o envio dos documentos de habilitação
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:56:22	Sr. Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 12:57:00 do dia 23/08/2024. Justificativa: Documentos de habilitação.
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:57:24	Lembramos a condição 12.2.1 do edital: "Os documentos de habilitação da licitante detentora da melhor oferta não constantes do SICAF deverão ser apresentados em formato digital, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico"
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:57:59	"A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas seguintes situações: a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 10:57:59	no Edital."
pelo participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 11:25:08	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:25:08 de 23/08/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22.
Sistema para o participante 01.438.073/0001-22	23/08/2024 11:27:03	Agradecemos o envio
Sistema	26/08/2024 10:06:22	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 26/08/2024 10:26:22.
Sistema	26/08/2024 10:40:47	A fase de recurso do item 1 está aberta até 29/08/2024.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
29/07/2024 09:00:08	Item aberto para lances.
29/07/2024 09:21:30	Item com etapa aberta encerrada.
29/07/2024 09:21:30	Convocados os fornecedores para a 1ª etapa fechada que apresentaram lance entre R\$ 5.810.000,0000 e R\$ 6.200.000,0000.
29/07/2024 09:26:31	Item com etapa fechada encerrada.
29/07/2024 09:26:31	Item está em 1ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
29/07/2024 09:28:24	O Item teve o 1ª desempate Me/Epp encerrado. O fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CPF/CNPJ: 27.037.303/0001-35 enviou um lance no valor de no valor de R\$ 5.468.930,0000.
29/07/2024 09:28:24	Item encerrado para lances.
29/07/2024 09:55:43	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 30/07/2024 09:56:00. Motivo: Proposta ajustada.
30/07/2024 09:24:21	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 finalizou o envio de anexo.
30/07/2024 11:07:31	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para negociação de valor.
30/07/2024 11:08:13	Negociação encerrada. Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 informou R\$ 5.468.814,8600.
30/07/2024 11:09:41	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 5.468.930,0000, valor negociado: R\$ 5.468.814,8600. Motivo: Verificada a conformidade da proposta com as especificações do edital.
30/07/2024 13:04:52	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 30/07/2024 15:05:00. Motivo: Envio dos documentos de habilitação.
30/07/2024 15:28:14	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 30/07/2024 17:38:00. Motivo: Documento de habilitação.
30/07/2024 17:05:24	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 finalizou o envio de anexo.
31/07/2024 12:33:24	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 02/08/2024 12:34:00. Motivo: Esclarecer qualificação técnica.
02/08/2024 12:17:52	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 finalizou o envio de anexo.
08/08/2024 09:11:38	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 08/08/2024 11:12:00. Motivo: Enviar Contrato social e suas alterações e edital nº 001/2020 do CDSTLNA.

Data/Hora	Descrição
08/08/2024 11:49:30	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 08/08/2024 14:00:00. Motivo: Contrato social e Edital.
08/08/2024 14:08:31	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 08/08/2024 16:09:00. Motivo: Contrato social e edital.
08/08/2024 15:54:24	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 finalizou o envio de anexo.
09/08/2024 11:46:34	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 13/08/2024 11:47:00. Motivo: Notas fiscais dos serviços prestados á Viação Reobote.
13/08/2024 14:03:24	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 13/08/2024 16:04:00. Motivo: Enviar notas fiscais solicitadas.
13/08/2024 14:04:05	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 finalizou o envio de anexo.
22/08/2024 09:06:52	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 22/08/2024 11:07:00. Motivo: Enviar documento que foi enviado por email.
22/08/2024 09:13:31	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 finalizou o envio de anexo.
22/08/2024 09:33:51	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 foi inabilitado. Motivo: Não com'provou as qualificações técnicas.
22/08/2024 09:42:13	Fornecedor ELOHIM TZ'VAOT TECNOLOGIA E NEGOCIOS LTDA, CNPJ 27.037.303/0001-35 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
22/08/2024 09:57:01	Retorno de item do julgamento para a etapa de desempate Me/Epp.
22/08/2024 09:57:01	Item está em 1ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
22/08/2024 10:02:23	O Item teve o 1ª desempate Me/Epp encerrado às 10:02:01 de 22/08/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor BRAVO FIRE SAFETY LTDA, CPF/CNPJ: 01.601.043/0001-95.
22/08/2024 10:02:23	Item está em 2ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
22/08/2024 10:07:46	O Item teve o 2ª desempate Me/Epp encerrado às 10:07:23 de 22/08/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor PERFIL TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA, CPF/CNPJ: 22.487.080/0001-94.
22/08/2024 10:07:46	Item está em 3ª desempate Me/Epp, aguardando lance.
22/08/2024 10:13:07	O Item teve o 3ª desempate Me/Epp encerrado às 10:12:46 de 22/08/2024. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor PRIME SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CPF/CNPJ: 12.446.585/0001-57.
22/08/2024 10:13:07	Item encerrado para lances.
22/08/2024 10:19:22	Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 23/08/2024 10:20:00. Motivo: Proposta ajustada ao lance final e planilhas de custos e formação de preços do(s) posto(s) de trabalho envolvido(s) na contratação. .
22/08/2024 18:19:24	Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22 finalizou o envio de anexo.
23/08/2024 10:32:23	Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22 convocado para negociação de valor.
23/08/2024 10:33:17	Negociação encerrada. Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22 informou R\$ 5.468.934,0500.
23/08/2024 10:34:34	Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 5.468.935,0000, valor negociado: R\$ 5.468.934,0500. Motivo: Atende aos requisitos.
23/08/2024 10:56:22	Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 23/08/2024 12:57:00. Motivo: Documentos de habilitação.
23/08/2024 11:25:08	Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22 finalizou o envio de anexo.
26/08/2024 10:06:22	Fornecedor SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 01.438.073/0001-22 foi habilitado.
26/08/2024 10:40:47	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO 90031/2024
(Instrução processual - fase de habilitação)

FORNECEDOR:	SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ:	01.438.073/0001-22
CONTATO (telefone e e-mail):	(LUCIANO SILVA DE SOUZA (81) 998171467
ITEM (NS):	1

	SIM	NÃO	NA
1. Declarações Comprasnet			
1. Extrato de declarações do COMPRASNET	X		
2. Habilitação jurídica			
a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário			
b) Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, no caso de Microempreendedor individual			
c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores	X		
d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício			
e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;			
f) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir			
3. Regularidade Fiscal			
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	X		
b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)	X		
c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014	X		
d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente	X		
4. Regularidade Trabalhista			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		
5. Qualificação Econômico-Financeira			
a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante	X		
b) Balanço Patrimonial relativo aos 2 (dois) últimos exercícios sociais , apresentado na forma da lei	X		
a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1; b) Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da proposta da licitante para os 12 (doze) meses do ano não eleitoral ; c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) valor da proposta da licitante para os 12 (doze) meses do ano não eleitoral	X		
6. Capacidade Técnica			
a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos permanentes contratados em decorrência desta licitação (28 postos) .	X		
b) Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;	X		
7. Consultas ao CNJ e CEIS (no nome da Pessoa Jurídica e Sócio Majoritário), Situação no SICAF e Nível 1 do SICAF (Cadastramento), Ocorrências e Participação Indireta			
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php	X		
b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc	X		
c) SITUAÇÃO NO SICAF E CADASTRO NÍVEL 1, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (participação, direta ou indireta, na licitação, de servidor ou dirigente do TRE-BA).	X		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
d) Ocorrências Registradas e impedimentos indiretos (se houver ocorrência, juntar a consulta, mesmo que vencida ou que não impeça a participação na licitação). Informar no relatório final se há ocorrência apta ou não a afastar a licitante do certame.	X		
e) Havendo impedimento indireto, juntar o cadastro nível 1 da empresa apenada, a fim de se verificar os indícios, quais sejam,: a data de abertura (se anterior ou posterior a data de abertura da empresa participante do certame), endereço, objeto social , e-mail e telefone (se são iguais ao da empresa participante do certame), bem como se o sócio é controlador ou gerente ou verificar a data que se desvinculou da empresa apenada, se for o caso. Informar a conclusão da análise no relatório final.			X



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.438.073/0001-22 DUNS®: 935940990
Razão Social: SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
Nome Fantasia: SERV MAIS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 27/09/2024
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	14/11/2024	Automática
FGTS	Validade:	05/09/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	02/12/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	27/10/2024
Receita Municipal	Validade:	21/09/2024

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

Emitido em: 23/08/2024 11:10

CPF: 538.XXX.XXX-87 Nome: CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES

Ass: _____

1 de 1



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.438.073/0001-22 DUNS®: 935940990
Razão Social: SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
Nome Fantasia: SERV MAIS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 27/09/2024

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Micro Empresa
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 600.000,00 Data de Abertura da Empresa: 20/09/1996
CNAE Primário: 3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

CNAE Secundário 1: 3821-1/00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-
CNAE Secundário 2: 4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
CNAE Secundário 3: 4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
CNAE Secundário 4: 4211-1/02 - PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E
CNAE Secundário 5: 4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
CNAE Secundário 6: 4299-5/01 - CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E
CNAE Secundário 7: 4299-5/99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO
CNAE Secundário 8: 4311-8/01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS
CNAE Secundário 9: 4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO
CNAE Secundário 10: 4312-6/00 - PERFURAÇÕES E SONDAGENS
CNAE Secundário 11: 4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM
CNAE Secundário 12: 4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
CNAE Secundário 13: 4322-3/01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
CNAE Secundário 14: 4330-4/01 - IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL
CNAE Secundário 15: 4330-4/02 - INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E
CNAE Secundário 16: 4330-4/05 - APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM
CNAE Secundário 17: 4330-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO
CNAE Secundário 18: 4399-1/01 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS
CNAE Secundário 19: 4399-1/02 - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS
CNAE Secundário 20: 4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA
CNAE Secundário 21: 4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
CNAE Secundário 22: 4520-0/01 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE
CNAE Secundário 23: 4923-0/02 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE
CNAE Secundário 24: 4924-8/00 - TRANSPORTE ESCOLAR
CNAE Secundário 25: 4929-9/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS,

Relatório de Credenciamento

CNAE Secundário 26: 4929-9/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS,
CNAE Secundário 27: 7711-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
CNAE Secundário 28: 7719-5/99 - LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO
CNAE Secundário 29: 7810-8/00 - SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA
CNAE Secundário 30: 7820-5/00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA
CNAE Secundário 31: 7830-2/00 - FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA
CNAE Secundário 32: 8111-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS,
CNAE Secundário 33: 8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
CNAE Secundário 34: 8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS
CNAE Secundário 35: 8130-3/00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS
CNAE Secundário 36: 8211-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO
CNAE Secundário 37: 8219-9/99 - PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS
CNAE Secundário 38: 8220-2/00 - ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO
CNAE Secundário 39: 8230-0/01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS,
CNAE Secundário 40: 8299-7/01 - MEDIÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E

Dados para Contato

CEP: 55.660-000
Endereço: AVENIDA MAJOR APRIGIO DA FONSECA, 1164 - SAO SEBASTIAO
Município / UF: Bezerros / Pernambuco
Telefone: (81) 98171467
E-mail: servmaispe18@gmail.com

Dados do Responsável Legal

CPF: 041.283.924-56
Nome: LUCIANO SILVA DE SOUZA

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 041.283.924-56
Nome: LUCIANO SILVA DE SOUZA
E-mail: servmaispe18@gmail.com

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 041.283.924-56 Participação Societária: 100,00%
Nome: LUCIANO SILVA DE SOUZA
Número do Documento: 06659956630 Órgão Expedidor: detran pe
Data de Expedição: 15/07/2016 Data de Nascimento: 21/08/1983
Filiação Materna: MARIA DE LOURDES DA SILVA
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 53.370-100
Endereço: RUA FAIZAO, 39 - OURO PRETO
Município / UF: Olinda / Pernambuco
Telefone: (81) 34276629
E-mail: servmaispe18@gmail.com

Linhas Fornecimento

Serviços

5380 - Prestação de Serviços de Apoio Administrativo
8729 - Prestação de Serviços de Portaria / Recepção
13447 - Prestação de Serviços de Telefonista
14346 - Prestação de Serviços de Garagista / Manobrista
14389 - Prestação de Serviços de Operador de Carga e Descarga
14397 - Prestação de Serviços de Copeiragem
15008 - Prestação de Serviços de Motorista
19372 - Prestação de Serviços de Pintor
20966 - Prestação de Serviços de Motociclista
23329 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Inter NAS - 44 Horas Semanais Diurnas - Produtividade 600 m2
23370 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Inter-nas-12 Horas Diurnas-Sáb/Dom e Feriado - Outra Produtividade
23396 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Inter-nas - 12 Horas Noturnas - 2º a Domingo - Outra Produtividade
23400 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Inter-nas-12 Horas Noturnas - 2º a 6º Feira - Outra Produtividade
23426 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Inter-nas-12 Horas Noturnas-Sáb/Dom e Feriado-Outra Produtividade
23434 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas- 44 Horas Semanais Diurnas-Produtividade 1800 A 2700 M2
23450 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 12 Horas Diurnas - 2º a Domingo - Outra Produtividade
23477 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 12 Horas Diurnas - 2º a 6º Feira - Outra Produtividade
23485 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas-12 Horas Diurnas-Sáb/Dom e Feriado - Outra Produtividade
23566 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Esquadrias Externas - Frequência 16H/Mensal - Produtividade 220 m2

Relatório de Credenciamento

Serviços

23582 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Fachadas Envidraçadas - Frequência 8H/Semestre - Produtividade 110 m2
23604 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Hospi-talares-12 Horas Diurnas- 2º a Domingo - Outra Produtividade
23620 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Hospi-talares-12 Horas Diurnas-2º a 6º Feira - Outra Produtividade
23639 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação-Áreas Hospita-lares-12 Horas Diurnas-Sáb/Dom e Feriado-Outra Produtividade
23680 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação-Áreas Hospila-lares-12 Horas Noturnas-Sáb/Dom/Feriado-Outra Produtividade
24023 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Outras Necessidades
24031 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Inter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade
24040 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade
24058 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Esquadrias Externas - Frequência 16H/Mensal - Outra Produtividade
24066 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Fachadas Envidraçadas - Frequência 8H/Semestre - Outra Produtividade
24090 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Internas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
24104 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - Outras Necessidades.
24112 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Esquadrias Externas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
24120 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Fachadas Envidraçadas - Outras Necessidades - Outra Produtividade
24325 - Prestação de Serviço de Jardinagem - Outros Serviços - OutraProdutividade
27782 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Internas- 44 Horas Semanais Diurnas - Produtividade 800 a 1200 M2

Protocolo 2- 095/2024

De: Otaciano O. - SEFAZ-GAT-SP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 23/07/2024 às 15:50:57

Setores envolvidos:

SEFAZ-GAT-SP

SOLICITAÇÃO PARA ALVARÁ DE ESTABELECIMENTO

—
Otaciano Felix da Silva
Coordenador de Arrecadação Tributária

Anexos:

serv.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEZERROS

SECRETARIA DA FAZENDA

SECRETARIA DA FAZENDA

Endereço: PRAÇA DUQUE DE CAXIAS, S/N-CENTRO Telefone: (81)3728-6700 CNPJ: 10.091.510/0001-75

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº 95/2024 e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até a presente data: 23/07/2024

Contribuinte: SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA		Inscrição Mercantil: 10993787 Sequencial: 49664 Referência Loteamento:
Localização: AVN MAJ APRIGIO DA FONSECA, 1164, HOTELRADIO, SAO SEBASTIAO		Cadastro Imobiliário: 01.02.046.0173.001
Natureza: Tributos Mercantis		Inscrição Imobiliária: 3496
Razão Social: SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA		
CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil
01.438.073/0001-22		10993787
Atividade Principal: 3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS		
Atividades Secundárias 0161-0/99 - ATIVIDADES DE APOIO À AGRICULTURA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 3812-2/00 - COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS 3821-1/00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS 4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS		
Início Atividade: 09/06/2022	Validade: 21/09/2024	
Observações: Válido por 59 dias.		
<div>COORDENADOR DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA</div>		



Para validar a autenticidade desse documento acesse o Portal do Contribuinte.

<https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/prefeitura/bezerros//views/publico/portaldocontribuinte/publico/autenticacao/autenticacao.xhtml>

34C742D844091DB6595FA25EA58AED54A64015C5





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 187E-45C3-6EE0-799D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



OTACIANO (CPF 849.XXX.XXX-34) em 23/07/2024 15:51:29 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bezerros.1doc.com.br/verificacao/187E-45C3-6EE0-799D>



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Fórum Des. Rodolfo Aureliano
Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Sul, bairro Joana Bezerra
Fones nº (081) 3181-0400 (FAX)/ 3181-0476 e 3181-0470
CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO NEGATIVA LICITAÇÃO

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 07/08/2024 14h58min

Data de Validade: 06/09/2024

Nº da Certidão: 01924636/2024

Nº da Autenticidade: KW.14.W2.WC.YI

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original

Razão Social: SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA

CNPJ: 01.438.073/0001-22

Inscrição Estadual:

Endereço Residencial: AVN MAJ APRIGIO DA FONSECA, 1164 Compl: HOTELRADIO

Bairro: SAO SEBASTIAO

Cidade: Bezerros/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe 1º Grau, implantado nas Unidades Judiciárias, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, AÇÃO DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL protocolada e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006 e foi expedida gratuitamente através da Internet.

Observações:

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, através do link <https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml>, na opção - Validar Certidão Negativa de Processos Cíveis (PJe) - utilizando o número de autenticidade acima identificado.

Esta certidão não abrange os processos distribuídos antes da implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O referido é verdade e dou fã.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Distribuição Processual - NUDIP 2º grau
Praça da República, s/n, bairro Santo Antônio
Fones nºs (081) 3182-0519 ou 3182-0594
CEP 50.010-040 RECIFE - PE

CERTIDÃO NEGATIVA LICITAÇÃO

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 07/08/2024 14h58min

Data de Validade: 06/09/2024

Nº da Certidão: 01924627/2024

Nº da Autenticidade: TL.N6.7G.4J.PE

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original

Razão Social: SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA

CNPJ: 01.438.073/0001-22

Inscrição Estadual:

Endereço Residencial: AVN MAJ APRIGIO DA FONSECA, 1164 Compl: HOTELRADIO

Bairro: SAO SEBASTIAO

Cidade: Bezerros/PE

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe 2º Grau, implantado nas Unidades Judiciárias, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, AÇÃO DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL protocolada e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto na Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006 e foi expedida gratuitamente através da Internet.

Observações:

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, através do link <https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml>, na opção - Validar Certidão Negativa de Processos Cíveis (PJe) - utilizando o número de autenticidade acima identificado.

Esta certidão não abrange os processos distribuídos antes da implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O referido é verdade e dou fã.



http://assinador.pscs.com.br/assinadordweb/autenticacao?chavel=VP2RYTEyb1-JQDvjiv_sbs26NkurTcPnyTg1SiP9g1ITDX2U7xkja
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 03169062476-GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO

TERMO DE ABERTURA

Contém esta encadernação de formulário contínuo, 0139 páginas numeradas seguidamente pelo processo eletrônico de dados totalmente escrituradas, de 0001 a 0139 dividido em 1 volume(s) com a seguinte divisão: 1 com 139 páginas numeradas de 1 a 139; e que servirá de Livro Diário de número 008 na forma do parágrafo 1º (primeiro), artigo 6º (sexto) e artigo 7º (sétimo) do Decreto Lei número 64.567/69, onde estão registradas todas as operações realizadas pela empresa abaixo qualificada, no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Empresa: SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI
Endereço: Rua CORONEL BEZERRA, 50
Bairro: CENTRO, CEP: 55660000
Cidade: Bezerros - PE
CNPJ: 01.438.073/0001-22
Inscr. Estadual: ISENT0
Órgão de Inscrição: JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO, em 20 de setembro de 1996
Nº da Inscrição: 26.600.270.353
Exercício social encerrado em: 31/12/2022

Bezerros, 31 de dezembro de 2022

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI
LUCIANO SILVA DE SOUZA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 041.283.924-56

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO
CONTADOR - CRC: PE-024693/O8 / PE
Rua APORE, 75 BARRO, Recife PE



Junta Comercial do Estado de Pernambuco
Certifico o Registro em 25/04/2023
Arquivamento 239453751 Protocolo 239453751 de 24/04/2023
Nome da empresa SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
NIRE 26600270353
Este documento pode ser verificado em
<http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>
Chancela 266714724284
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/04/2023
por AMANDA AIRES VIEIRA 04768039421. Responsável pelo expediente da JUCEPE (Conforme ato nº 079, publicado em

SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

CNPJ 01.438.073/0001-22

Rua CORONEL BEZERRA, 50 - CENTRO, Bezerros PE - CEP: 55660000

NIRE 26.600.270.353 - 20/09/1996

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2022

*** ATIVO ***

ATIVO CIRCULANTE	1.584.758,11
DISPONIBILIDADES	1.581.123,41
NUMERARIOS EM ESPECIE	1.410.421,52
CAIXA GERAL	
Caixa	1.410.421,52
BANCOS	170.701,89
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
BB Renda Fixa Simples	168.499,03
Título de Capitalização- OuroCap	2.202,86
DEPOSITOS JUDICIAIS	3.634,70
Bloqueio Judicial	3.634,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.913,47
IMOBILIZADO	21.913,47
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	21.913,47
Consórcio em Andamento	21.913,47
TOTAL DO *** ATIVO ***	1.606.671,58

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2022 estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R\$ 1.606.671,58 (Um milhão seiscientos e seis mil seiscientos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos).

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

A sociedade não possui Auditoria Independente.

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Bezerros, 31 de dezembro de 2022

SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI
LUCIANO SILVA DE SOUZA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 041.283.924-56

GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO
RG: 5392953 - SDS/PE - 27/09/2013 -
CONTADOR - CRC: PE-024693/O8 / PE
Rua APORE, 75 BARRO, Recife PE



http://assinador.pscs.com.br/assinadordweb/autenticacao?chavel=VP2RYTEybl-JQDVjiv_sbs26NkurTLPnyTg1SiP9g11TDX2U7xkja
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 03169062476-GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO

SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

CNPJ 01.438.073/0001-22

Rua CORONEL BEZERRA, 50 - CENTRO, Bezerros PE - CEP: 55660000

NIRE 26.600.270.353 - 20/09/1996

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2022

*** PASSIVO ***

PASSIVO CIRCULANTE	216.783,12
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	216.783,12
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	63.303,10
PREVIDENCIARIAS E FISCAIS	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	
PREVIDENCIARIAS	
INSS a Recolher	63.303,10
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	153.480,02
Empréstimos Diversos	153.480,02
Capital de GIRO Bco	128.750,44
PATRIMONIO LIQUIDO	1.389.888,46
CAPITAL REALIZADO	600.000,00
CAPITAL SOCIAL	600.000,00
CAPITAL SOCIAL DE DOMICILIADOS E	
RESIDENTES NO PAÍS	
Capital Social	600.000,00
LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	789.888,46
LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	789.888,46
LUCROS ACUMULADOS	
Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da	
Assembleia	789.888,46
TOTAL DO *** PASSIVO ***	1.606.671,58

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2022 estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R\$ 1.606.671,58 (Um milhão seiscentos e seis mil seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos).

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

A sociedade não possui Auditoria Independente.

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Bezerros, 31 de dezembro de 2022

SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI
LUCIANO SILVA DE SOUZA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 041.283.924-56

GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO
RG: 5392953 - SDS/PE - 27/09/2013 -
CONTADOR - CRC: PE-024693/O8 / PE
Rua APORE, 75 BARRO, Recife PE



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=VP2RYTEybl-JQDvjiv_sbs26NkurTzPnyTg1Si9g11TDX2U7xkja
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 03169062476-GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO

**Receita Bruta**

Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno 2.843.183,42

CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS

Custo com Viagens, Estadas e Diárias (94.699,81)

Custo com Combustível e Dilsel (55.754,11)

DESPESA COM PESSOAL

Salários Ordenados (937.166,58)

Horas Extras (4.215,70)

Adicional Noturno (3.897,46)

Aviso Previo Indenizado/Trabalhado (2.511,01)

Férias (20.615,92)

13º Salário (79.458,74)

ENCARGOS SOCIAIS

FGTS (81.720,44)

Multa FGTS - GRRF (1.646,01)

PLANO DE BENEFÍCIOS

Ticket Refeição/Alimentação (279.586,43)

Vale Transporte (63.627,71)

Assist.Médica - Odontológica (6.300,99)

OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL

Cursos e Treinamentos (800,00)

Fardamento (54.513,95)

Exame Médico (190,00)

DESPESAS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES EM GERAL

Despesa com Estacionamento e Deslocamento (858,60)

Despesa Locação de veículos (400.000,25)

Despesa com Cartão (5.687,34)

Serviços Prestados Pessoa Física sem Vínculo Empregatício (519.467,31)

Aluguéis (6.050,00)

Outros Gastos com Pessoal (50,46)

Energia Elétrica (3.469,31)

Água e Esgoto (1.620,76)

Seguro Diversos 172,69

Correios e Malotes (8.855,23)

Assessoria Jurídica (24.960,97)

Softwares (1.359,09)

Material de Expediente (4.906,60)

Assessoria Contábil (7.900,00)

Despesas Custas de Cartório (80,60)

Despesas c/ Veículos (9.164,53)

Despesa Segurança/ Vigilante (6.726,00)

Despesas Serviços Informática (1.610,00)

Multas de Trânsito (4.053,68)

MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS

Material Const/Elet/Hidráulico (14.121,52)

Serviços de Manutenção (38.201,04)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

CNPJ 01.438.073/0001-22

Rua CORONEL BEZERRA , 50 - CENTRO , Bezerros PE - CEP: 55660000

21:18:09

NIRE 26.600.270.353 - 20/09/1996

Pág.: 0131



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VP2RYTEybl-JQDvjiv_Sbs26NKurtZpnyTg1SiP9i1TDX2U7xkja
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 03169062476-GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO

DESPESAS TRIBUTARIAS

Impostos e Taxas Diversas (43.294,38)

DESPESAS FINANCEIRAS

Tarifas Bancarias (12.109,51)

RESULTADO DO EXERCÍCIO**42.104,07**

Reconhecemos a exatidão do presente Demonstrativo, realizado em 31 de dezembro de 2022.

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

A sociedade não possui Auditoria Independente.

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Bezerros, 31 de dezembro de 2022

SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

LUCIANO SILVA DE SOUZA

SOCIO ADMINISTRADOR

CPF: 041.283.924-56

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Bezerros, 31 de dezembro de 2022

GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO

RG: 5392953 - SDS/PE - 27/09/2013 -

CONTADOR - CRC: PE-024693/O8 / PE

Rua APORE, 75 BARRO, Recife PE



http://assinador.pscs.com.br/assinadordweb/autenticacao?chave=VP2RYTEybl-JQDVjiv_sbs26NkurteZPnyTg1Si9gi1TDX2U7xkja
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 03169062476-GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO

SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI

CNPJ: 01.438.073/0001-22

NIRE: 26.600.270.353 - 20/09/1996

RUA CORONEL BEZERRA, Nº50, BAIRRO CENTRO, BEZERROS- PE, CEP:55.660-000

BALANÇO PATRIMONIAL 31/12/2022

INDICES DE LIQUIDEZ

INDICE DE LIQUIDEZ GERAL

$$\begin{array}{rcl} \text{I L G} & = & \begin{array}{r} \text{AC} \quad 1.584.758,11 \\ \hline \text{PC} \quad 216.783,12 \end{array} \quad 7,31 \end{array}$$

INDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

$$\begin{array}{rcl} \text{I S G} & = & \begin{array}{r} \text{AT} \quad 1.606.671,58 \\ \hline \text{PC} \quad 216.783,12 \end{array} \quad 7,41 \end{array}$$

INDICE DE LÍQUIDEZ CORRENTE

$$\begin{array}{rcl} \text{I L C} & = & \begin{array}{r} \text{AC} \quad 1.584.758,11 \\ \hline \text{PC} \quad 216.783,12 \end{array} \quad 7,31 \end{array}$$

GRAU DE ENDIVIDAMENTO

$$\begin{array}{rcl} \text{GE} & = & \begin{array}{r} \text{PT} \quad 216.783,12 \\ \hline \text{AT} \quad 1.606.671,58 \end{array} \quad 0,13 \end{array}$$

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

$$\begin{array}{rcl} \text{GE} & = & \begin{array}{r} \text{PC} \quad 216.783,12 \\ \hline \text{PT} \quad 216.783,12 \end{array} \quad 1,00 \end{array}$$

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2022 estando de acordo com a documentação enviada para a Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R\$ 1.606.671,58 (Um milhão seiscentos e seis mil e setenta e sete reais). Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas. A sociedade não possui Auditoria Independente. A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado.

Bezerros-PE, 31 de dezembro 2022.

GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO
CRC-PE 024693/O-8
CI:5392953 - SDS/PE CPF 031.690.624-76

LUCIANO SILVA DE SOUZA
SÓCIO ADMINISTRADOR
RG Nº6000227 SDS-PE CPF:041.283.924-56

SERV MAIS SERVIÇOS TERCEIRIZAÇÃO LTDA
CNPJ: 01.438.073/0001-22
RUA CORONEL BEZERRA, Nº50, BAIRRO CENTRO, BEZERROS- PE, CEP:55.660-000
NIRE: 26.600.270.353 - 20/09/1996

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022

	Capital social	Reserva de capital Ágio na emissão de ações	Reservas de lucros Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
R\$	600.000,00				R\$ 747.784,39	R\$ 1.347.784,39
Saldos em 31 de Dezembro de 2021						
Ajuste de exercício anterior					R\$ -	-
Aumento de capital por subscrição					R\$ -	-
Aumento de capital com lucros e Reservas					R\$ -	-
Lucro líquido do exercício					R\$ 42.104,07	42.104,07
Destinação do lucro					R\$ -	-
Apropriação do lucro em reservas					R\$ -	-
Dividendos e juros sobre capital próprio					R\$ -	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022					R\$ -	-
R\$	600.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 789.888,46	R\$ 1.389.888,46
RECONHECEMOS A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022						

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2022 estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R\$ 1.606.671,58 (Um milhão seiscentos e seis mil seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos).
A sociedade não possui Auditoria Independente.
A sociedade não possui Conselho Fiscal Instalado.

Bezerros-PE, 31 de dezembro 2022.

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

SERV MAIS SERVIÇOS TERCEIRIZAÇÃO LTDA
LUCIANO SILVA DE SOUZA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF:041.283.924-56
RG: 6000227 SDS - PE

RESPONSÁVEL TÉCNICO

GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO
RG: 5392953 CPF: 031.690.624-76
TÉCNICO CONTÁBIL - CRC: PE-024693/O8 / PE



SERV MAIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ 01.438.073/0001-22
Rua CORONEL BEZERRA, 50 - CENTRO, Bezerros PE - CEP:55660000
cidade de Bezerros - PE
NIRE 26.600.270.353 - 20/09/1996
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM
31.12.2022

NOTA 01 - INFORMAÇÃO SOBRE A EMPRESA

- A empresa SERV MAIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS é uma Empresa Limitada, de capital fechado e tem objeto social a:
- 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- 9001-9/06 - Atividades de sonorização e de iluminação;
- 7732-2/01 - Aluguel de maquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;
- 7731-4/00 - Aluguel de maquinas e equipamentos agrícolas sem operador;
- 7729-2/02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais;
- 7719-5/99 - Locação de outros meios de transporte, sem condutor;
- 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;
- 6822-6/00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária;
- 5620-1/02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê;
- 5590-6/03 - Pensões (alojamento);
- 4929-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional;
- 4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal;
- 4924-8/00 - Transporte escolar;
- 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;
- 4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
- 7732-2/02 - Aluguel de andaimes;
- 7733-1/00 - Aluguel de maquinas e equipamentos para escritório;
- 9001-9/02 - Produção musical;



SERV MAIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ 01.438.073/0001-22
Rua CORONEL BEZERRA, 50 - CENTRO, Bezerros PE - CEP:55660000
cidade de Bezerros - PE
NIRE 26.600.270.353 - 20/09/1996
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM
31.12.2022

- 8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
- 8220-2/00 - Atividades de tele atendimento;
- 8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo para empresas;
- 8130-3/00 - Atividades paisagísticas;
- 8129-0/00 - Atividades de limpeza;
- 8122-2/00 - Imunização e controle de pragas urbanas;
- 8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios;
- 8111-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais;
- 8011-1/01 - Atividades de vigilância e segurança privada;
- 7990-2/00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo;
- 7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador;
- 7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes;
- 4520-0/06 - Serviços de borracharia para veículos automotores;
- 4520-0/05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;
- 4311-8/01 - Demolição de edifícios e outras estruturas;
- 4299-5/99 - Outras obras de engenharia civil;
- 4299-5/01 - Construção de instalações esportivas e recreativas;
- 4292-8/01 - Montagem de estruturas metálicas;
- 4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
- 4221-9/01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica;
- 4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
- 4211-1/02 - pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos;
- 4211-101 - Construção de rodovias e ferrovias;
- 4120-4/00 - Construção de edifícios;



SERV MAIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ 01.438.073/0001-22
Rua CORONEL BEZERRA, 50 - CENTRO, Bezerros PE - CEP:55660000
cidade de Bezerros - PE
NIRE 26.600.270.353 - 20/09/1996
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM
31.12.2022

- 3821-1/00 - Tratamento e disposição de resíduos não perigosos;
- 3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos;
- 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos;
- 4311-8/02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno;
- 4312-6/00 - perfurações e sondagens;
- 4313-4/00 - Obras de terraplanagem;
- 4520-0/04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores;
- 4520-0/03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores;
- 4520-0/02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores;
- 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
- 4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água;
- 4399-1/03 - Obras de alvenaria;
- 4399-1/02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias;
- 4330-4/99 - Outras obras de acabamento da construção;
- 4330-4/05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores;
- 4330-4/02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material;
- 4330-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil;
- 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
- 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica;
- 0161-0/99 - Atividade de apoio à agricultura no arado.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial e das Leis das Sociedades Anônimas e em conformidade aos Princípios da Contabilidade conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº. 11.638/2007 e a Interpretação Técnica ITGG



SERV MAIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ 01.438.073/0001-22
Rua CORONEL BEZERRA, 50 - CENTRO, Bezerros PE - CEP:55660000
cidade de Bezerros - PE
NIRE 26.600.270.353 - 20/09/1996
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM
31.12.2022

1.000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Resolução CFC nº. 1.418/12.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS

- a) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.
- b) A receita é reconhecida pela competência da execução das vendas de serviços. É mensurada com base no valor constante das Notas Fiscais Emitidas, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços.
- c) As alíquotas de imposto e as leis tributarias usadas para calcular são aquelas que estão em vigor pelo Simples. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto o valor líquido dos impostos sobre venda de serviços, recuperável ou a pagar e incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
- d) O principal ativo financeiro reconhecido pela empresa é: Caixa Os principais passivos financeiros reconhecidos pela empresa são: Fornecedores, Obrigações Trabalhistas e Fiscais.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

CONTA	31/12/2022
Caixa/Bancos	R\$ 1.581.123,41
Total	R\$ 1.581.123,41

Os ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado estão apresentados em "Atividades Operacionais" como parte das variações do capital circulante na demonstração do fluxo de caixa



SERV MAIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ 01.438.073/0001-22
Rua CORONEL BEZERRA, 50 - CENTRO, Bezerros PE - CEP:55660000
cidade de Bezerros - PE
NIRE 26.600.270.353 - 20/09/1996
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM
31.12.2022

NOTA 05 - CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES

O sistema tributário brasileiro e de auto lançamento, portanto as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos contados da data do arquivamento.

NOTA 06 - CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), constituído pelo valor nominal como se segue.

SOCIO	31/12/2022
LUCIANO SILVA DE SOUZA	R\$ 600.000,00
Total	R\$ 600.000,00

NOTA 07 - DECLARAÇÃO

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2022 estando de acordo com a documentação enviada Contabilidade somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R\$ 1.606.671,58 (Um milhão seiscentos e seis mil seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos).

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

A sociedade não possui Auditoria Independente.

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado.

Bezerros-PE, 31 de dezembro 2022.

LUCIANO SILVA DE SOUZA
CPF: 041.283.924-56
RG.6000227 SDS - PE
SÓCIO ADMINISTRADOR

GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO
CPF: 031.690.624-76
RG 5392953 SDS - PE
TEC.CONTABIL CRC-PE-024693/O-8



http://assinador.pscs.com.br/assinadordweb/autenticacao?chave1=VP2RYTEyb1-JQDvjiv_sbs26NkurtEzPnyTg1SiP9g11TDX2U7xkja
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 03169062476-GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém esta encadernação de formulário contínuo, 0139 páginas numeradas seguidamente pelo processo eletrônico de dados totalmente escrituradas, de 0001 a 0139 dividido em 1 volume(s) com a seguinte divisão: 1 com 139 páginas numeradas de 1 a 139; e que serviu de Livro Diário de número 008 na forma do parágrafo 2º (segundo), artigo 6º (sexto) e artigo 7º (sétimo) do Decreto Lei número 64.567/69, onde estão registradas todas as operações realizadas pela empresa abaixo qualificada, no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Nome: SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI
Endereço: Rua CORONEL BEZERRA, 50
Bairro: CENTRO, CEP: 55660000
Cidade: Bezerros - PE
CNPJ: 01.438.073/0001-22
Inscr. Estadual: ISENT0
Órgão de Inscrição: JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO, em 20 de setembro de 1996
Nº da Inscrição: 26.600.270.353
Exercício social encerrado em: 31/12/2022

Bezerros, 31 de dezembro de 2022

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI
LUCIANO SILVA DE SOUZA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 041.283.924-56

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO
CONTADOR - CRC: PE-024693/O8 / PE
Rua APORE, 75 BARRO, Recife PE

TERMO DE ABERTURA

DIARIO

Nº de Ordem 9

Contém este livro 129 folhas numeradas eletronicamente do número 1 a 129 e servirá de DIARIO nº 9, referente ao período compreendido entre 01/01/2023 a 31/12/2023 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo identificado:

Nome: SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
Endereço: AVENIDA MAJOR APRIGIO DA FONSECA, 1164
Bairro: SAO SEBASTIAO
C.E.P.: 55660000
Cidade.: BEZERROS / PE

Registrada na JUCEPE sob nº 26600270353 e arquivado em 20/09/1996.
Inscrição Estadual nº ISENT0 e C.N.P.J. nº 01438073000122

BEZERROS/PE, 16 de Maio de 2024

WOSHINGTON JOSE FERNANDES
CONTADOR
C.P.F.:85783218472
R.G.:4277731 SDS
C.R.C.:0226310-6

LUCIANO SILVA DE SOUZA
SOCIO ADMINISTRADOR
C.P.F.:04128392456
R.G.:6000227 SDS



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=710D56K1TV7iebF2QGB3jb4QJmm9nGJ9U6CXnE2p9a4DjppFV3G9euQ
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 85783218472-WOSHINGTON JOSE FERNANDES

CNPJ: 01.438.073/0001-22
Consolidação: Empresa
NIRE nº de 30/12/1899

Grau: 5

Encerrado em: 31/12/2023



	12/2023	12/2022
ATIVO	3.713.127,21	1.606.671,58
ATIVO CIRCULANTE	3.324.904,81	1.584.758,11
DISPONIVEL	3.324.904,81	1.584.758,11
CAIXA	3.319.067,25	1.410.421,52
CAIXA GERAL	3.319.067,25	1.410.421,52
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	5.837,56	174.336,59
BB RENDA FIXA SIMPLES	0,00	168.499,03
BLOQUEIRO/DESL JUDICIAL	3.634,70	3.634,70
TITULO CAPITALIZAÇÃO- OUROCAP	2.202,86	2.202,86
ATIVO NÃO CIRCULANTE	388.222,40	21.913,47
IMOBILIZADO	388.222,40	21.913,47
IMOBILIZADO	388.222,40	21.913,47
CONSÓRICO EM ANDAMENTO	388.222,40	21.913,47
TOTAL DO ATIVO	3.713.127,21	1.606.671,58
PASSIVO	3.713.127,21	1.606.671,58
CIRCULANTE	1.077.014,71	216.783,12
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	1.077.014,71	216.783,12
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	374.673,16	63.303,10
INSS A RECOLHER	374.673,16	63.303,10
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	697.300,98	0,00
PIS A RECOLHER	36.777,49	0,00
COFINS A RECOLHER	169.742,25	0,00
IRPJ A RECOLHER	305.388,92	0,00
CSLL A RECOLHER	185.392,32	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.040,57	153.480,02
EMPRESTIMOS DIVERSOS	0,00	153.480,02
CAPITAL DE GIRO BCO	5.040,57	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	2.636.112,50	1.389.888,46
CAPITAL SOCIAL	600.000,00	600.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	600.000,00	600.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	600.000,00	600.000,00
RESERVA LEGAL	2.036.112,50	0,00
RESERVA LEGAL	62.311,20	0,00
RESERVA LEGAL	62.311,20	0,00
RESERVAS DE LUCROS	1.973.801,30	0,00
RESERVAS DE LUCROS	1.973.801,30	0,00
LUCRO OU PREJUIZO ACUMULADO	0,00	789.888,46
LUCRO OU PREJUIZO ACUMULADO	0,00	789.888,46
LUCRO ACUMULADO	0,00	789.888,46
TOTAL DO PASSIVO	3.713.127,21	1.606.671,58

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2023, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 3.713.127,21 (três milhões, setecentos e treze mil, cento e vinte e sete reais e vinte e um centavos), e em 31/12/2022, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 1.606.671,58 (um milhão, seiscentos e seis mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos).

LUCIANO SILVA DE SOUZA
EMPRESARIO
CPF 041.283.924-56

WOSHINGTON JOSE FERNANDES
CONTADOR
CRC PE022631/O6

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 85783218472-WOSHINGTON JOSE FERNANDES

CNPJ: 01.438.073/0001-22
Consolidação: Empresa

Grau: 5

Período: 01/2023 a 12/2023



http://assinador.pscs.com.br/assinadordweb/autenticacao?chave1=U10D56K1TVZ1ebf2QGB3jb4QJmM9nGJ9U6CXnE2p9a4DjppFV3G6euQ
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA|85783218472-WOSHINGTON JOSE FERNANDES

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.658.074,80
RECEITA SERVICOS PRESTADOS	5.658.074,80
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MERCADO INTERNO	5.658.074,80
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	999.646,24
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	999.646,24
(-) ISS S/ FATURAMENTO	278.207,92
(-) PIS S/ FATURAMENTO	36.777,49
(-) COFINS S/ FATURAMENTO	169.742,25
(-) IRPJ S/ FATURAMENTO	329.526,26
(-) CSLL S/ FATURAMENTO	185.392,32
RECEITA LÍQUIDA	4.658.428,56
CUSTOS	0,00
LUCRO BRUTO	4.658.428,56
DESPESAS OPERACIONAIS	3.384.791,41
DESPESAS OPERACIONAIS	3.384.791,41
PREVIDENCIARIAS E TRABALHISTAS	3.161.982,79
SALARIOS	1.652.558,74
FERIAS	121.019,50
13º SALARIOS	227.579,93
FGTS	157.711,70
INSS	452.819,99
ADICIONAL NOTURNO	3.557,86
VALE TRANSPORTES	15.044,20
HORAS EXTRAS	29.323,31
AVISO PREVIO IDENIZADO/TRABALHADO	13.336,81
DSR	6.775,85
VALE ALIMENTAÇÃO	132.811,31
SERVIÇOS TOMADOS	69.637,37
SINDICATO TRANSPORTE PASSAG ESTADO PE	1.369,24
CARTÃO CORPORATIVO	240.037,92
INSALUBRIDADE	34.867,37
INTRA JORNADA	3.515,23
CESTA BASICA	16,46
ADMINISTRATIVAS	222.808,62
SEGUROS DIVERSOS	4.607,21
CONTABILIDADE	10.542,00
IMPOSTOS E TAXAS	154.664,04
MATERIAL PARA USO E CONSUMO	35.323,39
ENERGIA	2.812,53
AGUA	1.926,25
COMBUSTIVEL	6.585,00
PLANO DE SAUDE	4.403,34
TELEFONE/INTERNET	1.944,86
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.273.637,15
DESPESAS FINANCEIRAS	27.413,11
DESPESAS FINANCEIRAS	27.413,11
TARIFA BANCÁRIA	23.365,17
JUROS PASSIVOS	3.828,21
IOF	219,73
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	1.246.224,04
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.246.224,04

LUCIANO SILVA DE SOUZA
EMPRESARIO
CPF 041.283.924-56

WOSHINGTON JOSE FERNANDES
CONTADOR
CRC PE022631/O6

CNPJ: 01.438.073/0001-22
Consolidação: Empresa
NIRE nº de 30/12/1899



	12/2023	12/2022
Saldo inicial de lucros acumulados	789.888,46	747.784,39
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Saldo ajustado	789.888,46	747.784,39
Reversão de reservas	0,00	0,00
Lucro líquido do exercício	1.246.224,04	42.104,07
Destinação do lucro	62.311,20	0,00
Reserva legal	62.311,20	0,00
Saldo final de lucros acumulados	1.973.801,30	789.888,46
Dividendos por ação do capital social	0,00	0,00

LUCIANO SILVA DE SOUZA
EMPRESARIO
CPF 041.283.924-56

WOSHINGTON JOSE FERNANDES
CONTADOR
CRC PE022631/O6

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 85783218472-WOSHINGTON JOSE FERNANDES



EMPRESA: SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
AV MAJOR APRIGIO DA FONSECA, N° 1164- SÃO SEBASTIÃO, BEZERROS - PE CEP 55.660-000
CNPJ 01.438.073/0001-22

ÍNDICES FINANCEIROS

VALORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1) Liquidez Corrente

Resultado

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{R\$ 3.324.904,81}{R\$ 1.077.014,71} = R\$ 3,09$$

2) Liquidez Seca

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante - Estoque}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{R\$ 3.324.904,81}{R\$ 1.077.014,71} = R\$ 3,09$$

3) Liquidez Geral

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizavel a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} = \frac{R\$ 3.324.904,81}{R\$ 1.077.014,71} = R\$ 3,09$$

4) Solvência Geral

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} = \frac{R\$ 3.713.127,21}{R\$ 1.077.014,71} = R\$ 3,45$$

5) Endividamento Total

$$ET = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Ativo Total}} = \frac{R\$ 1.077.014,71}{R\$ 3.713.127,21} = R\$ 0,29$$

RECIFE, 31 DE DEZEMBRO DE 2023

LUCIANO SILVA DE SOUZA
SÓCIO PROPRIETÁRIO
CPF:041.283.924-56

WOSHINGTON JOSE FERNANDES
CONTADOR
CRC-PE 022631/O-6

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=U1OD56K1TVZ1ebf2QGB3jb4QumM9nGJ9U6CXne2p9a4DjppFv3GeuQ
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 85783218472-WOSHINGTON JOSE FERNANDES



CNPJ: 01.438.073/0001-22
Consolidação: Empresa

Ano:

Estabelecimento: 01 - SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA - 01.438.073/0001-22

Notas Explicativas Gerais

1. INFORMAÇÃO SOBRE A EMPRESA

A EMPRESA SERV MAIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS É UMA EMPRESA LIMITADA, DE CAPITAL FECHADO E TEM OBJETO SOCIAL A:

- 8211-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO;
- 9001-9/06 - ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO;
- 7732-2/01 - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES;
- 7731-4/00 - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR;
- 7729-2/02 - ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS;
- 7719-5/99 - LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE, SEM CONDUTOR;
- 7711-0/00 - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR;
- 6822-6/00 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA;
- 5620-1/02 - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ;
- 5590-6/03 - PENSÕES (ALOJAMENTO);
- 4929-9/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL;
- 4929-9/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL;
- 4924-8/00 - TRANSPORTE ESCOLAR;
- 4923-0/02 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA;
- 4520-0/07 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES;
- 7732-2/02 - ALUGUEL DE ANDAIMES;
- 7733-1/00 - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO;
- 9001-9/02 - PRODUÇÃO MUSICAL;
- 8230-0/01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS;
- 8220-2/00 - ATIVIDADES DE TELE ATENDIMENTO;
- 8219-9/99 - PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA EMPRESAS;
- 8130-3/00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS;
- 8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA;
- 8122-2/00 - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS;
- 8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS;
- 8111-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS;
- 8011-1/01 - ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA;
- 7990-2/00 - SERVIÇOS DE RESERVAS E OUTROS SERVIÇOS DE TURISMO;
- 7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR;
- 7739-0/03 - ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES;
- 4520-0/06 - SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES;
- 4520-0/05 - SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES;
- 4311-8/01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS;
- 4299-5/99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL;
- 4299-5/01 - CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS;
- 4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS;
- 4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE

http://assinador.pscs.com.br/assinadordweb/autenticacao?chave=710D56K1TVZIEbf2QGB3jB4QJmM9nG79U6CXnE2p9a4DjppFv3GeuQ
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA|85783218472-WASHINGTON JOSE FERNANDES



CNPJ: 01.438.073/0001-22
Consolidação: Empresa

Ano:

IRRIGAÇÃO;
4221-9/01 - CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA;
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS;
4211-1/02 - PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS;
4211-101 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS;
4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;
3821-1/00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS;
3812-2/00 - COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS;
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS;
4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO;
4312-6/00 - PERFURAÇÕES E SONDAGENS;
4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLANAGEM;
4520-0/04 - SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES;
4520-0/03 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES;
4520-0/02 - SERVIÇOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES;
4520-0/01 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES;
4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA;
4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA;
4399-1/02 - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS;
4330-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO;
4330-4/05 - APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES;
4330-4/02 - INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL;
4330-4/01 - IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL;
4322-3/01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS;
4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA;
0161-0/99 - ATIVIDADE DE APOIO À AGRICULTURA NO ARADO.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FORAM ELABORADAS EM OBEDIÊNCIA AOS PRECEITOS DA LEGISLAÇÃO COMERCIAL E DAS LEIS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E EM CONFORMIDADE AOS PRINCÍPIOS DA CONTABILIDADE CONFORME PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL, TOMANDO-SE COMO BASE A LEI N°. 11.638/2007 E A INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ITGG 1.000, EMITIDA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, RESOLUÇÃO CFC N°. 1.418/12.

3. PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS

A) AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FORAM ELABORADAS DE ACORDO COM DIVERSAS BASES DE AVALIAÇÃO UTILIZADAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS. AS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS ENVOLVIDAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FORAM BASEADAS EM FATORES OBJETIVOS E SUBJETIVOS, COM BASE NO JULGAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR ADEQUADO A SER REGISTRADO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

B) A RECEITA É RECONHECIDA PELA COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO DAS VENDAS DE SERVIÇOS. É MENSURADA COM BASE NO VALOR CONSTANTE DAS NOTAS FISCAIS EMITIDAS, EXCLUINDO DESCONTOS, ABATIMENTOS E IMPOSTOS OU ENCARGOS SOBRE SERVIÇOS.

C) O PRINCIPAL ATIVO FINANCEIRO RECONHECIDO PELA EMPRESA É: CAIXA OS PRINCIPAIS PASSIVOS FINANCEIROS RECONHECIDOS PELA EMPRESA SÃO: FORNECEDORES, OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS.

4. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

CONTA 31/12/2023

http://assinador.pscs.com.br/assinadordweb/autenticacao?chave1=710D56K1V7Iebf2QGB3jb4QJmM9nGj9U6CXneF2p9a4DjppFV3G9euQ
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA|85783218472-WOSHINGTON JOSE FERNANDES



CNPJ: 01.438.073/0001-22
Consolidação: Empresa

Ano:

CAIXA/BANCOS R\$ 3.319.067,25

TOTAL R\$ 3.319.067,25

OS ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO ESTÃO APRESENTADOS EM "ATIVIDADES OPERACIONAIS" COMO PARTE DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE NA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

5. **CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES**

O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E DE AUTO LANÇAMENTO, PORTANTO AS DECLARAÇÕES DE RENDA ARQUIVADAS PERMANECEM ABERTAS PARA REVISÃO PELAS AUTORIDADES FISCAIS POR UM PERÍODO DE CINCO ANOS CONTADOS DA DATA DO ARQUIVAMENTO.

6. **CAPITAL SOCIAL**

O CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 É DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS), CONSTITUÍDO PELO VALOR NOMINAL COMO SE SEGUE.

SÓCIO 31/12/2023

LUCIANO SILVA DE SOUZA	R\$ 600.000,00
TOTAL -----	R\$ 600.000,00

7. **DECLARAÇÃO**

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL, REALIZADO EM 31/12/2023 ESTANDO DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO ENVIADA CONTABILIDADE, SOMANDO TANTO NO ATIVO COMO NO PASSIVO O VALOR TOTAL DE R\$ 3.713.127,21 (TRÊS MILHÕES SETECENTOS E TREZE MIL CENTO E VINTE E SETE REAIS E VINTE UM CENTAVOS).

SOB AS PENAS DA LEI, DECLARAMOS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS E NOS RESPONSABILIZAMOS POR TODAS ELAS.

A SOCIEDADE NÃO POSSUI AUDITORIA INDEPENDENTE. A SOCIEDADE NÃO POSSUI CONSELHO FISCAL INSTALADO.

LUCIANO SILVA DE SOUZA
CPF: 041.283.924-56
RG.6000227 SDS - PE
SÓCIO ADMINISTRADOR

WOSHINGTON JOSE FERNANDES
CONTADOR
CRC PE022631/O6

LUCIANO SILVA DE SOUZA
EMPRESARIO
CPF 041.283.924-56

WOSHINGTON JOSE FERNANDES
CONTADOR
CRC PE022631/O6

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=J10D56K1TVZ1ebf2QGB3jb4QumM9nGJ9U6CXnE2p9a4DjppFV3GcuQ
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA|85783218472-WOSHINGTON JOSE FERNANDES

TERMO DE ENCERRAMENTO



DIARIO

Nº de Ordem 9

Contém este livro 129 folhas numeradas eletronicamente do número 1 a 129 e servirá de DIARIO nº 9, referente ao período compreendido entre 01/01/2023 a 31/12/2023 sendo a data de Encerramento do Exercício Social dia 31/12/2023 e obtidas através de processamento eletrônico com os lançamentos das operações próprias do estabelecimento abaixo

Nome: SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
Endereço: AVENIDA MAJOR APRIGIO DA FONSECA, 1164
Bairro: SAO SEBASTIAO
C.E.P.: 55660000
Cidade.: BEZERROS / PE

Registrada na JUCEPE sob nº 26600270353 e arquivado em 20/09/1996.
Inscrição Estadual nº ISENT0 e C.N.P.J. nº 01438073000122

BEZERROS/PE, 16 de Maio de 2024

WOSHINGTON JOSE FERNANDES
CONTADOR
C.P.F.:85783218472
R.G.:4277731 SDS
C.R.C.:0226310-6

LUCIANO SILVA DE SOUZA
SOCIO ADMINISTRADOR
C.P.F.:04128392456
R.G.:6000227 SDS

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=710D56K1TV7Iebf2QGB3jb4QJmm9nGJ9U6CXnE2p9a4DjppFV3GGeuQ
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04128392456-LUCIANO SILVA DE SOUZA | 85783218472-WOSHINGTON JOSE FERNANDES



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PERNAMBUCO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PERNAMBUCO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WASHINGTON JOSE FERNANDES
REGISTRO.....	: PE-022631/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.832.184-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PERNAMBUCO, 16/08/2024 as 12:41:28.

Válido até: 14/11/2024.

Código de Controle: 717525.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPE.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PERNAMBUCO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PERNAMBUCO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: GERALDO FRANCISCO DA SILVA NETO
REGISTRO.....	: PE-024693/O-8
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: ***.690.624-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PERNAMBUCO, 23/08/2024 as 11:07:17.

Válido até: 21/11/2024.

Código de Controle: 580124.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPE.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

		ATIVO CIRC	REALIZ LPZO		
LIQUIDEZ GERAL	ATIVO CIRC + REALZ LPZO	1.584.758,11	-	1.584.758,11	7,3103
	PASSIV CIRC + EXIG LPZO	216.783,12	-	216.783,12	
		PASSIV CIRC	EXIG LPZO		

		ATIVO CIRC	
LIQUID CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE	1.584.758,11	7,3103
	PASSIVO CIRCULANTE	216.783,12	
		PASSIV CIRC	

		ATIVO TOTAL	
SOLVÊNCIA GERAL	ATIVO TOTAL	1.606.671,58	7,4114
	PASSIVO TOTAL	216.783,12	
		*PASSIVO TOTAL	

*PASSIVO TOTAL = PASSIVO CIRC + EXIG LPZO

		ATIV CIRC	PASSIV CIRC	
CCL / CGP		1.584.758,11	216.783,12	1.367.974,99

** VERDADEIRO

PROP LICITANTE	2.905.626,19	484.077,32	Exigido no Edital
----------------	--------------	------------	-------------------

PROP LICITANTE	2.905.626,19	290.562,62	Exigido no Edital
----------------	--------------	------------	-------------------

PAT LÍQUIDO 1.389.888,46

*** VERDADEIRO

Notas Explicativas

** CCL / CGP de no mínimo 16,66% da proposta da Licitante

*** Pat Líquido igual ou superior a 10,00% da Proposta da Licitante

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

		ATIVO CIRC	REALIZ LPZO		
LIQUIDEZ GERAL	ATIVO CIRC + REALZ LPZO	3.324.904,81	-	3.324.904,81	3,0871
	PASSIV CIRC + EXIG LPZO	1.077.014,71	-	1.077.014,71	
		PASSIV CIRC	EXIG LPZO		

		ATIVO CIRC	
LIQUID CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE	3.324.904,81	3,0871
	PASSIVO CIRCULANTE	1.077.014,71	
		PASSIV CIRC	

		ATIVO TOTAL	
SOLVÊNCIA GERAL	ATIVO TOTAL	3.713.127,21	3,4476
	PASSIVO TOTAL	1.077.014,71	
		*PASSIVO TOTAL	

*PASSIVO TOTAL = PASSIVO CIRC + EXIG LPZO

CCL / CGP	ATIV CIRC	PASSIV CIRC	2.247.890,10
	3.324.904,81	1.077.014,71	

** VERDADEIRO

PROP LICITANTE	2.905.626,19	484.077,32	Exigido no Edital
----------------	--------------	------------	-------------------

PROP LICITANTE	2.905.626,19	290.562,62	Exigido no Edital
----------------	--------------	------------	-------------------

PAT LÍQUIDO 2.636.112,50

*** VERDADEIRO

Notas Explicativas

** CCL / CGP de no mínimo 16,66% da proposta da Licitante

*** Pat Líquido igual ou superior a 10,00% da Proposta da Licitante



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Superintendência Regional Nordeste
Divisão De Orçamento, Finanças e Logística

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Processo nº 35014.037780/2021-10

Interessado: **SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI**

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, através de sua Superintendência Regional Nordeste em Recife, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 29.979.036/1161-06, situada na Avenida Dantas Barreto, 300, 6º andar, Centro - CEP 50.010-938, Recife/PE, atesta para os devidos fins que a empresa **SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.438.073/0001-22, sediada na Rua João Nunes, nº 272, Setor A, Centro, na cidade de Brejinho, Estado do Pernambuco, encontra-se prestando os serviços abaixo especificados, através de Contrato nº 12/2021, com data de início em 12/04/2021 e término em 12/10/2021.

OBJETO DO CONTRATO:

Prestação de Serviços continuados de Condução de Veículos Oficiais (Motoristas), em caráter emergencial, pelo período de até seis (06) meses, para atender às necessidades da Administração na Gerência Executiva do INSS Recife, e demais unidades de sua abrangência, bem como a Superintendência Regional Nordeste, com disponibilização de mão de obra devidamente habilitada e em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no **Projeto Básico**.

VALOR DO CONTRATO:

R\$ 29.134,80 (vinte e nove mil, cento e trinta e quatro reais e oitenta centavos).

Certificamos, ainda que a empresa tem cumprido fielmente suas responsabilidades, nada existindo em nossos registros que desabone sua conduta técnica, profissional ou comercial.

Recife, 06 de Agosto de 2021

JOSÉ ROOSEVELT ARAÚJO CORRÊA

Chefe da Divisão de Orçamento, Finanças e Logística



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ROOSEVELT ARAUJO CORREA**, **Chefe da Divisão**, em 06/08/2021, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4497024** e o código CRC **11D71A93**.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AV.MARIO MELO, 343 / TÉRREO, - Bairro SANTO AMARO, Recife/PE, CEP 50040010
Telefone: (81) 3412-5406 - <http://www.inss.gov.br>

CONTRATO

Processo nº 35014.037780/2021-10

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 12/2021, QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE, E A EMPRESA SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - CNPJ nº 01.438.073/0001-22.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Economia, criado, na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e reestruturado conforme determinação contida no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, alterado pelo Decreto nº 9.746, de 08 de abril de 2019, por meio de sua Superintendência Regional Nordeste inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.979.036/1161-06, doravante denominada CONTRATANTE, com sede na Av. Dantas Barreto, 300 - B Santo Antônio, na cidade de Recife-PE, CEP -50010-360, neste ato Representada pelo Chefe da Divisão de Orçamento, Finanças e Logística - DIVOFL da Superintendência Regional Nordeste-IV, Senhor José Roosevelt Araújo Corrêa, nomeado pela Portaria PT/INSS/DGPA/Nº 81, de 05 de março de 2021, publicada no DOU nº 45, de 09 de março de 2021, seção 2, página 16, portador do CPF/MF nº 254.785.833-91, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.438.073/0001-22, sediada na Rua João Nunes, nº 272, Setor A, Centro, na cidade de Brejinho, Estado do Pernambuco, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Luciano Silva de Souza, portador da Carteira de Identidade nº 6000227, expedida pela SDS/PE, e CPF nº 041.283.924-56, tendo em vista o que consta no Processo nº 35014.037780/2021-10 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 08/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de Condução de Veículos Oficiais (Motoristas), em caráter emergencial, pelo período de até seis (06) meses, para atender às necessidades da Administração na Gerência Executiva do INSS Recife, e demais unidades de sua abrangência, bem como a Superintendência Regional Nordeste, com disponibilização de mão de obra devidamente habilitada e em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico da Dispensa de Licitação nº 08/2021 identificada no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Gerência Executiva Recife/PE- (ISS 5%, com vale-transporte)						
TIPO DE SERVIÇO (A)	VALOR PROPOSTO POR POSTO (B)	QUANTIDADE EMPREGADO POR POSTO (C)	DE POR	VALOR PROPOSTO POR EMPREGADO = (B / C) (D)	QUANTIDADE DE POSTOS (E)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO (F) = (B X E)
Motorista devidamente habilitado e em regime exclusivo. Posto diurno de 44 horas de segunda a sexta-feira.	R\$ 4.855,80	1		R\$ 4.855,80	5	R\$ 24.279,00
VALOR GLOBAL (Valor mensal x 6)					R\$ 145.674,00	

1.4. Os locais de prestação dos serviços e a quantidade de postos em cada um encontram-se no Projeto Básico.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de até 180 (cento e oitenta) dias, com início na data de 12/04/2021 e encerramento em 12/10/2021, não podendo ser prorrogado, tendo em vista a vedação do artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993.

2.2. No advento de nova licitação para o mesmo objeto, o CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente Termo de Contrato antes do término da vigência estabelecida no subitem anterior desta cláusula, desde que comunique à CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo à CONTRATADA nada mais além do que os pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão, ficando afastado assim qualquer direito a indenização em decorrência da extinção antecipada da avença.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 24.279,00** (vinte e quatro mil, duzentos e setenta e nove reais), perfazendo o valor total de **R\$ 145.674,00** (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e setentas e quatro reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão: 57202

Fonte: 0150570202

Programa de Trabalho: 09122003220000001

Elemento de Despesa: 33903701

PI: LOCMOT

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico, anexo deste Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico, anexo deste Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo deste Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo deste Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo deste Contrato;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. No advento de nova licitação para o mesmo objeto, o contrato poderá ser rescindido antes do seu término, condicionado a comunicação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.7. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.8. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.8.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.8.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.9. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.11. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

11.12. No advento de nova licitação para o mesmo objeto, o CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente Termo de Contrato antes do término da vigência estabelecida no subitem 2.1 da CLÁUSULA SEGUNDA, desde que comunique à CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo à CONTRATADA nada mais além do que os pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão, ficando afastado assim qualquer direito a indenização em decorrência da extinção antecipada da avença.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Recife/PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Recife/PE, 09 de abril de 2021.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **luciano silva de souza, Usuário Externo**, em 09/04/2021, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ROOSEVELT ARAUJO CORREA, Chefe da Divisão**, em 09/04/2021, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA TAINSKI MACHADO SILVERIO, Chefe de Seção**, em 09/04/2021, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO HENRIQUE DA SILVA CASTRO, Empregado Público Cedido**, em 09/04/2021, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3289752** e o código CRC **4EB5D941**.

Referência: Processo nº 35014.037780/2021-10

SEI nº 3289752



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Superintendência Regional Nordeste
Coordenação de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística
Divisão de Logística, Licitações e Contratos
Setor de Contratos Diversos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Processo nº 35014.110274/2020-93

Interessado: **SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI**

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, através de sua Superintendência Regional Nordeste em Recife, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 29.979.036/1161-06, situada na Avenida Dantas Barreto, 300, 6º andar, Centro - CEP 50.010-938, Recife/PE, atesta para os devidos fins que a empresa **SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.438.073/0001-22, sediada na Rua Coronel Bezerra, nº 50, Loja, Centro, na cidade de Bezerros, Estado do Pernambuco, encontra-se prestando os serviços abaixo especificados, através de Contrato nº 54/2021, **com data de início em 01/12/2021 e término em 01/12/2024**, prorrogação materializada através do 2º termo aditivo, publicado no DOU de 30/11/2023, seção 3, página 158.

OBJETO DO CONTRATO:

Prestação de Serviços continuados na área de apoio operacional, na função de carregador/estivador, **com disponibilização de 56 (cinquenta e seis) postos de trabalho**, compreendendo atividades de movimentação, manuseio, carga e descarga de bens móveis/duráveis ou de consumo, por meio de postos fixos, com o fornecimento de uniformes e equipamentos necessários para a sua execução, **a fim de atender às necessidades de todas as Unidades Operacionais do INSS sediadas na Região Nordeste**, vinculadas à Superintendência Regional Nordeste (SRNE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, que serão prestados nas condições estabelecidas no **Termo de Referência**.

VALOR DO CONTRATO:

Mensal: R\$ 273.539,73 (duzentos e setenta e três mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos)

Global: R\$ 3.282.476,76 (três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos)

Certificamos, ainda que a empresa tem cumprido fielmente suas responsabilidades, nada existindo em nossos registros que desabone sua conduta técnica, profissional ou comercial.

Recife, 22 de Agosto de 2024

DERALDO SALVADOR DE LIMA

Coordenador de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística
Superintendência Regional Nordeste



Documento assinado eletronicamente por **DERALDO SALVADOR DE LIMA, Coordenador(a) de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística**, em 22/08/2024, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17357684** e o código CRC **4344155F**.

Referência: Processo nº 35014.110274/2020-93

SEI nº 17357684



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AV. DANTAS BARRETO, 300,, - Bairro SANTO ANTONIO, Recife/PE, CEP 50010360
Telefone: - <http://www.inss.gov.br>

CONTRATO

Processo nº 35014.110274/2020-93

	TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 54/2021, QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS , POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE , E A EMPRESA SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI - CNPJ nº 01.438.073/0001-22.
--	---

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Economia, criado, na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e reestruturado conforme determinação contida no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, alterado pelo Decreto nº 9.746, de 08 de abril de 2019, por meio de sua Superintendência Regional Nordeste inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.979.036/1161-06, doravante denominada CONTRATANTE, com sede na Av. Dantas Barreto, 300 - B Santo Antônio, na cidade de Recife-PE, CEP-50010-360, neste ato Representada pelo Chefe da Divisão de Orçamento, Finanças e Logística - DIVOFL-SR-IV, Senhor José Roosevelt Araújo Corrêa, nomeado pela Portaria PT/INSS/DGPA/Nº 81, de 05 de março de 2021, publicada no DOU nº 45, de 09 de março de 2021, seção 2, página 16, portador do CPF/MF nº 254.785.833-91, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.438.073/0001-22, sediada na Rua João Nunes, nº 272, Setor A, Centro, na cidade de Brejinho, Estado do Pernambuco, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Luciano Silva de Souza, portador da Carteira de Identidade nº 6000227, expedida pela SDS/PE, e CPF nº 041.283.924-56, tendo em vista o que consta no Processo nº **35014.110274/2020-93** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **21/2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de carregador/estivador, com fornecimento de equipamentos (incluindo os de proteção individual) e uniformes, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação: Serviços de carregador/estivador, com fornecimento de equipamentos (incluindo os de proteção individual), em regime de empreitada por preço global, a serem executados nas dependências das Gerências Executivas do INSS vinculadas à Superintendência Regional Nordeste (SR-IV) e demais unidades jurisdicionadas no âmbito de cada uma delas, conforme as especificações e quantitativos abaixo constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE DE POSTOS
1 – Alagoas, Paraíba e Pernambuco (15 postos)	Gex Maceió	2
	Gex Campina Grande	2
	Gex João Pessoa	2
	Gex Caruaru	2
	Gex Garanhuns	3
	Gex Petrolina	2
	Gex Recife	2
2 – Bahia e Sergipe (16 postos)	Gex Barreiras	2
	Gex Feira de Santana	2
	Gex Itabuna	2
	Gex Juazeiro	2
	Gex Salvador	2
	Gex Santo Antonio de Jesus	2
	Gex Vitória da Conquista	2
	Gex Aracaju	2
3 – Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte (25 postos)	Gex Fortaleza	10
	Gex Juazeiro do Norte	2
	Gex Sobral	2
	Gex Imperatriz	2
	Gex São Luís	2
	Gex Teresina	3
	Gex Mossoró	2
	Gex Natal	2

1.4. A implantação dos postos na Gex Campina Grande/PB ocorrerá somente no dia **01/04/2022**, ocasião em que começará a contar os efeitos financeiros devidos pela contraprestação dos serviços.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **01/12/2021** e encerramento em **01/12/2022**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 216.223,38** (duzentos e dezesseis mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), perfazendo o valor global de **R\$ 2.594.680,56** (dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 57202/510677 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE

Fonte: 0150570202

Programa de Trabalho: 174301

Elemento de Despesa: 339037

PI: ESTIVAD

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES e PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Recife/PE – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Recife, 08 de NOVEMBRO de 2021.

JOSÉ ROOSEVELT ARAÚJO CORRÊA
Representante legal da CONTRATANTE

LUCIANO SILVA DE SOUZA
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- Adeli Thamiramys de Oliveira Sena
CPF/MF: 075.860.914-04

2- Joanna de Mello Albuquerque de Araújo
RG 9.392.639

Comissão Permanente de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra - Atualização: Dezembro/2018



Documento assinado eletronicamente por **luciano silva de souza, Usuário Externo**, em 10/11/2021, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ROOSEVELT ARAUJO CORREA, Chefe da Divisão**, em 10/11/2021, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5488456** e o código CRC **B45FE159**.

Referência: Processo nº 35014.110274/2020-93

SEI nº 5488456



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AV. DANTAS BARRETO, 300,, RECIFE/PE - Bairro SANTO ANTONIO, Recife/PE, CEP 50010360
Telefone: (81) 3224-1613 - <http://www.inss.gov.br>

TERMO ADITIVO

Processo nº 35014.110274/2020-93

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, ATRAVÉS DE SUA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE E A EMPRESA SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARREGADOR/ESTIVADOR.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência, criado, na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e reestruturado conforme determinação contida no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, alterado pelo Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, por meio de sua **Superintendência Regional Nordeste**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.979.036/1161-06, com endereço na Avenida Dantas Barreto, nº 300, Santo Antônio, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, CEP. 50010-360, neste ato representado, por delegação da Portaria PRES/INSS Nº 1.435, de 05 de abril de 2022, publicada no DOU 66, seção 1, página 703, de 06 de abril de 2022, pelo Coordenador de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística da Superintendência Regional Nordeste, o Sr. **José Roosevelt Araújo Corrêa**, nomeado pela PT/PRES/INSS nº 586, de 1º de abril de 2022, publicada no DOU 64, seção 2, página 82, de 04 de abril de 2022, CPF/MF nº 254.785.833-91, doravante denominada CONTRATANTE e do outro lado a empresa, e a empresa **Serv Mais Serviços de Limpeza Eireli**, inscrita no CNPJ/MF 01.438.073/0001-22, sediada na Rua João Nunes, nº 272, Setor A, Centro, na cidade de Brejinho, Estado de Pernambuco, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato pelo **Luciano Silva de Souza**, portador da Cédula de Identidade RG nº 6000227, expedida pela SDS/PE, e CPF nº 041.283.924-56, tendo em vista o que consta no Processo nº 35014.110274/2020-93 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, RESOLVEM celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 54/2021, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 54/2021, por mais 12 (doze) meses, de **01/12/2022 a 01/12/2023**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, na forma do inciso II, Artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, o valor mensal de **R\$ 211.902,21 (duzentos e onze mil, novecentos e dois reais e vinte e um centavos)** e valor global de **R\$ 2.542.826,52 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos)**, correspondente a 12 (doze) meses, de **01/12/2022 a 01/12/2023**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Termo Aditivo correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao CONTRATANTE para os exercícios de 2022, com a seguinte classificação: Gestão/Unidade: 57202/510677; Programa de Trabalho: 204844; Fonte de Recurso: 015027202; Natureza da Despesa: 339037; e, Programa Interno (PI): ESTIVAD, tendo sido emitida a Nota de Empenho 2022NE1900, em 23/11/2022.

Parágrafo Único. Será providenciada pelo CONTRATANTE, a cada início de exercício, dotação orçamentária própria para sua respectiva cobertura.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA

Como garantia das obrigações assumidas, a CONTRATADA deverá prestar caução de garantia, no valor de **R\$ 127.141,33 (cento e vinte e sete mil cento e quarenta e um reais e trinta e três centavos)**, com validade até 01/03/2024, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do presente Termo Aditivo, no prazo de 10 (dez) úteis, a contar da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas todas as disposições e cláusulas constantes do CONTRATO ORIGINAL nº 54/2021 e de outros instrumentos, não atingidas pelas alterações introduzidas no presente Termo Aditivo, que passa a fazer parte integrante do referido contrato, resguardando-se, todavia, eventuais direitos, que ensejem pedido de repactuação de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Termo Aditivo deverá ser efetivada pelo CONTRATANTE, no Diário Oficial da União, na forma prevista no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, bem como em Boletim de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Recife/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento Contratual.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

JOSÉ ROOSEVELT ARAÚJO CORRÊA

Coordenador de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística
Superintendência Regional Nordeste - SRNE

LUCIANO SILVA DE SOUZA

Representante legal
SERV MAIS Serviços de Limpeza Eireli



Documento assinado eletronicamente por **luciano silva de souza, Usuário Externo**, em 25/11/2022, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ROOSEVELT ARAUJO CORREA, Coordenador(a) de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística**, em 30/11/2022, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9771363** e o código CRC **F8E752EB**.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Av. Dantas Barreto, 300, - Bairro Santo Antonio, Recife/PE, CEP 50010-360
Telefone: - <http://www.inss.gov.br>

Boletim de Serviço Eletrônico em 30/11/2023
DOU de 30/11/2023, seção 3, página 158

TERMO ADITIVO

Processo nº 35014.110274/2020-93

2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, ATRAVÉS DE SUA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE E A EMPRESA SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARREGADOR/ESTIVADOR.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Previdência, criado, na forma da autorização legislativa contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e reestruturado conforme determinação contida no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, alterado pelo Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022 e recriado pela Medida Provisória nº 1.154 de 1º de janeiro de 2023, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, por meio de sua Superintendência Regional Nordeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.979.036/1161-06, com endereço na Avenida Dantas Barreto, nº 300, Santo Antônio, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, CEP. 50.010-938, neste ato representado pelo Coordenador de Gestão de Orçamento Finanças e Logística da Superintendência Regional Nordeste, o Sr. Deraldo Salvador de Lima, nomeado pela PT/MPS nº 2.376, de 04 de julho de 2023, publicada no DOU 127, seção 2, página 57, de 06/07/2023, CPF/MF nº 319.298.264-00, doravante denominada CONTRATANTE e do outro lado a empresa **Serv Mais Serviços de Limpeza Eireli**, inscrita no CNPJ/MF 01.438.073/0001-22, sediada na Rua João Nunes, nº 272, Setor A, Centro, na cidade de Brejinho, Estado de Pernambuco, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato pelo **Luciano Silva de Souza**, portador da Cédula de Identidade RG nº 6000227, expedida pela SDS/PE, e CPF nº 041.283.924-56, tendo em vista o que consta no Processo nº 35014.110274/2020-93 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, RESOLVEM celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 54/2021, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 54/2021, por mais 12 (doze) meses, de **01/12/2023 a 01/12/2024**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, na forma do inciso II, Artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, o valor mensal estimado de **R\$ 250.757,52** (duzentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) e valor global estimado de **R\$ 3.009.090,24** (três milhões, nove mil, noventa reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 12 (doze) meses, de **01/12/2023 a 01/12/2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Termo Aditivo correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao CONTRATANTE para o exercício de 2023, com a seguinte classificação: Gestão/Unidade: 57202/510677; Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 226275; Fonte de Recurso: 1049000235; Natureza da Despesa: 339037; e, Programa Interno (PI): ESTIVAD1, tendo sido emitida a Nota de Empenho 2023NE001749, em 24/11/2023.

Parágrafo Único. Será providenciada pelo CONTRATANTE, a cada início de exercício, dotação orçamentária própria para sua respectiva cobertura.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA

Como garantia das obrigações assumidas, a CONTRATADA deverá prestar caução de garantia, no valor de **R\$ 150.454,51 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos)**, com validade até 01/03/2025, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do presente Termo Aditivo, no prazo de 10 (dez) úteis, a contar da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas todas as disposições e cláusulas constantes do CONTRATO ORIGINAL nº 54/2021 e de outros instrumentos, não atingidas pelas alterações introduzidas no presente Termo Aditivo, que passa a fazer parte integrante do referido contrato, resguardando-se, todavia, eventuais direitos, que ensejem pedido de repactuação de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Termo Aditivo deverá ser efetivada pelo CONTRATANTE, no Diário Oficial da União, na forma prevista no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, bem como em Boletim de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Recife/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento Contratual.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

DERALDO SALVADOR DE LIMA

Coordenador de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística
Superintendência Regional Nordeste - SRNE

LUCIANO SILVA DE SOUZA

Representante legal
SERV MAIS Serviços de Limpeza Eireli



Documento assinado eletronicamente por **luciano silva de souza**, **Usuário Externo**, em 29/11/2023, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DERALDO SALVADOR DE LIMA**, **Coordenador(a) de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística**, em 29/11/2023, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14155192** e o código CRC **CE6662DE**.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (26/08/2024 às 09:50) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 01.438.073/0001-22.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66CC.7A17.3758.E631 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (26/08/2024 às 09:51) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 041.283.924-56.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66CC.7A4A.7F1A.4682 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 04128392456 01438073000122

LIMPAR

Data da consulta: 26/08/2024 09:51:59
Data da última atualização: 08/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 08/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 08/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

AO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90031/2024
Processo nº 0006667-74.2024.6.05.8000

PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa **SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 01.438.073/0001-22, sediada na Rua: Major Aprigio da Fonseca, 1164 – São Sebastião – Bezerros/PE, email: servmaispe18@gmail.com, vem apresentar a proposta abaixo:

CONDIÇÕES COMERCIAIS

I – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de condutores, com alocação de postos de trabalho, visando à realização do serviço de transporte do TRE-BA, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência..

II - O PERFIL TÉCNICO OPERACIONAL

Homens devidamente uniformizados, treinados, reciclados e habilitados para execução dos serviços especializados.

III - PRAZOS:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contado a partir da data de sua apresentação.

IV - DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:	LUCIANO SILVA DE SOUZA
CARGO	DIRETOR ADMINISTRATIVO
ESTADO CIVIL	CASADO
CPF	041.283.924-56

V - DADOS BANCÁRIOS

BANCO DO BRASIL

Agência: 1814-7

Conta Corrente: 39598-6

VI – VALOR DA PROPOSTA**RESULTADO****ANO NÃO ELEITORAL**

Postos Regulares - tópico 1.3.1	R\$	1.896.297,36
Serviço Extraordinário - tópico 1.3.2.2	R\$	5.827,81
Concessão de Diárias - tópico 1.3.3	R\$	685.994,40
VALOR TOTAL	R\$	2.588.119,57

ANO ELEITORAL

Postos Regulares - tópico 1.3.1	R\$	1.896.297,36
Acréscimo Temporário - tópico 1.3.2.1	R\$	110.895,60
Serviço Extraordinário - tópico 1.3.2.2	R\$	9.072,02
Concessão de Diárias - tópico 1.3.3	R\$	864.549,50
VALOR TOTAL	R\$	2.880.814,48

**TOTAL DA CONTRATAÇÃO
- 24 MESES****R\$ 5.468.934,05**

(CINCO MILHÕES, QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO MIL, NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E CINCO CENTAVOS)

VII - DAS DECLARAÇÕES

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA: se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

- I. Responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- II. Cumpre todos os requisitos exigidos para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação;
- III. Declaramos que nossa proposta foi elaborada de maneira independente;
- IV. Todos os serviços estão de acordo com as especificações do termo de referência;
- V. Declaro que no preço a ser praticado estão incluídas todas as despesas com impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e quaisquer outras despesas legais, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto desta licitação; que qualquer despesa advinda será imediatamente comunicada (repactuação salarial, conforme CCT)
- VI. Alíquota de ISS destinada para esse serviço será de 5% (cinco por cento);
- VII. Declaramos a comprovação da Alíquota Efetiva, constante nos anexos da proposta;
- VIII. Nos preços propostos, estão contidos todos os custos referentes a salários, benefícios, leis sociais, impostos, tributos, lucros, encargos financeiros, direitos autorais, despesas administrativas e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços e despesas a realizar;
- IX. Declaramos ser de responsabilidade exclusiva a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- X. Declaramos que somos optantes do **Regime de Tributação Lucro Presumido**
- XI. Que não possui como sócio, gerente e diretores, servidores do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- XII. Convenção Coletiva de Trabalho Utilizada– CCT Nº BA00071/2024

Bezerras – PE, 22 de agosto de 2024.

AO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90031/2024
Processo nº 0006667-74.2024.6.05.8000

DECLARAÇÃO DE REGIME DE TRIBUTAÇÃO E CARGA TRIBUTÁRIA

A empresa **SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA**, devidamente registrada sob no CNPJ nº 01.438.073/0001-22, com endereço a AV MAJOR APRIGIO DA FONSECA, 1164 – SAO SEBASTIAO/BEZERROS/PE. CEP: 55660-000, por intermédio do seu Sócio administrador o Sr. LUCIANO SILVA DE SOUZA, registrado no RG nº 6.000.227 SDS/PE e portador do CPF nº 041.283.924-56, **DECLARA** que:

REGIME DE TRIBUTAÇÃO – LEI 10.833/2003 – LUCRO PRESUMIDO OU ARBITRADO – ART. 10 – INCISO II

CARGA TRIBUTÁRIA – COFINS 3,00 % / PIS 0,65 % (CUMULATIVO)

Bezerros – PE, 22 de agosto de 2024.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Resultado da Consulta FAP - Ano Vigência 2024

Dados do Estabelecimento

CNPJ	01.438.073/0001-22
Razão Social	SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
Endereço	R CORONEL BEZERRA 50, CENTRO, BEZERROS, PE, 55660000
Início da Atividade	20/09/1996
Última Atualização na RFB	03/11/2005

Dados do FAP

Vigência: 2024	Valor: 1,0000	Tipo: Cálculo Original	Realizado em: 30/09/2023
----------------	---------------	------------------------	--------------------------

Informações da Extração

Vigência: 2024	Início Período Base: 01/01/2021	Fim Período Base: 31/12/2022
GFIP: 25/04/2023	Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP	
Benefícios: 15/04/2023	Sistema Único de Benefícios - SUB	
ESocial: 29/06/2023	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial	
CAT: 17/08/2023	Sistema de Comunicação de Acidente de Trabalho - CATWEB	
Expectativa de Vida: 26/05/2023	Ano Referência: 2021	IBGE

Dados do Cálculo

0 Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT
0 B91 - Auxílio por incapacidade temporária por acidente de trabalho
0 B92 - Aposentadoria por incapacidade permanente por acidente de trabalho
0 B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho
0 B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho
0 Nexo Técnico Previdenciário sem CAT vinculada
R\$ 0,00 Valor Total de Benefícios Pagos
R\$ 1.779.538,65 Massa Salarial
54,62 Número Médio de Vínculos
10.239 Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE
7.346 Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP
81.21-4/00 CNAE - LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS

Indicadores do Cálculo

Índice de Frequência: 0,0000	Nº Ordem de Frequência: 1,0000	Percentil de Frequência: 0,0000
Índice de Gravidade: 0,0000	Nº Ordem de Gravidade: 1,0000	Percentil de Gravidade: 0,0000
Índice de Custo: 0,0000	Nº Ordem de Custo: 1,0000	Percentil de Custo: 0,0000
Taxa Média de Rotatividade: 869,3939%	Índice Composto: 0,0000	

Situação do FAP (Mensagens)

Bloqueio da Bonificação do FAP aplicado: Bloqueio por taxa de rotatividade acima de 75% (Res. CNPS nº. 1.347/2021).

Regimes Tributários - Pessoa Jurídica

8121-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios

Compreende Não Compreende

- Serviços de limpeza geral (não especializada) de prédios de qualquer tipo: residências, escritórios, fábricas, armazéns, hospitais, prédios públicos e outros prédios que desenvolvem atividades comerciais e de serviços
- Atividades de limpeza de janelas e de corredores externos

Constituição da Empresa

Tributação

Obrigações Acessórias

Lucro Presumido Lucro Real - Trimestral Lucro Real - Mensal Simples Nacional MEI

Condição do Lucro Presumido

Esta atividade não está relacionada dentre as obrigadas à apuração pelo Lucro Real. Assim sendo, considerando meramente a atividade, é possível a opção pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido, desde que não seja extrapolado o limite de faturamento de R\$ 78 milhões ao ano, quando então ficará obrigada à opção pelo Lucro Real. (Artigo 14 da Lei nº 9.718/98)

IRPJ

Prestação de Serviço - Aplica-se o percentual de presunção de 32% quando se tratar de prestação de serviços de limpeza e locação de mão de obra, ainda que sejam fornecidos os materiais.

Presunção	32%	Artigo 3º e artigo 15, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 9.249/95; artigo 40 da Lei nº 9.250/95.
Alíquota	15%	
Código do DARF	2089	

Adicional de IRPJ

Adicional de IRPJ alíquota de 10%, sobre parcela do lucro presumido que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 pelo número de meses do período de apuração. (Artigo 3º, § 1º, da Lei nº 9.249/95)

CSLL

Prestação de Serviço - Aplica-se o percentual de presunção de 32% quando se tratar de prestação de serviços de limpeza e locação de mão de obra, ainda que sejam fornecidos os materiais.

Presunção	32%	Artigo 20, inciso I, da Lei nº 9.249/95; artigo 28 da Lei nº 9.430/96; artigo 3º, inciso III, da Lei nº 7.689/88.
Alíquota	9%	
Código do DARF	2372	

PIS-COFINS

A tributação do PIS e da COFINS ocorrerá mediante a aplicação das alíquotas sobre as receitas auferidas dos produtos vendidos e/ou serviços prestados, devendo verificar se o produto possui algum tratamento diferenciado (incidência monofásica, substituição tributária, alíquota zero, suspensão) perante a legislação. Portanto, verifique as alíquotas aplicáveis, por NCM, em nossa Área Especial PIS/COFINS.

PIS	Alíquota	0,65%	Artigo 8º, inciso I, da Lei nº 9.715/98; artigo 8º da Lei nº 9.718/98.
	Código do DARF	8109	
COFINS	Alíquota	3%	
	Código do DARF	2172	

PREVIDÊNCIA

Limpeza em prédios e em domicílios

(*) A partir da DCTFWeb, utilizar o DARF Único para o recolhimento previdenciário (artigo 19, § 1º, da IN RFB nº 2.005/2021).

Contribuições	Alíquotas	Base Legal
CPP	20%	artigo 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
RAT	3%	artigo 22, Inciso II, da Lei nº 8.212/91; Anexo I da IN RFB nº 2.110/2022.
Terceiros - Código 115	5,80%	Anexo III da IN RFB nº 2.110/2022.

Códigos e Guias	Códigos	Base Legal
FPAS	515	Quadro 2 do Anexo II e artigo 87 da IN RFB nº 2.110/2022.
GPS - Folha	2100	ADE CODAC nº 046/2013. (*)
GPS - Folha - Pessoa Física	2208	ADE CODAC nº 046/2013. (*)

Limpeza em prédios e em domicílios - Cooperativa

A **Cooperativa de Trabalho** não está sujeita à CPP sobre as importâncias pagas por ela aos seus cooperados (contribuintes individuais), porém, a contribuição previdenciária descontada destes, deve ser recolhida em GPS sob o código 2127.

Cooperativa de Trabalho é a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

(artigo 2º da Lei nº 12.690/2012; artigo 201, § 19, do Decreto nº 3.048/99)

(*) A partir da DCTFWeb, utilizar o DARF Único para o recolhimento previdenciário (artigo 19, § 1º, da IN RFB nº 2.005/2021).

Contribuições	Alíquotas	Base Legal
CPP	20%	artigo 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
RAT	3%	artigo 22, Inciso II, da Lei nº 8.212/91; Anexo I da IN RFB nº 2.110/2022.
Terceiros - Código 4163	5,80%	Anexo III da IN RFB nº 2.110/2022.

Códigos e Guias	Códigos	Base Legal
FPAS	515	Inciso I do Artigo 99 da IN RFB nº 2.110/2022.
GPS - Folha	2100	ADE CODAC nº 046/2013. (*)

Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) - Desoneração da Folha

O código CNAE de comércio ou serviço não está enquadrado na regra da "Desoneração da Folha de Pagamento", ou seja, continua recolhendo as contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212/91.

Atenção: Caso a sua empresa realize industrialização, deverá utilizar "Busca por NCM Industrializado".

AO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90031/2024
Processo nº 0006667-74.2024.6.05.8000

COMPROVAÇÃO DO RAT

A empresa **SERV MAIS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA**, devidamente registrada sob no CNPJ nº 01.438.073/0001-22, com endereço a AV MAJOR APRIGIO DA FONSECA, 1164 – SAO SEBASTIAO/BEZERROS/PE. CEP: 55660-000, por intermédio do seu Sócio administrador o Sr. LUCIANO SILVA DE SOUZA, registrado no RG nº 6.000.227 SDS/PE e portador do CPF nº 041.283.924-56, **DECLARA** que: Desde Em novembro de 2021, substituiu-se a GFIP pela DCTFWeb - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos a alíquota do nosso RAT é de 3,00%. Conforme o CNE 81.21-4/00 CNAE discriminado no Resultado da Consulta FAP - Ano Vigência 2024 emitido pelo Ministério da Previdência Social

Bezerros – PE, 22 de agosto de 2024.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: BA000071/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 16/02/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001700/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.216845/2024-32
DATA DO PROTOCOLO: 16/02/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS E LIMPEZA AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA - SEAC/BA, CNPJ n. 13.713.607/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AURO RICARDO PISANI FERREIRA DA SILVA;

E

SINDICATO DOS CONDUTORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE CARGAS PROPRIAS DO ESTADO DA BAHIA - BA - SINTRACAP, CNPJ n. 10.893.039/0001-39, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). MARCELO CARVALHO LAVIGNE;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental e Trabalhadores, Todos os condutores, motoristas, ajudante de motorista e operadores de empilhadeira**, com abrangência territorial em **Abaíra/BA, Abaré/BA, Acajutiba/BA, Adustina/BA, Água Fria/BA, Aiquara/BA, Alagoinhas/BA, Alcobaça/BA, Almadina/BA, Amargosa/BA, Amélia Rodrigues/BA, América Dourada/BA, Anagé/BA, Andaraí/BA, Andorinha/BA, Angical/BA, Anguera/BA, Antas/BA, Antônio Cardoso/BA, Antônio Gonçalves/BA, Aporá/BA, Apuarema/BA, Araçás/BA, Aracatu/BA, Araci/BA, Aramari/BA, Arataca/BA, Aratuípe/BA, Aurelino Leal/BA, Baianópolis/BA, Baixa Grande/BA, Banzaê/BA, Barra da Estiva/BA, Barra do Choça/BA, Barra do Mendes/BA, Barra do Rocha/BA, Barra/BA, Barreiras/BA, Barro Alto/BA, Barro Preto/BA, Barrocas/BA, Belmonte/BA, Belo Campo/BA, Biritinga/BA, Boa Nova/BA, Boa Vista do Tupim/BA, Bom Jesus da Lapa/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Boninal/BA, Bonito/BA, Boquirá/BA, Botuporã/BA, Brejões/BA, Brejolândia/BA, Brotas de Macaúbas/BA, Brumado/BA, Buerarema/BA, Buritirama/BA, Caatiba/BA, Cabaceiras do Paraguaçu/BA, Cachoeira/BA, Caculé/BA, Caém/BA, Caetanos/BA, Caetité/BA, Cafarnaum/BA, Cairu/BA, Caldeirão Grande/BA, Camacan/BA, Camaçari/BA, Camamu/BA, Campo Alegre de Lourdes/BA, Campo Formoso/BA, Canápolis/BA, Canarana/BA, Canavieiras/BA, Candeal/BA, Candeias/BA, Candiba/BA, Cândido Sales/BA, Cansanção/BA, Canudos/BA, Capela do Alto Alegre/BA, Capim Grosso/BA, Caraíbas/BA, Caravelas/BA, Cardeal da Silva/BA, Carinhanha/BA, Casa Nova/BA, Castro Alves/BA, Catolândia/BA, Catu/BA, Caturama/BA, Central/BA, Chorrochó/BA, Cícero Dantas/BA, Cipó/BA, Coaraci/BA, Cocos/BA, Conceição da Feira/BA, Conceição do Almeida/BA, Conceição do Coité/BA, Conceição do Jacuípe/BA, Conde/BA, Condeúba/BA, Contendas do Sincorá/BA, Coração de Maria/BA, Cordeiros/BA, Coribe/BA, Coronel João Sá/BA, Correntina/BA, Cotegipe/BA, Cravolândia/BA, Crisópolis/BA, Cristópolis/BA, Cruz das Almas/BA, Curaçá/BA, Dário Meira/BA, Dias d'Ávila/BA, Dom Basílio/BA, Dom Macedo Costa/BA, Elísio Medrado/BA, Encruzilhada/BA, Entre Rios/BA, Érico Cardoso/BA, Esplanada/BA, Euclides da Cunha/BA, Eunápolis/BA, Fátima/BA, Feira da Mata/BA, Feira de Santana/BA, Filadélfia/BA, Firmino Alves/BA, Floresta Azul/BA, Formosa do Rio Preto/BA, Gandu/BA, Gavião/BA, Gentio do Ouro/BA, Glória/BA, Gongogi/BA, Governador Mangabeira/BA, Guajeru/BA, Guanambi/BA, Guaratinga/BA, Heliópolis/BA, Iaçú/BA, Ibiassucê/BA, Ibicarai/BA, Ibicoara/BA, Ibicuí/BA, Ibipecta/BA, Ibipitanga/BA, Ibiquera/BA, Ibirapitanga/BA, Ibirapuã/BA, Ibirataia/BA, Ibitiara/BA, Ibititá/BA, Ibotirama/BA, Ichu/BA,**

Igaporã/BA, Igrapiúna/BA, Iguaí/BA, Ilhéus/BA, Inhambupe/BA, Ipecaetá/BA, Ipiaú/BA, Ipirá/BA, Ipupiara/BA, Irajuba/BA, Iramaia/BA, Iraquara/BA, Irará/BA, Irecê/BA, Itabela/BA, Itaberaba/BA, Itabuna/BA, Itacaré/BA, Itaeté/BA, Itagi/BA, Itagibá/BA, Itagimirim/BA, Itaguaçu da Bahia/BA, Itaju do Colônia/BA, Itajuípe/BA, Itamaraju/BA, Itamari/BA, Itambé/BA, Itanagra/BA, Itanhém/BA, Itaparica/BA, Itapé/BA, Itapebi/BA, Itapetinga/BA, Itapicuru/BA, Itapitanga/BA, Itaquara/BA, Itarantim/BA, Itatim/BA, Itiruçu/BA, Itiúba/BA, Itororó/BA, Ituaçu/BA, Ituberá/BA, Iuiu/BA, Jaborandi/BA, Jacaraci/BA, Jacobina/BA, Jaguaquara/BA, Jaguarari/BA, Jaguaripe/BA, Jandaíra/BA, Jequié/BA, Jeremoabo/BA, Jiquiriçá/BA, Jitaúna/BA, João Dourado/BA, Juazeiro/BA, Jucuruçu/BA, Jussara/BA, Jussari/BA, Jussipe/BA, Lafaiete Coutinho/BA, Lagoa Real/BA, Laje/BA, Lajedão/BA, Lajedinho/BA, Lajedo do Tabocal/BA, Lamarão/BA, Lapão/BA, Lauro de Freitas/BA, Lençóis/BA, Licínio de Almeida/BA, Livramento de Nossa Senhora/BA, Luís Eduardo Magalhães/BA, Macajuba/BA, Macarani/BA, Macaúbas/BA, Macururé/BA, Madre de Deus/BA, Maetinga/BA, Maiquinique/BA, Mairi/BA, Malhada de Pedras/BA, Malhada/BA, Manoel Vitorino/BA, Mansidão/BA, Maracás/BA, Maragogipe/BA, Maraú/BA, Marcionílio Souza/BA, Mascote/BA, Mata de São João/BA, Matina/BA, Medeiros Neto/BA, Miguel Calmon/BA, Milagres/BA, Mirangaba/BA, Mirante/BA, Monte Santo/BA, Morpará/BA, Morro do Chapéu/BA, Mortugaba/BA, Mucugê/BA, Mucuri/BA, Mulungu do Morro/BA, Mundo Novo/BA, Muniz Ferreira/BA, Muquém do São Francisco/BA, Muritiba/BA, Mutuípe/BA, Nazaré/BA, Nilo Peçanha/BA, Nordestina/BA, Nova Canaã/BA, Nova Fátima/BA, Nova Ibiá/BA, Nova Itarana/BA, Nova Redenção/BA, Nova Soure/BA, Nova Viçosa/BA, Novo Horizonte/BA, Novo Triunfo/BA, Olindina/BA, Oliveira dos Brejinhos/BA, Ouricangas/BA, Ourolândia/BA, Palmas de Monte Alto/BA, Palmeiras/BA, Paramirim/BA, Paratinga/BA, Paripiranga/BA, Pau Brasil/BA, Paulo Afonso/BA, Pé de Serra/BA, Pedrão/BA, Pedro Alexandre/BA, Piatã/BA, Pilão Arcado/BA, Pindaí/BA, Pindobaçu/BA, Pintadas/BA, Piraí do Norte/BA, Piripá/BA, Piritiba/BA, Planaltino/BA, Planalto/BA, Poções/BA, Pojuca/BA, Ponto Novo/BA, Porto Seguro/BA, Potiraguá/BA, Prado/BA, Presidente Dutra/BA, Presidente Jânio Quadros/BA, Presidente Tancredo Neves/BA, Queimadas/BA, Quijingue/BA, Quixabeira/BA, Rafael Jambeiro/BA, Remanso/BA, Retirolândia/BA, Riachão das Neves/BA, Riachão do Jacuípe/BA, Riacho de Santana/BA, Ribeira do Amparo/BA, Ribeira do Pombal/BA, Ribeirão do Largo/BA, Rio de Contas/BA, Rio do Antônio/BA, Rio do Pires/BA, Rio Real/BA, Rodelas/BA, Ruy Barbosa/BA, Salinas da Margarida/BA, Salvador/BA, Santa Bárbara/BA, Santa Brígida/BA, Santa Cruz Cabralia/BA, Santa Cruz da Vitória/BA, Santa Inês/BA, Santa Luzia/BA, Santa Maria da Vitória/BA, Santa Rita de Cássia/BA, Santa Terezinha/BA, Santaluz/BA, Santana/BA, Santanópolis/BA, Santo Amaro/BA, Santo Antônio de Jesus/BA, Santo Estêvão/BA, São Desidério/BA, São Domingos/BA, São Felipe/BA, São Félix do Coribe/BA, São Félix/BA, São Francisco do Conde/BA, São Gabriel/BA, São Gonçalo dos Campos/BA, São José da Vitória/BA, São José do Jacuípe/BA, São Miguel das Matas/BA, São Sebastião do Passé/BA, Sapeaçu/BA, Sátiro Dias/BA, Saubara/BA, Saúde/BA, Seabra/BA, Sebastião Laranjeiras/BA, Senhor do Bonfim/BA, Sento Sé/BA, Serra do Ramalho/BA, Serra Dourada/BA, Serra Preta/BA, Serrinha/BA, Serrolândia/BA, Simões Filho/BA, Sítio do Mato/BA, Sítio do Quinto/BA, Sobradinho/BA, Souto Soares/BA, Tabocas do Brejo Velho/BA, Tanhaçu/BA, Tanque Novo/BA, Tanquinho/BA, Taperoá/BA, Tapiramutá/BA, Teixeira de Freitas/BA, Teodoro Sampaio/BA, Teofilândia/BA, Teolândia/BA, Terra Nova/BA, Tremedal/BA, Tucano/BA, Uauá/BA, Ubaira/BA, Ubaitaba/BA, Ubatã/BA, Uibaí/BA, Umburanas/BA, Una/BA, Urandi/BA, Uruçuca/BA, Utinga/BA, Valença/BA, Valente/BA, Várzea da Roça/BA, Várzea do Poço/BA, Várzea Nova/BA, Varzedo/BA, Vera Cruz/BA, Vereda/BA, Vitória da Conquista/BA, Wagner/BA, Wanderley/BA, Wenceslau Guimarães/BA e Xique-Xique/BA.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

Fica assegurado, como salário de ingresso a todos os integrantes da categoria profissional que laboram nas empresas representadas pelo sindicato patronal, os pisos normativos conforme Anexo I e Anexo I-A, partes integrantes desta Convenção Coletiva de Trabalho.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Em face da data base da categoria profissional e no exercício do direito constitucional da livre negociação, fica estipulado que, na data base de 1º de janeiro as empresas concederão reajuste escalonado de 8% (oito por cento) a 2% (dois por cento) aos seus empregados incidentes sobre os pisos salariais de 2023, cujas funções encontram-se descritas no Anexo I e I-A desta Convenção Coletiva de Trabalho,

Parágrafo Primeiro - As empresas terão o prazo de até 90 (noventa) dias, após a homologação, para pagamento das diferenças salariais retroativas a janeiro de 2024.

Parágrafo Segundo - Os salários das funções utilizadas em serviços terceirizáveis que não constam no Anexo I e que não estejam amparados por outra Entidade Sindical, contratados no âmbito da iniciativa pública ou privada, serão reajustados obedecendo a caput desta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA - IMPACTO FINANCEIRO

As alterações realizadas nesta CCT geram um impacto financeiro de 8,87% (oito, oitenta e sete centésimos percentuais) em relação a CCT 2023.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS RÚBRICAS DA JORNADA DE TRABALHO

Em virtude da impossibilidade material de computação na folha salarial das rubricas inerentes a jornada de trabalho dos empregados, a exemplo de hora extra e seus adicionais, adicional noturno, no último dia do mês laborado, para pagamento no mês seguinte, considerando que não haverá prejuízo para os empregados, fica permitido as empresas o pagamento de tais verbas no mês subsequente ao da apuração.

Parágrafo único – O pagamento dos salários dos empregados não seguirá o exposto no caput desta cláusula, devendo ser efetuado dentro do prazo legal.

CLÁUSULA SÉTIMA - REMUNERAÇÃO DO SUBSTITUTO

A substituição por período igual ou superior a 10 (dez) dias, deverá ser remunerada pela empresa, que pagará ao empregado substituto - desde o primeiro dia e enquanto perdurar a situação - a diferença salarial sobre o salário do substituído, excetuando os ganhos e vantagens pessoais.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 60 (sessenta) minutos. Em contrapartida, pactua-se que o percentual do adicional noturno será de 22,5% (vinte e dois e meio por cento), incidindo sobre o valor da hora diurna, com a finalidade de compensar a fixação da hora em 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo Único – Com a contrapartida acima pactuada, fica extinto o cálculo de Hora Noturna Reduzida.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA NONA - ALIMENTAÇÃO

As empresas concederão auxílio alimentação no valor de **R\$ 17,00 (dezesete reais)**, a partir da data de registro do presente Instrumento Coletivo, por dia de efetivo trabalho, para os beneficiários da presente Convenção Coletiva com turno de trabalho superior a 06 (seis) horas, sendo que tal parcela não será integrada ao salário sob nenhuma hipótese, respeitando-se a legislação aplicável à espécie, podendo as empresas descontar do salário do empregado o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do referido benefício.

Parágrafo Primeiro - Os empregados lotados em postos de serviço em que os contratantes forneçam alimentação, não terão direito ao recebimento do auxílio alimentação proposto no caput.

Parágrafo Segundo - Havendo falta do empregado ao serviço, o mesmo não fará jus ao recebimento do auxílio alimentação naquele dia.

Parágrafo Terceiro - O empregador poderá optar, em substituição ao vale alimentação, nos casos onde não haja cobertura/aceitação de tíquete/vale/cartão alimentação/cartão refeição, pela concessão de ajuda de custo em espécie em valor não superior a 50% (cinquenta por cento) do salário.

Parágrafo Quarto – As empresas deverão entregar o auxílio alimentação, na totalidade do período, 30 ou 31 dias, equivalentes aos dias trabalhados neste período, em prazo suficiente que garanta o direito do recebimento do benefício antes do dia do trabalho do empregado.

Parágrafo Quinto - Para os funcionários que trabalham nas **empresas de Saneamento Básico e Esgoto** o valor do auxílio alimentação será de **R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)**, seguindo as regras do caput desta cláusula.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE

Desde que solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas às exigências prevista no Art. 7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87, as Empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, exclusivamente para os seus deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.

Parágrafo Primeiro - As empresas deverão entregar os vales transportes, na totalidade do período, 30 ou 31 dias, equivalentes aos dias trabalhados neste período, em prazo suficiente que garanta o direito do recebimento do benefício antes do dia do trabalho do empregado.

Parágrafo Segundo - A base de cálculo para desconto de 6% (seis por cento) do vale-transporte corresponderá ao salário base do funcionário.

Parágrafo Terceiro - Para fins de concessão do vale transporte, equipara-se ao transporte indicado na Lei nº 7.619/87 o transporte alternativo, onde não exista transporte público regulamentado.

Parágrafo Quarto – Fica concedido desconto que trata o Parágrafo Segundo da presente Cláusula para os empregados de empresas que concedam transporte na modalidade “fretado”.

Parágrafo Quinto – O empregador poderá optar pelo pagamento do vale transporte em espécie sem que tal benefício tenha natureza de verba salarial.

Parágrafo sexto – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

Parágrafo sétimo – Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

Parágrafo oitavo – No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Parágrafo nono – No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

Parágrafo décimo – A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas concederão aos seus empregados, a partir da data de registro desta Convenção Coletiva de Trabalho, Plano de Assistência Médica Privada, com cobertura, assistencial de que trata o plano referência para todos os procedimentos clínicos, cirúrgicos e os atendimentos de urgência e emergência na forma estabelecida no artigo 10 da Lei nº 9.656, de 1998, (abaixo descrito) devendo as mesmas arcarem com o custo de **R\$ 170,00 (cento e setenta reais)** não havendo quaisquer desconto em face do empregado com exceção àquele previsto no parágrafo segundo e quarto a seguir:

Parágrafo Primeiro - O plano de saúde contratado de exclusiva responsabilidade das empresas, terá a obrigação de cobrir todos os procedimentos médicos, cirúrgicos, hospitalares, ambulatoriais e laboratoriais (exames complementares e procedimentos auxiliares de diagnose) regulamentados pela ANS – Agência Nacional de Saúde, incluído PARTO E OBSTETRÍCIA, os quais deverão ser prestados por profissionais regularmente habilitados e credenciados, respeitando-se os prazos de carência e limites de cobertura estabelecidos em contrato;

Parágrafo Segundo - A critério do empregado, poderão ser incluídos no Plano de Assistência Médica Privada seus dependentes, ficando o ônus total sob sua inteira responsabilidade, devendo o mesmo autorizar, quando da sua adesão ao plano, o desconto em seu salário dos valores correspondentes à participação de seus dependentes;

Parágrafo Terceiro - Para os novos contratos de trabalho, a concessão do benefício será obrigatoriamente efetivada logo, após decorrido prazo do contrato de experiência 90 dias;

Parágrafo Quarto - Haverá coparticipação do empregado no pagamento de consultas médicas e exames, desde que ultrapassada a quantidade mensal de 02 (duas) consultas/exames, limitando-se aos seguintes valores: R\$ 24,70 (vinte e quatro reais e setenta centavos), para consultas eletivas, R\$ 40,70 (quarenta reais e setenta centavos), para consultas de urgências e emergências, R\$ 10,20 (dez reais e vinte centavos), para exames simples e R\$ 72,70 (setenta e dois reais e setenta centavos), para exames complexos, independente do quantitativo excedente.

Parágrafo Quinto - O Plano de Assistência Médica deve cobrir todo o Estado da Bahia.

Nas Cidades com mais de 100.000 habitantes, obrigatório credenciamento de hospitais, laboratórios de análise e clínicas especializadas, sob pena da Operadora do Plano de Saúde indenizar os custos da assistência médica de urgência, emergência e laboratorial;

Parágrafo Sexto - Em caso de afastamento de funcionário ao INSS e se este funcionário tenha dependentes no plano de saúde, será estabelecida uma nova relação direta de obrigação de cobrança e de dever de pagamento, relativo aos valores correspondentes aos dependentes inclusos no plano acima citado, entre a prestadora do plano e o funcionário afastado, imediatamente após a notificação da empresa sobre o seu afastamento ao INSS junto a prestadora do plano de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRIVADA

As empresas concederão aos seus empregados Plano de Assistência Odontológica Privada, com operadora devidamente inscrita na ANS (Agência Nacional de Saúde) que comprove autorização para operar no Estado da Bahia (capital e interior). O referido Plano concedido dispensa perícia inicial, oferece assistência total em urgência 24 horas e não poderá ter cobertura inferior à mínima exigida pela ANS, devendo as mesmas arcarem com o custo de **R\$ 14,00 (quatorze reais)**.

Parágrafo Primeiro - A critério do empregado, poderão ser incluídos no Plano de Assistência Odontológica Privada seus dependentes, ficando o ônus total sob sua inteira responsabilidade, devendo o mesmo autorizar, quando da sua adesão ao plano, o desconto em seu salário dos valores correspondentes à participação de seus dependentes.

Parágrafo Segundo - Em caso de afastamento de funcionário ao INSS e se este funcionário tenha dependentes no plano odontológico, será estabelecida uma nova relação direta de obrigação de cobrança e de dever de pagamento, relativo aos valores correspondentes aos dependentes inclusos no plano acima citado, entre a prestadora do plano e o funcionário afastado, imediatamente após a notificação da empresa sobre o seu afastamento ao INSS junto a prestadora do plano odontológico.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA

As empresas manterão, obrigatoriamente, em favor de todos os seus empregados, que estejam no exercício de suas funções, associados ou não às entidades sindicais profissionais, apólice de seguro contra morte natural ou acidental, invalidez permanente acidental e Pagamento Antecipado Especial por Doença Profissional, com base nos valores abaixo:

Parágrafo Primeiro - Na hipótese da empresa, descumprir a cláusula e não providenciar o seguro de vida aqui estabelecido, responderá pelos respectivos valores na ocorrência do evento acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício, num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do comunicado do sinistro e entrega de toda documentação legal solicitada;

Parágrafo Segundo - Durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, O valor do custeio do Seguro de Vida será de **R\$ 5,66 (cinco reais e sessenta e seis centavos)**. Os empregadores contribuirão com a quantia de **R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos)**, por empregado, e o trabalhador contribuirá com a quantia de **R\$ 1,18 (um real e dezoito centavos)**, a ser descontado em folha de pagamento;

Parágrafo Terceiro - O empregador que por ocasião do óbito ou do fato causador da incapacitação estiver inadimplente por: falta de pagamento, pagamento após o dia do vencimento ou efetuar o recolhimento por valor inferior ao devido, responderá perante o empregado ou a seus dependentes com o valor estabelecido abaixo;

Parágrafo Quarto - O óbito ou o evento que possa provocar incapacitação permanente para o trabalho por perda ou redução de sua aptidão física deverá ser comunicado, formalmente, pelo empregador, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias da ocorrência, à Entidade Seguradora.

MORTE NATURAL = 15 vezes o Piso Salarial - **R\$ 21.402,00**

MORTE ACIDENTAL = 30 vezes o Piso Salarial - **R\$ 42.804,00**

INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE = 30 vezes o Piso Salarial - **R\$ 42.804,00**

PAGAMENTO ANTECIPADO ESPECIAL POR DOENÇA PROFISSIONAL = 15 vezes o Piso Salarial - **R\$ 21.402,00**

ASSISTÊNCIA FUNERAL INDIVIDUAL = 04 vezes o Piso Salarial - **R\$ 5.707,20**

Parágrafo Quinto - Ficam as empresas obrigadas a enviar cópias das respectivas apólices (nos termos do quanto descrito nesta cláusula), juntamente com a relação dos empregados, ao SINDICATO LABORAL, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a data de registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Parágrafo Sexto - Para recebimento do benefício da Assistência Funeral Individual, a família deverá entrar em contato com a central de atendimento da seguradora, através do número telefônico disponibilizado pela mesma.

Parágrafo Sétimo - Será pago ao empregado considerado Inválido de Forma Definitiva e Permanente Total por Doença adquirida no exercício de suas atividades (Doença Profissional), que o impeça de desenvolver definitivamente suas funções e pela qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação com os recursos terapêuticos disponíveis no momento de sua contratação, o valor equivalente a 100% (cem por cento) do Capital Básico Segurado para a Cobertura de MORTE, a título de Pagamento Antecipado Especial por Doença, desde que a data do início de tratamento e/ou diagnóstico da doença profissional caracterizada seja posterior à data de contratação na empresa.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - APOSENTADORIA

Ao empregado que faltar 01 (um) ano ou menos para se aposentar, fica garantida a estabilidade no emprego, até a efetivação da aposentadoria, salvo por perda de contrato ou demissão por justa causa.

Parágrafo Único – Na estrita hipótese de perda de contrato e não havendo a possibilidade de transferência do empregado para outra frente de serviço, e, tendo o empregado 60 (sessenta) meses ou mais de serviços

contínuos prestados ao mesmo empregador, será concedido quando da sua aposentadoria uma indenização complementar equivalente ao valor de meio piso normativo da categoria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - BOLSAS DE ESTUDO

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INDÚSTRIAS QUÍMICA,PETROQUÍMICA,METALÚRGICA,SIDERURGICA,AUTOMOTIVA,CELULOSE

As empresas concederão aos seus empregados que laboram em plantas de empresas químicas, petroquímicas, metalúrgica, siderúrgicas, automotivas e celulose:

a) Uma folga mensal, a ser definida de acordo com a viabilidade do empregador, mediante sistema compensatório. Para fins de efetivar as compensações, poderão ser adotadas as seguintes ações:

- Extensão da jornada diária em 20 minutos.
- Extensão da jornada diária e/ou semanal aos sábados, respeitando o limite de 08 horas/mês para este fim.

b) Café da Manhã;

c) Uma cesta de alimento em moeda corrente do País ou vale alimentação, no valor mínimo de R\$ **136,00 (cento e trinta e seis reais)** para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024.

Parágrafo Primeiro: Apenas estarão obrigadas ao cumprimento da aliena as empresas cujos contratantes também concedam a folga citada a seus empregados.

Parágrafo Segundo – Na estrita hipótese de não haver condições mínimas de segurança alimentar, ou ausência de fornecedor para o atendimento do benefício na forma “in natura”, previsto na alínea “b”, as empresas, poderão pagar aos seus empregados o valor equivalente a R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos) por dia efetivamente trabalhado, na forma de cartão benefício ou outro similar.

Parágrafo Terceiro – As empresas ficam obrigadas a divulgar para seus empregados os riscos de cada produto por ele utilizado, fornecendo aos mesmos, instruções e treinamentos iniciais e periódicos, sobre os riscos de acidente de trabalho e condições agressivas à saúde, oferecendo, ainda, medidas de proteção relativas às atividades pelos empregados desenvolvidas, comprometendo-se por outro lado, fornecer ao SINDICATO LABORAL, quando solicitado, cópia das divulgações feitas.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

No momento da rescisão contratual a empresa deverá entregar ao funcionário carta de aviso-prévio e informar ao empregado a data da realização de exames demissionais, bem como data para assinatura do TRCT. Na data prevista para assinatura do TRCT, a empresa deverá fornecer PPP, extrato analítico da conta vinculada do FGTS, Relação das Contribuições Previdenciárias, cumpridas essas formalidades, ao empregado que não se fizer presente ao ato homologatório tem-se por caracterizado o atraso por sua exclusiva culpa, ficando a empresa liberada do ônus da multa dos §§ 6º e 8º do artigo 477 da CLT.

Parágrafo Único – Considerando a vigência da CTPS Digital onde recebe todas as informações inerentes ao desligamento do empregado posterior ao envio por parte do empregador, fica a empresa liberada do

ônus dos parágrafos 6º e 8º do artigo 477 da CLT, desde que efetue o pagamento das verbas rescisórias dentro do prazo legal, ficando afastada a formalidade da assinatura do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, caso o empregado não se fizer presente ao ato homologatório, em conformidade com o caput do presente artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONTINUIDADE DOS CONTRATOS

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato contratarão os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, dispensado o pagamento do aviso prévio e assegurando estabilidade de 30 dias aos empregados, com base nas condições a seguir elencadas.

Parágrafo Primeiro – Para a aplicação do quanto estabelecido no caput, é obrigatório assinatura de um Termo de Compromisso Especial, conforme o modelo definido no anexo “IV” desta CCT, com a participação do SEAC-BA, do Sindicato Laboral e dos representantes das Empresas envolvidas, concluído no

prazo máximo de 8(oito) dias contados da solicitação feita pela empresa, desde que esta possua o certificado de regularidade de sua entidade representativa, posteriormente a empresa recolherá as assinaturas dos colaboradores absorvidos pela empresa sucessora.

Parágrafo Segundo - Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego (princípio benéfico e mais favorável ao laborista).

Parágrafo Terceiro - No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DEMISSÃO ANTES DA DATA BASE POR TÉRMINO DE CONTRATO

Fica convencionado que as empresas ficarão isentas de efetuar o pagamento de um salário adicional, como previsto na Legislação Trabalhista, quando esta tiver que efetuar demissão de empregados a 30 (trinta) dias da data base, em decorrência de término de contrato de prestação de serviço com o contratante.

Parágrafo Primeiro – Para que a empresa tenha direito a utilizar o quanto previsto no caput desta cláusula, é obrigatório assinatura de um Termo de Autorização, conforme modelo do anexo V, com a participação do Sindicato Patronal e do Sindicato Laboral. A Assinatura do referido Termo deverá ocorrer com uma antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data do término do contrato.

Parágrafo Segundo - Para que a empresa tenha direito a utilizar o quanto previsto no caput desta cláusula, esta deverá comunicar por escrito ao Sindicato Laboral e ao SEAC-BA a demissão do respectivo colaborador no mês em questão, se comprometendo a realizar o pagamento de possíveis diferenças salariais, caso haja reajuste de salário da função do empregado demitido determinado em CCT do ano seguinte, e firmar com estas entidades o termo de autorização para não pagamento do salário adicional por demissão com 30 dias antes da data base, sob pena de torná-lo nulo de pleno direito.

CONTRATO A TEMPO PARCIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO PARCIAL

Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquela cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais. O salário a ser pago aos empregados sob regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral. Para os atuais

empregados, a adoção do regime de tempo parcial será feita mediante opção manifestada perante a Empresa.

Parágrafo Primeiro - As empresas que optarem por praticar jornada parcial poderão fazê-lo conforme o artigo 58-A e seus parágrafos, introduzido na CLT pela MP nº 1952 – 30 de 16 de novembro de 2000.

Parágrafo Segundo - As empresas que, em face da conjuntura econômica devidamente comprovada, se encontrarem em condições que recomendem, transitoriamente, a redução da jornada normal ou do número de dias de trabalho, poderão fazê-lo conforme o artigo 2º da Lei nº 4923 de 23/12/65. Tal redução do salário mensal não poderá ser superior a 25% do salário contratual, respeitado o salário normativo da categoria em vigor.

Parágrafo Terceiro - Serão assegurados aos empregados sob regime de tempo parcial todos os direitos e benefícios consignados nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - POSTOS ESPECIAIS

É facultado às Empresas conceder gratificações ou remunerações diferenciadas e a seu critério, em razão de postos de serviços por elas considerados especiais, a exemplo de Limpeza Pública, Tesouraria Bancária, Indústrias Químicas, Petroquímicas, metalúrgica, Siderúrgicas, automotivas e Celulose, sendo que tais gratificações ou benefícios diferenciados serão atribuídos, exclusivamente, a Postos Especiais, assim nominados pelas Empresas, em comum acordo com o Sindicato Obreiro ou ainda em decorrência de contratos com clientes que assim exijam ou deliberem.

Parágrafo Primeiro - O pagamento de tais gratificações ou remunerações diferenciadas, em razão de se circunscreverem a determinados postos de trabalho definidos como especiais, não poderá ser objeto de isonomia ou paridade para outros empregados que trabalhem em postos de trabalho que não tenham as mesmas condições, e não será incorporado, para nenhum efeito legal, ao salário do empregado, permanecendo o seu pagamento, apenas enquanto durar as condições de serviço estabelecidas nesta cláusula;

Parágrafo Segundo - Enquanto estiver sendo paga a gratificação ou remuneração prevista no “caput” desta cláusula, as Empresas obrigam-se a integrar os valores pagos à remuneração do empregado, para fins de pagamento de férias, 13º salário, verbas rescisórias e recolhimento para o FGTS.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

As empresas poderão instituir Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, conforme disposto no Art. 1º e seus parágrafos da Lei 9.601 de 21/01/1998.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA ESPECIAL

As jornadas de trabalho poderão ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso (12x36), vinte quatro horas por setenta e duas horas de descanso (24x72) ou vinte e quatro horas por noventa e seis horas de descanso (24x96), sendo esta última exclusiva para os trabalhadores em ambulâncias de serviços de emergência. Não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 (trinta) minutos para repouso e alimentação.

Parágrafo Primeiro - As horas trabalhadas após a 8ª (oitava) hora diária, nos regimes estabelecidos nas escalas acima não serão consideradas como horas extras, quer nas jornadas diurnas ou noturnas.

Parágrafo Segundo - Os empregados que trabalham exclusivamente nas jornadas especificadas no caput desta cláusula, não farão jus a nenhum adicional de horas extraordinárias, de eventual trabalho realizado aos domingos e feriados, em razão da automática e vantajosa compensação das folgas de horas seguidas, não havendo distinção entre o trabalho realizado diurno e noturno, salvo quanto ao adicional previsto em Lei, incidente sobre as horas efetivamente trabalhadas em horário legalmente noturno, entre 22:00 horas e 05:00 horas.

Parágrafo Terceiro - Somente serão consideradas como horas extras àquelas efetivamente trabalhadas que excederem a 192 (cento e noventa e duas) horas mensais.

Parágrafo Quarto – Considerando que a hora trabalhada já está inserida, computada e paga no salário mensal ou devidamente compensada, a indenização devida em razão da supressão total ou parcial do intervalo intrajornada será no valor de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal de trabalho, com natureza indenizatória, na proporção da sua supressão.

Parágrafo Quinto - O pagamento da indenização estabelecida nesta cláusula não gerará, para todos os efeitos legais, direito a retroatividade.

Parágrafo Sexto - O empregado fica desobrigado de registrar em controle de frequência o horário do intervalo intrajornada para refeição e descanso.

Parágrafo Sétimo - A concessão de horário para alimentação na forma desta cláusula, independente da extensão, não desnaturaliza as jornadas de trabalho da categoria.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas na forma da legislação vigente, sendo os excedentes da jornada constitucional acrescidas de 50% (cinquenta por cento) nos dias úteis e de 100% (cem por cento) nos dias de repouso ou feriado, admitida a compensação de jornada extra com folga compensatória. O Cálculo da hora-extra será efetuado dividindo-se a remuneração por 220 (duzentos e vinte) horas acrescido do adicional 50% (cinquenta por cento) nos dias úteis e de 100% (cem por cento) nos dias de repouso ou feriado.

Parágrafo Único – Visando cumprimento integral da jornada de 44hs semanais, fica permitido o acréscimo de 48 minutos da jornada diária realizada de segunda a sexta-feira, para a compensação das horas não trabalhadas do sábado.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FOLGAS

Fica instituído o prazo de 30 (trinta) dias para a concessão das folgas aos empregados que laboram aos domingos e feriados, devendo estas ser informadas aos empregados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do período de gozo, exceto nas jornadas 12x36 horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

O horário de trabalho poderá ser registrado pelos empregados da empresa, a critério desta, por meios eletrônicos, sendo facultada a empresa a colheita da assinatura dos empregados ao final do período de fechamento do ponto, podendo para tanto ser utilizado biometria, senha pessoal ou qualquer outra tecnologia que certifique a autenticidade de sua marcação e sua assinatura pelos empregados. A empresa poderá, ainda, dispensar a marcação do intervalo de repouso e alimentação.

Parágrafo único – Para adoção do registro de ponto por meios eletrônicos, a empresa poderá valer-se de transmissão de dados via internet, telefone e/ou rádio transmissor, desde que não haja infração legal ou prejuízo aos empregados. A assinatura eletrônica do ponto, conforme caput, poderá basear-se em sistema de tokenização, desde que o token respectivo seja enviado ao empregado, para acesso exclusivo do mesmo mediante senha pessoal, via celular ou e-mail, devendo a empresa manter histórico dos empregados que visualizaram o ponto a ser assinado eletronicamente, dos efetivamente assim assinados e data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PONTO POR EXCEÇÃO

A empresa, a seu exclusivo critério, poderá, ainda, adotar o registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho conforme parágrafo 4º do artigo 74 da CLT (incluído pela Lei 13.874 de 20 de setembro de 2019).

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - TRABALHO EM TURNO DE REVEZAMENTO

É facultado as empresas, a criação de trabalho em turnos de revezamento onde haja a extensão do trabalho diário por 02 (duas) horas, totalizando 08 (oito) horas diárias, desde que, as 02 (duas) horas sejam pagas com o adicional de hora extra, assegurando-lhes, ainda, o intervalo para refeição e descanso diário de 01 (uma) hora.

Parágrafo Primeiro - Caso a empresa opte em disponibilizar 05 (cinco) turmas de trabalho para realizar o revezamento, ficará desobrigada de pagar as 02 (duas) horas extras de extensão do trabalho diário, em razão da vantajosa compensação da jornada com maior número de folgas no mês.

Parágrafo Segundo - Fica convencionado que as empresas deverão comunicar anualmente ao sindicato laboral a utilização da jornada de trabalho de turno de revezamento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - BANCO DE HORAS

Fica convencionado que as empresas poderão, durante o prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, estender a jornada de trabalho para além do limite contratual, desde que necessária para atender especificidades do serviço ou da operação ou que decorram de eventos fora de controle do empregador, procedendo à compensação das horas excedentes na forma prevista nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro - As empresas que aderirem ao Banco Horas deverão observar as seguintes regras:

- a) Ocorrendo a necessidade de majoração da jornada regular prevista, as horas excedentes serão devidamente computadas através de sistemática de controle do tipo com DÉBITOS, CRÉDITOS e SALDOS lançados, individualmente por empregado, na proporção de 1 (um) para 1 (um), ou seja, a cada hora extra será computada 1 (uma) hora no Banco de Horas.
- b) Mensalmente será informado ao empregado, ao final de cada mês, a apuração das horas e o saldo resultante positivo ou negativo.
- c) As horas computadas poderão ser compensadas, no prazo de 1 (um) ano, portanto, compensações anuais (Medida Provisória 2.164 de 2001), da seguinte forma, sempre com autorização do Gestor Imediato, bem como a conveniência do Empregado:

I - Redução da jornada regular em até 2 horas por dia;

II - Folga de 1 dia a cada 8 horas extras contabilizadas.

Parágrafo Segundo - No caso de desligamento do empregado, o saldo existente no Banco de Horas, será pago ou descontado, segundo as regras contidas nesta cláusula.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - INTERVALO PARA AMAMENTAÇÃO

As empresas adotarão horários especiais de 01 (uma) hora, preferencialmente no início ou no término do expediente para as empregadas que estiverem amamentando, em consonância com o disposto no Artigo 396 e parágrafo único da CLT.

FÉRIAS E LICENÇAS LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO AVISO DE FÉRIAS

As empresas comunicarão aos seus empregados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a data de início do período de gozo de férias, obedecendo a legislação vigente quanto aos demais prazos.

Parágrafo Primeiro – A comunicação das férias ao empregado acima mencionada, prevista no caput do art. 135 da CLT, poderá ser suprimida através do envio pelas empresas para os empregados, nas modalidades, e-mail, torpedo SMS ou qualquer outra modalidade de mensagem eletrônica, cadastrados para tal finalidade, em nome do empregado, devendo este dar ciência do recebimento em prazo anterior à data de início do gozo das férias.

Parágrafo Segundo – Este procedimento terá por objetivo único e exclusivo, desburocratizar a rotina trabalhista, suprimindo os efeitos legais aplicáveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO RECIBO DE FÉRIAS

As empresas que efetuarem o pagamento de férias através das modalidades ordem de pagamento ou depósito bancário em conta corrente do empregado, ficam dispensadas de colher assinatura de seus empregados nos recibos de férias, ficando obrigadas as empresas a entregar, quando solicitado pelo empregado uma cópia do recibo de férias para fins de conferência dos valores depositados.

Parágrafo único – Torna-se desnecessário o recolhimento da assinatura por parte do empregado e da empresa no aviso e no recibo de férias, com o objetivo único e exclusivo, desburocratizar a rotina trabalhista, suprimindo os efeitos legais aplicáveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- I. Por 05 (cinco) dias, a contar da data do parto, correspondente à licença paternidade;
- II. Até 03 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- III. Até 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - INSALUBRIDADE

As empresas ficam obrigadas ao pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, a todos os trabalhadores lotados nas seguintes funções: Supervisor Geral de Veículo de Emergência; Condutor de Veículo de Emergência; Supervisor de Frota de Veículo de Emergência; Condutor de Veículo de Emergência/ Atividades Operacionais e Condutor de Veículo de Emergência/Rádio Operador.

Parágrafo Primeiro - CONSIDERANDO RISCOS BIOLÓGICOS: Verificou-se que as atividades executadas pelas funções especificadas no caput da cláusula sexta, estão relacionadas ao contato permanente com pacientes enfermos, transporte de pacientes em hospital e em enfermaria do hospital - mesmo ambiente dos enfermeiros que em conformidade com o Anexo 14 - Agentes Biológicos da NR - 15. Lembrando que o atendimento ocorre nas ruas das cidades, com exposição aos agentes físicos e biológicos considerados insalubres.

Parágrafo Segundo - A empregada gestante será afastada, enquanto durar a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres e exercerá suas atividades em local salubre, excluído, nesse caso, o pagamento de adicional de insalubridade. O exercício de atividades e operações insalubres em grau médio ou mínimo, pela gestante, somente será permitido quando ela, voluntariamente, apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que autorize a sua permanência no exercício de suas atividades. A empregada lactante será afastada de atividades e operações consideradas insalubres em qualquer grau quando apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que recomende o afastamento durante a lactação.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

As empresas fornecerão os equipamentos de proteção individual adequados às atividades realizadas pelo empregado, em razão dos riscos a que se submeter no exercício de suas atividades, de acordo com a Norma Regulamentadora 6, regulamentada pela Portaria 3214/1978 e apresentarão semestralmente os certificados de aprovação dos equipamentos de proteção individual emitidos pelo Ministério do Trabalho.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas se obrigam a observar as disposições legais quanto à realização de exames médicos admissionais, periódicos e demissionais dos seus empregados.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTA

As empresas aceitarão atestados ou declarações de acompanhamento de 01 (um) dia, dos seus empregados que tenham acompanhado em caráter de emergência, seus dependentes, ascendentes ou descendentes e/ou cônjuge, desde que emitidas por profissional da área médica.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa, ou mediante convênio e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso, serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

Parágrafo primeiro – O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 (quarenta e oito) horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

Parágrafo segundo – Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsele ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço ou ainda poderá ser enviado por e-mail ou qualquer outra modalidade que facilite a entrega do atestado do empregado ao empregador.

Parágrafo terceiro – Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo quarto – Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

Parágrafo quinto – Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

CAMPANHAS EDUCATIVAS SOBRE SAÚDE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CAMPANHAS EDUCATIVAS

Os Sindicatos Patronal e Laboral, bem como as empresas do setor, envidarão todos os esforços no sentido de implementar campanhas educativas, divulgando entre os colaboradores formas de prevenção e combate às doenças infectocontagiosas, visando a maior qualidade de vida comunitária.

RELAÇÕES SINDICAIS

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES E DELEGADOS DE BASE

Todo dirigente sindical, delegado de base ou representante dos trabalhadores eleitos em assembleia da categoria, para participar de encontros de trabalhadores de cunho municipal, estadual, nacional ou internacional terá as suas faltas abonadas, até o limite de 30 (trinta) dias ao ano, sucessivas ou intercaladas, na proporção de um liberado por empresa e desde que esta possua acima de 250 (duzentos e cinquenta) empregados, sem prejuízo na sua remuneração, inclusive, repouso remunerado, férias, 13º salário, adicionais e demais direitos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA DISPONIBILIDADE REMUNERADA

Fica estabelecida a disponibilidade remunerada dos dirigentes sindicais, no limite de 01 (um) por empresa e desde que esta possua acima de 250 (duzentos e cinquenta) empregados, devendo a entidade sindical profissional indicar o dirigente e solicitar, por escrito, ao estabelecimento empregador a disponibilidade aqui convencionada, informando a Assembleia que o elegeu.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - TAXA ASSISTENCIAL

As empresas descontarão dos empregados beneficiados por esta convenção coletiva de trabalho o percentual mensal de 1,5% (um virgula cinco por cento) sobre seu salário base, à título de taxa assistencial

mensal, e repassará ao Sintracap-Ba no prazo de 5 (cinco) dias corridos após o pagamento dos salários.

Parágrafo Primeiro – Preserva-se o direito individual, personalíssimo, indivisível e intransferível, de se exercer oposição ao referido desconto. A oposição será feita por documento de próprio punho do trabalhador e deve ser entregue na sede da entidade ou nas delegacias sindicais, no prazo máximo de 20 dias após a assinatura da CCT, e de posse de sua via devidamente protocolizada no sindicato, o trabalhador deverá entregar uma via ao setor pessoal da empresa.

Parágrafo Segundo – Para o cumprimento desta cláusula, as empresas deverão enviar a relação de todos os trabalhadores até o dia 05 de cada mês pelo endereço: cargaspropriasbahia@gmail.com o SINTRACAP enviará para as empresas boleto específico para esta finalidade.

Parágrafo Terceiro - As empresas que deixarem de recolher ao Sindicato Laboral, dentro do prazo de 10 dias úteis do mês seguinte ao desconto, as contribuições devidas àquele Sindicato dos empregados que assim autorizarem, pagarão uma multa de **2%** (dois por cento) do montante devido, acrescido de **0,0333%** (zero vírgula zero trezentos e trinta e três por cento) ao dia, a título de juros de mora.

Parágrafo Quarto - Em caso de mudança da praxe e/ou política de cobrança dos percentuais de multas e juros de mora legais, a presente cláusula será automaticamente enquadrada à nova realidade, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - TAXA NEGOCIAL LABORAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados que laboram em sua base territorial, por força dos benefícios provenientes desta Convenção Coletiva de Trabalho, que deverá ser repassado ao SINTRACAP, desde que autorizado pela assembleia de categoria, 30(TRINTA) dias após o registro desta CCT no Ministério do Trabalho e Emprego, uma vez ao ano, o valor correspondente **3%** (três por cento) do seu salário base, a título de Taxa Negocial em favor do respectivo sindicato laboral. Por liberalidade exclusiva do SINTRACAP, essa taxa poderá não ser descontada dos empregados, devendo nesse caso o sindicato laboral comunicar por escrito sua decisão às empresas.

Parágrafo Primeiro - Deve ser assegurado ao trabalhador por 20(vinte) dias da data do registro da CCT no órgão competente, o direito de manifestar a sua oposição à cobrança da taxa negocial laboral, que deve ser realizada em forma de petição manuscrita ou digitada, devendo o sindicato laboral fornecer recibo do seu protocolo, devendo constar nele o nome do trabalhador, e a data do protocolo, sem criar para isso qualquer embaraço.

Parágrafo Segundo – Caberá ao empregador, durante o período destinado à manifestação de oposição a esta taxa, receber todas as cartas de oposição, e, findo o prazo, deverá, em até 72 horas, entregar todas as cartas de oposição recebidas ao Sindicato Laboral, acompanhado de lista com nome e CPF daqueles que se opuseram, recebendo em contrapartida, um recibo de entrega.

Parágrafo Terceiro – O SINTRACAP obriga-se a realizar a mais ampla divulgação desta cláusula, através de publicação em jornal de grande circulação estadual em 48 horas da data de registro e arquivamento do instrumento coletivo no órgão competente, bem como nos boletins informativos da categoria com as seguintes informações: a) o valor ou percentual que será descontado do salário do obreiro; b) o direito do trabalhador de não sofrer desconto, através da sua manifestação de oposição; c) o prazo para o trabalhador realizar a oposição, nunca inferior a 20 dias a contar do registro da norma coletiva; d) o endereço, telefone e horário de atendimento do Sindicato; e) que a oposição pode ser feita através de pedido escrito, à mão ou impresso, a ser entregue pelo trabalhador no endereço do seu empregador, que, por sua vez, lhe entregará um recibo; e f) que é dever do empregador, em até 72 horas do fim do prazo descrito na letra c), apresentar ao Sindicato Laboral todas as cartas de oposição recebidas acompanhadas de uma lista com o nome daqueles que se opuseram.

Parágrafo quarto – Caso alguma empresa ou o SEAC venha a ser demandado judicialmente a restituir a qualquer empregado os valores descontados em razão do cumprimento desta cláusula, o SINDICATO LABORAL se obriga a assumir tal dívida, desde que seja comunicado pelas empresas ou o SEAC da existência da ação judicial tão logo quando seja citada/notificada, a fim de que possa ingressar no feito para promover sua defesa, devendo ainda as empresas ou o SEAC requererem judicialmente a inclusão do SINDICATO LABORAL na lide, independente de comunicar o sindicato extrajudicialmente.

Parágrafo Quinto – Caso alguma empresa ou o SEAC venha a ser condenado judicialmente a restituir a qualquer empregado os valores descontados em razão do cumprimento desta cláusula, independentemente do acolhimento do pedido de inclusão do Sindicato na lide mencionado no parágrafo anterior, o SINDICATO LABORAL ressarcirá o exato valor pago judicialmente pela empresa ou pelo SEAC, ficando estes autorizados a compensar/deduzir, sem necessidade de prévio aviso, o valor da condenação com qualquer crédito destinado ao SINDICATO LABORAL, ainda que decorrente de mero repasse.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - TAXA NEGOCIAL PATRONAL

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL DOS EMPREGADORES PARA FAZER FACE AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA ASSINATURA DA PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA QUE TERÁ REFLEXOS PARA TODA A CATEGORIA, E NÃO SOMENTE PARA OS ASSOCIADOS.

Por deliberação da Assembleia Geral o Sindicato Patronal, de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III, da Constituição Federal, fica instituído que toda e qualquer empresa que exercer, no âmbito do estado da Bahia, atividade econômica representada pelo SEAC-BA, ainda que sediada em outra Unidade da Federação, pagará, anualmente, em favor do SEAC-BA, enquanto vigente convenção coletiva de trabalho, TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL com vencimento em 30 de abril de cada ano.

Parágrafo Primeiro – A base de cálculo da TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL será o capital social vigente no exercício anual e será calculada segundo as alíquotas descritas na tabela a seguir ou a contribuição mínima indicada, o que for maior.

Faixa	Capital Social	Alíquota	Parcela a Adicionar
1	De R\$ 0,01 a R\$ 29.999,99	Contribuição Mínima	R\$ 235,00
2	De R\$ 30.000,00 a R\$ 59.999,99	0,80%	-----
3	De R\$ 60.000,00 a R\$ 599.999,99	0,10%	R\$ 450,00
4	De R\$ 600.000,00 a R\$ 59.999.999,99	0,05%	R\$ 1.000,00
5	De R\$ 60.000.000,00 a R\$ 311.999.999,99	0,01%	R\$ 28.000,00
6	De R\$ 312.000.000,00 em diante	Contribuição Máxima	R\$ 70.000,00

Parágrafo Segundo – O valor correspondente a TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL poderá ser pago em até três parcelas com vencimento nos meses de fevereiro, março e abril, sempre no último dia útil de cada mês, desde que a empresa solicite o benefício ao SEAC-BA até o último dia útil do mês de janeiro, mediante requerimento a ser dirigido por correio eletrônico (secretaria@seac-ba.com.br).

Parágrafo Terceiro – É devido o pagamento proporcional ou em complementação da TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

quando a empresa iniciar as suas atividades econômicas no âmbito do estado da Bahia ou majorar o seu capital social após o início do curso anual, segundo os meses restantes para fim do ano, incluído o mês de início da atividade ou da ocorrência da alteração do capital social.

Parágrafo Quarto – É dever das empresas solicitar ao SEAC-BA a emissão do boleto bancário correspondente a TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL por meio de correio eletrônico (secretaria@seac-ba.com.br), devendo, inclusive, instruir a solicitação com o seu ato constitutivo vigente e comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, de modo a possibilitar a verificação do seu capital social, sendo facultado ao SEAC-BA o envio do documento de cobrança, ainda quando não solicitado.

Parágrafo Quinto – O não pagamento da TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, ao tempo e modo convencionados, importará no pagamento de multa correspondente a 2% sobre o débito e juros moratórios correspondentes a 1% ao mês.

Parágrafo Sexto – O não pagamento da TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL prevista no caput ensejará a propositura de demanda judicial para satisfação do crédito, sujeitando-se o devedor, ainda, ao pagamento das custas e honorários de advogado assumidos pela entidade sindical, sem prejuízo de outras medidas.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CERTIFICADO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta Convenção Coletiva de Trabalho, e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para participarem em licitações promovidas por Órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar Certidão de Regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo primeiro - Esta Certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo - Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da Taxa Negocial Patronal/Contribuição Assistencial Patronal;
- b) Comprovante de quitação do Plano de Assistência Médica Privada, Plano de Assistência Odontológica Privada e Seguro de Vida;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ACESSO DE DIRIGENTES

Com prévia solicitação formal da Diretoria Executiva, de vinte quatro horas, e mediante concessão da empresa, os dirigentes sindicais poderão ter livre acesso às suas instalações, vedado a promoção de qualquer ato de conotação político-partidária, ressalvada a liberdade de expressão.

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

A violação ou descumprimento de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive a que trata da taxa de encargos sociais, sujeitará à Empresa infratora às penalidades previstas em Lei, além da multa de 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, por cada empregado não beneficiado, revertida em favor de: 30% (trinta por cento) em favor do Sindicato proponente da ação e 70% (setenta por cento) para as Obras Assistenciais Irmã Dulce, Hospital Aristides Maltez, Casa da Criança com Câncer, Grupo Alerta Pernambués e/ou Projeto Salvador Acessível. A sua aplicação só será permitida através de ajuizamento de Ação de Cumprimento perante a Justiça do Trabalho.

Parágrafo Primeiro - Eleva-se para 60% (sessenta por cento) do piso salarial da categoria a multa citada no caput, para os casos de reincidência.

Parágrafo Segundo - Havendo propositura de ação de cumprimento, para os casos de celebração de acordo na primeira assentada, a multa poderá ser reduzida à metade.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DURAÇÃO E VIGÊNCIA

O presente acordo coletivo terá duração de um ano, com vigência a partir de **1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024**.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E ENCARGOS SOCIAIS

Visando assegurar a exequibilidade e o equilíbrio econômico-financeiro dos preços dos serviços prestados e concomitante adimplência aos Encargos Sociais e Trabalhistas, as empresas assistidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho devem elaborar suas Planilhas de Custos e Formação de Preços, conforme modelos do anexo II e anexo III, partes integrantes desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - EMPRESAS DE OUTRO ESTADO

As empresas com sede em outro Estado que prestam ou que venham prestar suas atividades no Estado da Bahia serão obrigadas a apresentar o Certificado de Regularidade Sindical do Sindicato de origem, devidamente averbada no SEAC-BA.

Parágrafo Primeiro - Será inabilitada a Empresa que não apresentar nos processos licitatórios públicos ou privados, o Certificado de Regularidade Sindical.

Parágrafo Segundo - Será exigido no ato da assinatura do contrato, os documentos comprobatórios do caput da presente cláusula sob pena de nulidade do referido contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA COMISSÃO INTERSINDICAL DE FISCALIZAÇÃO

O Sindicato Patronal e Laboral constituirá a Comissão Intersindical de Fiscalização, que terá como escopo a fiscalização do cumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho, da legislação trabalhista e demais interesses do empregado.

Parágrafo Único - As Entidades Sindicais, em comum acordo, terão o prazo de 60 (sessenta dias) para elaboração do Regimento Interno desta Comissão.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com "severus in iudicando" que se cuida de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Cernelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no

ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra à natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - CONTA CORRENTE BANCO DIGITAL

Os empregadores poderão permitir aos seus empregados a abertura de conta em bancos digitais, devidamente regulados e supervisionados pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Único - Preferencialmente, as empresas contratarão as instituições financeiras indicadas pelos Sindicatos signatários desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

Os empregadores poderão permitir aos seus empregados a contratação de empréstimos consignados em folha de pagamento, nos limites e condições estabelecidas na Lei 10.820/2003, concedidos exclusivamente por instituições financeiras autorizadas, reguladas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Único - Preferencialmente, as empresas contratarão as instituições financeiras indicadas pelos Sindicatos signatários desta Convenção Coletiva de Trabalho que poderão ofertar os empréstimos consignados aos empregados da categoria.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DIÁRIAS DE VIAGEM

A empresa, quando utilizar os serviços de seus empregados fora do município de contratação, portanto, em viagens intermunicipais, interestaduais ou internacionais, deverá pagar diária de viagem no valor de **R\$ 160,00 (cento e sessenta reais)** a cada pernoite.

Parágrafo Único - As **empresas de Saneamento Básico e Esgoto**, quando utilizar os serviços de seus empregados fora do município de contratação, portanto, em viagens intermunicipais, interestaduais ou internacionais, deverão pagar diária de viagem no **valor de R\$ 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)** a cada pernoite.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CLUBE SOCIAL

O sindicato laboral passa a disponibilizar através de convênio firmado com (CLUBE DE LAZER), acesso, aos trabalhadores que optarem por aderir, as instalações e equipamentos de lazer da referida entidade parceira.

Parágrafo Primeiro: O trabalhador sindicalizado que optar por aderir ao programa do Clube de Lazer, pagará mensalidade subsidiada pelo Sindicato Laboral.

Parágrafo Segundo: A mensalidade será descontada pela empresa diretamente do contracheque do trabalhador que aderir ao referido benefício, mês a mês, mediante encaminhamento pela entidade sindical de boleto específico para tal fim.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - VERBA PARA CUSTEIO DE COTA DE JOVEM APRENDIZ

Considerando a obrigação legal da reserva de cargo de jovem aprendiz, previsto no art. 429 da CLT, bem como imposições contratuais contidas nos art. 92, inciso XVII e art. 116 da Lei Federal 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÃO), e a dificuldade de cumprimento da cota pelo setor econômico, as empresas submetidas a esta convenção coletiva deverão obrigatoriamente:

- a) Incluir nos seus orçamentos e planilhas de custo o valor mensal mínimo de R\$ 91,38 (noventa e um reais e trinta e oito centavos), o qual será multiplicado pela quantidade de empregados previstas no orçamento/contrato, que será destinado à adoção de medidas para cumprimento da cota de aprendizes decorrente do contrato específico;
- b) Será objeto de revisão os contratos firmados, os quais deverão ser aditivados para inclusão do quanto disposto nessa cláusula;
- c) Caso a empresa não inclua em seus novos orçamentos o quanto previsto no item 1, do parágrafo quarto, desta cláusula, o contratante fica autorizado a desclassificar sua proposta de preços por descumprimento de norma coletiva, e eventual contratação será considerada irregular, autorizando os sindicatos a informar aos órgãos competentes para fiscalização da contratada e tomador dos serviços, para cumprimento da legislação.

}

AURO RICARDO PISANI FERREIRA DA SILVA
PRESIDENTE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS E LIMPEZA AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA - SEAC/BA

MARCELO CARVALHO LAVIGNE
VICE-PRESIDENTE

SINDICATO DOS CONDUTORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS PRÓPRIAS DO ESTADO DA BAHIA - BA - SINTRACAP

ANEXOS
ANEXO I - PISOS SALARIAIS

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IV - TERMO DE COMPROMISSO ESPECIAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO V - TERMO DE AUTORIZAÇÃO (CLÁUSULA 19ª)

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VI - ATA DE ASSEMBLEIA SINTRACAP

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

ANEXO I

Nº	FUNÇÃO	PISO NORMATIVO 2024 – R\$
1	Ajudante de Armazém	1.426,80
2	Ajudante Motorista	1.426,80
3	Auxiliar de Carga e Descarga	1.426,80
4	Carregador	1.426,80
5	Manobrista	1.439,58
6	Condutor de Veículo de duas rodas	1.717,32
7	Tratorista	1.733,10
8	Operador de Empilhadeira I	1.837,18
9	Motorista de Veículo Leve	1.941,07
10	Motorista de Veículo Leve Executivo	1.952,63
11	Motorista Operador Pá Carregadeira	1.964,18
12	Motorista de Caminhão 08 m³ à 14,90 m³	1.981,26
13	Operador de Empilhadeira II	1.989,11
14	Motorista de Caminhão 15 m³ à 24,90 m³	2.032,41
15	Motorista de Caminhão a partir de 25m³	2.044,27
16	Motorista de Van	2.076,02
17	Operador de Empilhadeira III	2.103,10
18	Motorista Bobcat	2.218,06
19	Motorista Caminhão Guincho	2.218,06
20	Motorista Caminhão Guindaste	2.218,06
21	Motorista de Caminhão Betoneira	2.218,06
22	Motorista de Caminhão Coletor de Lixo	2.218,06
23	Motorista de Caminhão Limpa Fossa	2.218,06
24	Motorista de Veículo Pesado	2.218,06
25	Motorista Operador de Munk	2.218,06
26	Supervisor de Transporte / Frota	2.218,06
27	Condutor de Veículo de Emergência	2.223,60
28	Condutor de Veículo de Emergência/ Atividades Operacionais	2.223,60
29	Condutor de Veículo de Emergência/Rádio Operador	2.223,60
30	Supervisor de Frota de Veículo de Emergência	2.334,78
31	Conferente	2.398,73
32	Supervisor Geral de Veículo de Emergência	2.557,14
33	Motorista Carreteiro	3.295,45

ANEXO I A – EMPRESAS DE SANEAMENTO BÁSICO E ESGOTO

Nº	FUNÇÃO	PISO NORMATIVO 2024 – R\$
1	Ajudante de Armazém	1.426,80
2	Ajudante Motorista	1.426,80
3	Auxiliar de Carga e Descarga	1.426,80
4	Carregador	1.426,80
5	Manobrista	1.439,58
6	Condutor de Veículo de duas rodas	1.749,72
7	Tratorista	1.765,80
8	Operador de Empilhadeira I	1.871,85
9	Motorista de Veículo Leve	2.041,20
10	Motorista de Veículo Leve Executivo	2.106,00
11	Motorista Operador Pá Caregadeira	2.062,80
12	Motorista de Van	2.155,86
13	Motorista de Caminhão 08m³ a 14,90m³	2.240,69
14	Motorista de Caminhão 15m³ à 24,90 m³	2.348,91
15	Operador de Empilhadeira II	2.372,06
16	Motorista de Caminhão a partir de 25m³	2.372,06
17	Operador de Empilhadeira III	2.183,99
18	Motorista Bobcat	2.303,37
19	Motorista Caminhão Guincho	2.303,37
20	Motorista Caminhão Guindaste	2.613,38
21	Motorista de Caminhão Betoneira	2.613,38
22	Motorista de Caminhão Limpa Fossa	2.372,06
23	Motorista de Veículo Pesado	2.555,70
24	Motorista Operador de Munk	2.555,70
25	Supervisor de Transporte / Frota	2.303,37
26	Motorista Carreteiro	3.872,99